

CAMILA NEHRING BELO

**ITAIPU: MARCOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA NAS PÁGINAS
DO JORNAL CLARÍN (1973 – 1979).**

DOURADOS – 2011

CAMILA NEHRING BELO

**ITAIPU: MARCOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA NAS PÁGINAS
DO JORNAL CLARÍN (1973 – 1979).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. **Ceres Moraes.**

Co-orientador: Prof. Dr. **João Carlos de Souza.**

DOURADOS – 2011

CAMILA NEHRING BELO

**ITAIPU: MARCOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA NAS PÁGINAS
DO JORNAL CLARÍN (1973 – 1979).**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Ceres Moraes (Dr. ^a, UFGD) _____

2º Examinador:

Luiz Felipe Viel Moreira (Dr., UEM) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

A minha Família que me ensinou a importância da leitura e aos meus professores que me ensinaram o valor da dedicação.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho me deixou com muitos débitos para com inúmeras pessoas entre amigos, familiares, intelectuais e instituições como a Universidade Federal da Grande Dourados. Convém explicitar alguns nomes, evidentemente correndo o risco da omissão e, nesse caso e de antemão fica o pedido de desculpas pelo eventual esquecimento.

De qualquer modo, longe de uma hierarquização, principio pelos mais distantes geograficamente falando. Assim na Argentina, fui muito bem recebida e acolhida pelos funcionários da *Hemeroteca da Biblioteca del Congreso de la Nación* e da *Hemeroteca da Biblioteca Nacional*, que disponibilizaram seu acervo para as pesquisas.

Continuo, agradecendo a Faculdade de Ciências Humanas, na pessoa do Cleber, sempre solícitos as minhas necessidades e, principalmente, em atenção às não poucas dúvidas.

Aos professores que ministraram as disciplinas obrigatórias e optativas do programa de Mestrado em História, como Ceres Moraes, Losandro Antônio Tedeschi, Cláudio Alves de Vasconcelos e Lúcia Helena Oliveira Silva, que me apresentaram as diversas facetas, debates e teorias da História. Há que se mencionar e destacar também o *Seminário de Pesquisa: Política: Ações e Representações*, ministrado pela professora Lúcia Helena Oliveira Silva. Seus apontamentos, indagações e questionamentos foram muito úteis para pensar o meu projeto de pesquisa, além de lançarem novas perspectivas e luzes a respeito do ato de pesquisar. Ainda neste seminário não posso deixar de agradecer ao professor Áureo Busetto que particularmente comentou meu propósito de pesquisa. Sempre dedicado e rigoroso deu-me valiosas contribuições.

Além disso, os demais colegas que leram e debateram meu projeto. Aos amigos, nas pessoas da Fernanda, Cássio, Gustavo Gomes, Bruna e Gustavo Balbuena sempre com palavras de carinho e incentivo. Ao meu noivo José, que muito contribuiu para a realização deste trabalho. Aos professores Eudes Fernando Leite e Paulo Roberto Cimó Queiroz, que por diversos momentos foram solícitos as minhas inúmeras inquietações.

No que se refere a meu circuito pessoal e íntimo, tenho dever e obrigação de agradecer a meus amigos e familiares pelo incentivo, apoio e curiosidade a respeito deste trabalho. Como felizmente são muitos, não menciono ninguém em especial na esperança de que todos se sintam representados.

Gostaria de dedicar agradecimento a CAPES pelo financiamento deste estudo e por proporcionar condições à realização do mesmo.

Por fim, a orientadora desse trabalho, Prof^a. Dr^a. Ceres Moraes, meus mais sinceros e profundos agradecimentos pelo apoio, incentivo e estímulo dado ao longo do trabalho. Ao Co-orientador João Carlos de Souza. Por certo este trabalho é possuidor de inúmeros limites e imprecisões (os quais assumo), e possíveis méritos, mas que os reputo a Orientadora.

"e que seja permanente essa vontade
de ir além daquilo que me espera"

Caio Fernando Abreu

RESUMO

Esta pesquisa tem por temática o estudo das relações internacionais, seu ponto de partida e sua fonte principal é o jornal argentino *Clarín*. A abordagem toma por objetos de estudo a *Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu* e o jornal argentino *Clarín*. Nessa perspectiva, procuramos compreender os debates e os discursos em torno do projeto de construção da *Usina de Itaipu*. Esta pesquisa se baseia nos discursos produzidos e publicados pelo *Clarín* acerca do processo de construção da *Usina*, entre janeiro de 1973 e dezembro de 1979. Busca-se, assim, perceber melhor a complexidade político-diplomática que envolveu a construção de Itaipu, sob a ótica dos discursos veiculados pelo jornal, evidenciando o caráter político especialmente no que se refere à supremacia regional. Embora as discussões e negociações sobre sua construção datem do início da década de 1960, utilizo como delimitação temporal o período que vai do ano de 1973 a 1979: o primeiro marcando a assinatura do *Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná (Tratado de Itaipu)*, que regulamentou e legitimou a construção da usina binacional; já em 1979, com a assinatura do *Acordo de Cooperação Técnico-Operativa (Acordo Tripartite)*, que encerrou as controvérsias que envolveram as chancelarias brasileira, paraguaia e argentina, normatizando essa construção e viabilizando ainda a construção da Usina de Corpus (paraguaia e argentina).

Paravras-chave: Imprensa; Relações Internacionais; Usina de Itaipu.

ABSTRACT

The theme of this research is the of the internacional relations, and the main source is the Argentine Press. The subject of the study is the Binational Hydroelectric Plant of Itaipu and the argentine newspaper *Clarín*). On this perspective, we try to understand the debates and the speeches around the Project of construction of the Itaipu Plant. This way, this research is based on the speeches produced and published by Clarín about the Itaipu building project, between January 1973 and December 1979. So, the aim is to demonstrate the politic-diplomatic complexity which involved the Itaipu construction, under the point of view of the speeches published in the newspaper, that showed the political character, especially about the regional supremacy. It is known that the discussions about its construction are from the decades of 1930, I analyze the period from 1973 to 1979: the first one marks the signature of the Treaty of Itaipu, which legitimated the binational Itaipu building; in 1979 was signed the “Acordo Tripartite”, which ended with the controversies that involved Brazil, Paraguay and Argentina and allowed the Plant building and the construction of the Corpus Plant (Paraguay and Argentina).

Paravras Keywords: Press; International Relations; Plant of Itaipu.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização das usina hidrelétricas de Corpus, Itaipu e Yacyretá	42
Mapa 2 – Localização dos municípios atingidos com a formação do Lago de Itaipu	45
Mapa 3 – Bacia Hidrográfica do Rio da Prata	48
Mapa 4 – Área do litígio fronteiro entre Brasil e Paraguai.....	58
Mapa 5 – Áreas recomendadas para a construção da usina de Itaipu	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Circulação diária dos principais jornais de Buenos Aires (Ar).....	80
---	----

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Grupo <i>Clarín</i>	83
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Inauguração da fábrica da Papel Prensa, em 1978.....	92
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tiragem dos principais jornais da Argentina.....	79
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AI-5 - Ato Institucional Nº 5
ALN - Aliança de Libertação Nacional
ALPRO – Aliança para o Progresso
Ande - Administração Nacional de Eletricidade
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BNH - Banco Nacional de Habitação
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CEBAC - Comissão Especial Brasil-Argentina de Comércio
CEE – Comunidade Econômica Européia
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
CGC - Cadastro Geral de Contribuintes
Cherp - Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo
CIA – Central Intelligence Agency
CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai
CIC - Comitê Intergovernamental Coordenador
CIE - Centros de Informações do Exército
CIEM - Consórcio Itaipu–Eletromecânico
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
EBY - Entidad Binacional Yacyretá
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica
EUA – Estados Unidos da América
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IC - Imposto de Consumo
ICM - Imposto de Circulação de Mercadorias
II-PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IVC - Imposto de Vendas e Consignações
MAC - Movimento Anti-Comunista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
OBAN - Organização Bandeirantes
OMF - Octavio Marcondes Ferraz
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Plano de Integração Social
PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento
SISA - Aeronáutica
SNI - Serviço Nacional de Informação
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFP - Tradição, Família e Propriedade
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - United States Agency for International Development
Uselpa - Usinas Elétricas do Paranapanema S. A
Usina de Jupiá - Usina Hidrelétrica Engenheiro Sousa Dias
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionaria
VPR - Vanguarda Popular Revolucionaria
UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	09
Lista de abreviaturas e siglas	10
Introdução	15
Capítulo 1	
O CONE SUL NO CONTEXTO INTERNACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DAS DITADURAS - OS CASOS BRASILEIRO, ARGENTINO E PARAGUAIO	20
1.1. Brasil: de Castelo a Geisel (1964 – 1979).....	22
1.2. Argentina: de Onganía a Videla (1966 – 1976).....	29
1.3. Paraguai: Stroessner (1958 – 1978).....	38
Capítulo 2	
A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU: OS EMBATES DIPLOMÁTICOS	44
2.1. As primeiras iniciativas de aproveitamento energético do médio Paraná.....	49
2.2. Os embates diplomáticos.....	59
Capítulo 3	
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A USINA DE ITAIPU	73
3.1 Clarín “El Gran Diario Argentino”	79
3.1.1 Roberto Noble: “Grande Comunicador”	84
3.1.2 Fundação Noble	87
3.1.3. Ernestina Herrera de Noble – “La Dama de La Prensa”	88
3.2 O Jornal Clarín: Um discurso de combate à construção da Itaipu.....	89
3.2.1 – Os impactos das obras de construção da usina binacional de Itaipu.....	93
3.2.2 – O raro debate sobre os recursos financeiros.....	97
3.2.3 – A dimensão política das questões técnicas.....	98
3.2.4 – O potencial hidrelétrico do rio Paraná, internacionalização do uso dos recursos..	100
3.2.5 – Dos embates diplomáticos ao acordo.....	102
Considerações Finais	107
Bibliografia e fontes	110
Anexos – Documentos	121

INTRODUÇÃO

Diversas são as investigações científicas voltadas aos assuntos referentes à construção da *Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu*, nas diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, o diálogo entre elas têm trazido novas perspectivas aos estudos que contemplam o tema. Contudo, mesmo com tal diversidade, verifica-se uma baixa densidade de produção acadêmica, o que deixa lacunas a serem preenchidas no campo de estudo das relações diplomáticas e do processo de construção da *Usina de Itaipu*. Assim, motivada por essa constatação, esta pesquisa pretende contribuir para amenizar algumas dessas lacunas.

Nosso objetivo é analisar e compreender os debates publicados no jornal *Clarín* acerca da construção da *Usina de Itaipu*. Para isso procedeu-se primeiramente o estudo em torno do projeto de construção da *Usina* e suas implicações nas relações políticas internas e externas, bem como na economia dos países diretamente envolvidos, Brasil e Paraguai (parceiros no projeto de construção da usina) e a Argentina (principal opositor ao projeto).

Na tentativa de melhor perceber a complexidade produzida pela construção de Itaipu, buscamos pensá-la como um processo que envolveu experiências políticas e diplomáticas pouco vivenciadas até então e que se configuraram como um exemplo para futuras negociações e projetos regionais.

Posteriormente, procedeu-se ao estudo das dinâmicas que envolveram o jornalismo argentino, em particular o jornal *Clarín*, desde sua fundação em meados de 1945 até a atualidade, com ênfase no processo de associação do jornal ao Estado, em 1976. Nesse sentido, a escolha pelo periódico argentino foi motivada, entre outros fatores: por sua importância na formação da opinião pública argentina; por sua relação com o Estado e; por sua posição perante a construção da *Usina de Itaipu*.

Embora as discussões e negociações sobre sua construção datem do início da década de 1960, utilizo como delimitação temporal o período que vai do ano de 1973 a 1979: o primeiro marcando a assinatura do *Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná (Tratado de Itaipu)*, que regulamentou e legitimou a construção da usina binacional; o segundo marcado pela assinatura do *Acordo de Cooperação Técnico-Operativa (Acordo Tripartite)*, que encerrou as controvérsias que envolviam as chancelarias brasileira, paraguaia e argentina, normatizando *Itaipu* e viabilizando a construção da *Usina de Corpus*, empreendimento paraguaio-argentino projetado para ser construído no leito do rio Paraná, à jusante de Itaipu.

O trabalho de identificação e coleta das fontes desta pesquisa foi realizado em diferentes lugares. Na Argentina, mais especificadamente na cidade de Buenos Aires, foram consultados os acervos da *Hemeroteca da Biblioteca del Congreso de la Nación* e da *Hemeroteca da Biblioteca Nacional*, onde foram identificados de 240 (duzentos e quarenta) reportagens publicadas entre textos, noticiários, artigos, editoriais, notas, colunas, caderno, manchetes e outros, inseridas nos cadernos Internacional, Economia, Política, Agremiação, Interior e Suplemento Econômico. A pesquisa bibliográfica foi realizada em grande parte na Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados, onde encontrei diversas publicações sobre os assuntos, além da biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Assis-SP. Se completa ainda no diálogo com outros documentos, como atas, resoluções, acordos, tratados, encontrados através da Internet, em arquivos digitais e em sites especializados. A partir desse *corpus* documental, buscou-se a análise dos discursos sobre a usina de Itaipu no jornal *Clarín*.

A diversidade de fontes utilizadas na pesquisa justifica-se por entender os processos de transformação pelos quais o pensamento histórico passou, bem como suas fontes e métodos. Foi a partir dessas redefinições, frutos, sobretudo, dos esforços para se repensar problemas, abordagens e objetos da história que a imprensa passou a atuar como objeto historiográfico. Maria Helena Capelato ressalta que os jornais são uma das principais fontes de informação histórica, reconhecidos como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época (1994, p. 34), sobretudo por entender que se vive hoje em um tempo onde as informações circulam rapidamente de um lugar para o outro, enfraquecendo, dessa forma, as fronteiras¹ entre o local, o nacional e o internacional, possuindo o papel de aglutinador, bem como, ao mesmo tempo, o de separar os indivíduos.

Os discursos² existentes nos jornais são segundo Ana Lucia Enne, “uma prática de institucionalização, de objetivação da realidade, mas que requer autoridade reconhecida para quem fala” (2004, p. 10). Nessa mesma perspectiva, Michel Foucault aprofunda a discussão propondo a percepção da “disputa pelo poder, via discurso, como a disputa pelo controle da

¹ Fronteira é entendida aqui como um lugar construído simbolicamente, onde o diferente se encontra e se confronta, proporcionando o encontro com o outro, permitindo, assim, o intercâmbio entre grupos distintos. É nela que as lutas pelas identidades e representações se exacerbam.

² Ressaltando que o discurso jornalístico é duplamente polifônico, pois o texto é composto de muitas vozes e é produzido na conjunção entre a voz da empresa e de seus trabalhadores (BERGER, 1997, p. 08).

verdade” (1986, p. 13), pelo controle da informação, pela construção de uma versão que se sobreponha às demais e receba o *status* de verdade³.

Contudo, o termo imprensa não se reduz apenas aos jornais, abrangendo ainda revistas, almanaques e folhetos impressos ou por meio digital. Sabendo que cada uma dessas publicações têm características e procedimentos metodológicos específicos. Para não correremos o risco de sermos demasiadamente prolixos trataremos aqui dos jornais impressos, que por si só, são uma categoria bastante diversificada. E dentro dessa, me detenho a um tipo específico, a chamada *grande imprensa*, mais propriamente o jornal *Clárin*, que é sem dúvida o periódico de maior circulação na Argentina, fundado em 28 de agosto de 1945, por Roberto Noble.

Ressalta-se ainda, que internacionalmente, durante o recorte temporal proposto, as relações político-diplomáticas mundiais passavam por um processo de reordenamento. No Cone Sul o processo que envolveu a construção da *Usina* apareceu, nesse período, como um elemento chave, onde as relações políticas (internas e externas), econômicas e diplomáticas brasileiro, paraguaio e argentino concentram-se em torno de um assunto: *Itaipu*.

Nessa perspectiva, as relações diplomáticas brasileiras, nesse período, foram pautadas, sobretudo, mas não somente, por estratégias destinadas a traçar uma “teia de interesses” entre os países do Cone Sul. Desse modo, foram assinados: o *Tratado da Bacia do Prata*, em 1969, pelas chancelarias de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, que visava uma maior integração física da região; o *Tratado de Itaipu*, em 1973, entre Brasil e Paraguai; e o *Acordo Tripartite*, em 1979, que colocou fim ao impasse em torno dos projetos de *Itaipu* e *Corpus*.

As relações diplomáticas dos governos argentinos pautaram-se por contrariar os debates e as políticas empregadas pelos governos brasileiros e paraguaios referentes à construção da *Usina de Itaipu*, principalmente após assinatura da *Ata do Iguazu* (1966), que reservou para as duas chancelarias os direitos exclusivos de aproveitamento energético do Rio Paraná no trecho entre o Salto de Sete Quedas e a foz do Rio Iguazu, excluindo a Argentina de quaisquer participações. Suas críticas se tornariam ainda mais incisivas, após o anúncio dos estudos realizados, que afirmavam que a barragem da usina deveria ser instalada em Itaipu nas proximidades de Foz do Iguazu, muito abaixo do que a princípio seria – Sete Quedas. Osny Pereira em seu livro *Itaipu: pros e contras*, afirma que a barragem nessa localização

³ Dessa forma entendemos que a verdade ou, segundo Berger, os “efeitos de verdade” constituem a credibilidade do discurso jornalístico, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (1997, p. 05).

(Itaipu) tornaria impossível para a Argentina a construção da represa de *Corpus*, que teria reduzido sua potencialidade e encarecido o *quilowatt*. (1974, p. 116).

Inúmeras foram as políticas empregadas ano a ano, até chegar a um entendimento comum entre os países do Cone Sul para o aproveitamento hídrico da região. Em 1969, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o *Tratado da Bacia do Prata* ou *Tratado de Brasília*, que tinha por objetivo o aproveitamento dos recursos da região, assegurar sua preservação e a institucionalização do sistema da Bacia do Prata. Além de normalizar a reunião de ministros das relações exteriores que aconteceria uma vez por ano, a fim de traçar diretrizes de políticas comuns. Porém, tal entendimento durou apenas até o início dos trabalhos da *Conferência da Bacia do Prata* realizada em Assunção em junho de 1971, onde a tese argentina da *consulta prévia* foi exposta pelo Chanceler argentino Ministro Luís Maria de Pablo Pardo, que possuía como estratégia construir uma base de argumentação que isolaria o Brasil dos demais países latino-americanos, procurando criar obstáculos para a construção de *Itaipu*.

No ano de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o *Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná*, também conhecido como *Tratado de Itaipu*, surgindo uma importante desavença entre os dois países com relação à diferença de ciclagem na construção da *Usina*, já que a brasileira era de 60 Hz, e a paraguaia de 50 Hz. Pressionado, o Brasil acabou aceitando que nove unidades em Itaipu operassem com 60 Hz e nove com 50 Hz (cf. Tomaz Espósito Neto, 2008).

Para além dessa questão, outros tratados foram assinados, com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os países da região. Nesse sentido temos no final de 1975 o *Tratado de Amizade e Cooperação* e o *Protocolo Adicional de Tratado de Limites*, entre Geisel e Stroessner, além de um contrato de empréstimo entre a *Eletrobrás* e a empresa *Itaipu Binacional* (cf. MELO, 2007).

Por fim, em 1979, foi finalmente assinado o *Acordo de Cooperação Técnico-Operativa* entre Brasil, Argentina e Paraguai, que representaria o encerramento das controvérsias quanto à construção das usinas *Binacionais de Itaipu* (Brasil/Paraguai) e *Corpus* (Argentina/Paraguai), abrindo caminhos para um período marcado por uma maior aproximação regional na Bacia do Prata.

Estruturalmente, vale dizer que este trabalho está dividido em 03 capítulos, sendo que nos capítulos I e II, é estabelecida uma interação entre as políticas internas e externas, com destaque as políticas regionais e os embates diplomáticos que permearam a construção da *Usina de Itaipu*, com o objetivo de esclarecer detalhadamente o processo de concretização da

mesma. O terceiro capítulo é dedicado a apreciação dos discursos veiculados pelo jornal *Clarín* sobre a construção da *Usina de Itaipu*, entre 1973 e 1979.

No primeiro capítulo, *O Cone Sul no contexto internacional: A Consolidação das Ditaduras - Os casos Brasileiro, Argentino e Paraguaio*, busca-se, a partir de um breve histórico das políticas internas e das orientações dadas as políticas externas do Brasil, Argentina e Paraguai, países envolvidos no processo de construção da *Usina de Itaipu*, buscamos entender as relações político-diplomáticas desenvolvidas por eles na busca da realização de seus interesses nacionais.

No segundo capítulo, *A construção da Usina de Itaipu: os embates diplomáticos*, buscamos retratar os movimentos das chancelarias argentina, brasileira e paraguaia, a fim de buscar o entendimento sobre a construção da *Usina de Itaipu*. Evidenciou-se, entre outras coisas, os antecedentes diplomáticos da referida usina, desde as primeiras iniciativas no início da década de 1960, com assinatura da *Ata do Iguaçu* em 1966, até a assinatura do *Acordo Tripartite*, em 1979, que findou as polêmicas, que já duravam mais de dez anos, abrindo caminho para um período marcado por uma maior aproximação regional na Bacia do Prata.

Por último, no terceiro capítulo, intitulado *Clarín: os discursos sobre a construção da usina de Itaipu nas paginas do jornal*, a partir do histórico da Imprensa argentina relacionando-a à história do jornal *Clarín* propriamente dito, e de suas relações com o Estado, analisam-se os discursos produzidos por esse órgão da grande imprensa acerca da construção da *Itaipu*.

A partir das abordagens e análises que se seguem, pretendeu-se, e esperamos ter alcançado, que este trabalho contribuísse para a compreensão da historiografia latino americana do *Tempo Presente*, ainda que se saiba que há muito por fazer e que este trabalho é apenas uma das diversas possibilidades de se pensar os discursos produzidos sobre a construção da *Usina de Itaipu*, as relações de poder entre Estado e Imprensa, além das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

CAPÍTULO I: O CONE SUL NO CONTEXTO INTERNACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DAS DITADURAS – OS CASOS BRASILEIRO, ARGENTINO E PARAGUAIO

O término da Segunda Guerra Mundial marcou profundamente as relações políticas, econômicas, sociais e culturais ao redor do mundo. Desse episódio emergiram dois polos econômicos e políticos de grande influência mundial, iniciando um novo processo de reorganização e enquadramento das economias mundiais, acompanhado pela busca incessante de áreas de influência: os Estados Unidos da América, Capitalista, e a União Soviética, Socialista.

No âmbito do continente americano, o fim da Segunda Guerra Mundial teve como consequência o início de uma nova conjuntura política, sobretudo após a Revolução Cubana, que proporcionou o rompimento da hegemonia político-econômica continental. Nesse sentido, após o êxito da revolução na ilha de Cuba, o governo de Washington se deparou com o seu maior desafio diplomático no período: lidar com um regime de orientação marxista-leninista a cem milhas de seu território (cf. VIZENTINI, 2003, p. 209).

Assim, o governo de Washington visivelmente abalado com a proximidade de um governo socialista de seu território e de territórios, que historicamente estiveram sob sua área de influência, em agosto de 1961, lançou o programa *Aliança para o Progresso* (ALPRO) destinado a erradicar o germe revolucionário do Continente. Nesse sentido, o governo estadunidense “sentia a necessidade de combatê-lo [Socialismo] com outros recursos que não a aplicação da repressão pura e simples”¹ (SCHILLING, 1991, p. 50).

Em linhas gerais, a *Aliança* objetivava a realização de programas nacionais voltados para a reforma agrária, que durassem pelo menos 10 anos, com uma taxa de crescimento da renda per capita de 2,5% ao ano. Segundo Vandek Santiago, o programa “pretendia, num prazo de 10 anos e com um investimento de US\$ 20 bilhões, elevar o padrão de vida nos países latino-americanos a índices comparáveis aos do mundo desenvolvido”².

¹ Ressalta-se que o início da década de 1960 na América Latina é também marcado pelo surgimento e intensificação dos movimentos sociais e políticos de esquerda influenciados pelo sucesso da revolução cubana.

² Disponível em <<http://misturadigital.blogspot.com/2006/09/o-plano-de-kennedy-para-desenvolver-o.html>> acesso em: 20/03/2010.

Para administrar e fiscalizar os investimentos, foi instalado na cidade de Recife um escritório da *United States Agency for International Development* (USAID) em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Com base nesses objetivos, o programa visava promover o desenvolvimento de áreas consideradas de alto risco – onde a pobreza e a miséria proporcionavam a abertura necessária para a instalação do comunismo – a partir de investimentos econômicos e tecnológicos. A primeira medida adotada pelo programa foi a criação das “Ilhas de Sanidade”³ no Nordeste brasileiro, principalmente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, objetivando impedir o crescimento de ações subversivas e revolucionárias de movimentos camponeses. Assim, as “Ilhas de Sanidade” “foram espaços utilizados como vitrines de ‘tudo de bom’ que o governo dos Estados Unidos poderia fazer, não apenas pelo Nordeste e pelo Brasil, mas também por toda a América Latina” (PEREIRA, 2007, p. 02).

É necessário ressaltar que a prioridade dada ao Nordeste brasileiro deveu-se, segundo Pereira, aos antigos problemas relacionados às secas periódicas no Semi-Árido, como a desnutrição, o analfabetismo e as sérias dificuldades de saúde coletiva. O Nordeste foi encarado pelos Estados Unidos como *locus* preferencial de atuação da *Aliança para o Progresso* à medida que era preciso impedir o crescimento dos movimentos subversivos e revolucionários⁴ (cf. PEREIRA, 2007, p. 04 e 05).

Outra face da *Aliança para o Progresso* foi o investimento na formação, doutrinação e treinamento de policiais e, principalmente, de militares latino-americanos (cf. PEREIRA, 2007, p. 06), sobretudo após a “fundação em 1961 da *School of the América*, no Canal do Panamá, com o objetivo de remodelar as Forças Armadas regionais, possuindo como foco principal o enfrentamento às forças guerrilheiras e ao combate a subversão social” (SCHILLING, 1991, p. 73).

A nova conjuntura político-militar no Continente abriu as portas para uma série de Golpes de Estado, apoiados pelo governo de Washington. No primeiro deles, no Brasil, em 1964, foi deposto o presidente João Goulart, que desde sua posse vinha sofrendo com uma grave crise econômica, somando-se uma crise político-militar e uma delicada política externa independente.

³ Expressão criada pelo embaixador norte-americano no Brasil Lincoln Gordon, entre 1961 e 1966 (PEREIRA, 2007, p. 02).

⁴ Observa-se que os programas foram implantados no Nordeste brasileiro ao longo dos governos Janio Quadros (1961) e João Goulart (1961 a 1964).

O subcontinente, a partir do sucesso do golpe civil-militar no Brasil, passou por um período em que constantemente golpes militares eram deflagrados, abalando os pilares das democracias regionais. Em 1971, foi a vez da Bolívia, onde o general Hugo Banzer subiu ao poder. Dois anos depois, em 1973, o Chile sofreu com a derrubada de um regime democrático constitucional, encabeçada pelo general Augusto Pinochet. No mesmo ano, o Uruguai também sofreu com o estado de exceção, que duraria até 1985.

No ano de 1976 foi a vez da Argentina. Contudo, ressaltamos que o golpe de 1976 foi o resultado de um longo processo de instabilidade política, que se inicia em 1955, com a deflagração do golpe militar autodenominado de Revolução Libertadora, liderado por Eduardo Lonardi, e com a deposição do presidente e líder justicialista Juan Domingo Perón. Desse modo, ao longo de 21 anos (1955 a 1976), as Forças Armadas argentinas transformaram-se em sujeitos do poder. Ademais, consolidaram-se como atores do cenário político após o golpe de estado de março de 1976, que acarretou na ditadura militar “mais violenta e transformadora da história argentina” (cf. ROMERO, 2006).

As ditaduras implantadas nas décadas de 1960 e 1970 somaram aos governos ditatoriais já existentes, como do Paraguai de Alfredo Stroessner (1954 – 1988). Assim, um após outro, os países do Cone Sul adotaram soluções para os problemas econômicos, sociais e políticos internos, basicamente na forma de ditaduras militares. No fim da década de 1970, o subcontinente já tinha a totalidade dos países sob regimes ditatoriais, com exceção da Venezuela que se redemocratizou em 1958.

* * *

1.1 Brasil: de Castelo a Geisel (1964 – 1979)

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, o presidente brasileiro João Goulart foi deposto. Ao longo dos três anos de seu governo, uma crise política assumira proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente após o anúncio da realização de um comício no dia 13 de março de 1964, na estação Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. O anúncio mobilizou os movimentos sociais e a esquerda brasileira, entretanto acirrou os ânimos da direita.

Após o término do mandato de Castelo Branco, o Congresso Nacional elegeu, em outubro de 1966, como presidente, o ex-ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, indicado pelas Forças Armadas. Este tomou posse, em 15 de março de 1967⁸ dando início a um dos períodos mais tensos do regime militar, em que as perseguições políticas, organizadas pelos órgãos de segurança⁹ do governo, tornaram-se habituais. Somando-se a essas perseguições, decretou-se o *Ato Institucional Nº 5* (AI-5), suprimindo a nova Constituição de 1967 (o que mais tarde seria denominado de “golpe dentro do golpe”). O AI-5, em linhas gerais, vetava os direitos civis; permitia a cassação dos mandatos parlamentares e o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, ao mesmo tempo em que limitava os poderes do Judiciário, ao suspender o direito de *habeas corpus* em crimes contra a “segurança nacional”.

Vistos os resultados da diplomacia castellista, o governo Costa e Silva reformulou as diretrizes fundamentais da política externa brasileira. Assim, a partir de 1967, o nacionalismo tornou-se foco das ações externas, destinando-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento, o mais autônomo possível (*cf.* CERVO; BUENO, 2008, p. 343). O atrelamento da política externa aos interesses econômicos foi denominado como *Diplomacia da Prosperidade*, mobilizada de maneira a assegurar investimentos externos à aceleração do desenvolvimento econômico nacional e à modernização do país. Conforme o estudo de Cervo e Bueno, “o setor externo tornou-se, portanto, estratégico em termos de comércio, tecnologia e capital, mas o desenvolvimento passou a ser concebido como *responsabilidade nacional*” (2008, p. 345). Dessa forma, recuperou certa autonomia, especialmente ao criar condições necessárias para a concordância entre a política externa e interna.

Somou-se à nova política externa a revisão da postura ideológica brasileira diante dos Estados Unidos, principalmente após a avaliação das relações mantidas entre ambos no decorrer do governo anterior, que revelou que os benefícios obtidos haviam sido demasiadamente limitados.

⁸ Nesse mesmo dia, entrou em vigor uma nova Constituição, sinalizando que o retorno à democracia seria mais lento que o previsto.

⁹ As Forças Armadas criaram serviços de informação responsáveis pelo controle das atividades políticas: Centro de Informações do Exército (CIEEX); Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

1964, por razões ideológicas, foi uma manifestação marcante desse momento (LEME, 2006, p. 51).

No âmbito regional, embora as relações bilaterais fossem trabalhadas de forma secundária, deliberou-se a aceleração dos projetos empreendidos com os países do Cone Sul, como a intensificação do comércio com a Argentina, mediante o acordo de Trigo (07 de novembro de 1964), a inauguração da Ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai (27 de março de 1965), como também a participação na *I Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata* (fevereiro de 1967), em Buenos Aires. Contudo, em 1965, uma manobra de tropas do exército brasileiro, em um pequeno trecho fronteiro entre Brasil e Paraguai na região de Sete Quedas, sacudiu as relações entre os dois países⁶ gerando um período de divergências e atritos que só foram superadas com a assinatura da *Ata do Iguaçu*⁷.

Outra face da política externa castellista foi o chamado “realismo universalista”, que, de uma forma geral, visava atender aos interesses do comércio exterior, buscando novos mercados aos produtos brasileiros, mediante as barreiras impostas pelos países ricos ao acesso a seus mercados. Cervo ressalta que tal política foi orientada em torno de *três eixos*: atuação brasileira em órgãos multilaterais não-regionais (UNCTAD, GATT, Conferência do Desarmamento e ONU); aproximação com os mercados dos países socialistas (o governo brasileiro pretendia evoluir as relações de puramente comerciais para relações econômicas, agregando artifícios que colaborassem para o desenvolvimento nacional, como a importação de máquinas, equipamentos e tecnologias) e dos mercados da África subsaariana (a primeira missão comercial foi enviada, em 1965, à África Ocidental, lançando as bases de uma política africana) (2002).

Contudo, “a ação do Brasil no continente [...] não obteve dos Estados Unidos ou do Ocidente a contrapartida esperada em termos de ajuda ao desenvolvimento” (Cervo e Bueno 2008, p. 339).

O projeto de Castello Branco e seus apoiadores, todavia, foi derrotado. O forte apoio do governo brasileiro às posições dos Estados Unidos não resultou nos benefícios esperados pela equipe de Castello Branco. Concluiu-se que a estratégia de defesa coletiva e integral não havia gerado uma política hemisférica interdependente, mas uma política externa dependente. O afluxo de capitais norte-americanos ao país revelou-se modesto e não houve a anunciada transferência de tecnologia para o Brasil (LEME, 2006, p. 51).

⁶ Como será visto mais detalhadamente no segundo capítulo.

⁷ Conhecido também por Ata das Cataratas.

Com a morte de Castelo Branco, o Congresso Nacional elegeu, em outubro de 1966, como presidente, o ex-ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, indicado pelas Forças Armadas. Este tomou posse, em 15 de março de 1967⁸ dando início a um dos períodos mais tensos do regime militar, em que as perseguições políticas, organizadas pelos órgãos de segurança⁹ do governo, tornaram-se habituais. Somando-se a essas perseguições, decretou-se o *Ato Institucional Nº 5* (AI-5), suprimindo a nova Constituição de 1967 (o que mais tarde seria denominado de “golpe dentro do golpe”). O AI-5, em linhas gerais, vetava os direitos civis; permitia a cassação dos mandatos parlamentares e o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, ao mesmo tempo em que limitava os poderes do Judiciário, ao suspender o direito de *habeas corpus* em crimes contra a “segurança nacional”.

Vistos os resultados da diplomacia castellista, o governo Costa e Silva reformulou as diretrizes fundamentais da política externa brasileira. Assim, a partir de 1967, o nacionalismo tornou-se foco das ações externas, destinando-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento, o mais autônomo possível (*cf.* CERVO; BUENO, 2008, p. 343). O atrelamento da política externa aos interesses econômicos foi denominado como *Diplomacia da Prosperidade*, mobilizada de maneira a assegurar investimentos externos à aceleração do desenvolvimento econômico nacional e à modernização do país. Conforme o estudo de Cervo e Bueno, “o setor externo tornou-se, portanto, estratégico em termos de comércio, tecnologia e capital, mas o desenvolvimento passou a ser concebido como *responsabilidade nacional*” (2008, p. 345). Dessa forma, recuperou certa autonomia, especialmente ao criar condições necessárias para a concordância entre a política externa e interna.

Somou-se à nova política externa a revisão da postura ideológica brasileira diante dos Estados Unidos, principalmente após a avaliação das relações mantidas entre ambos no decorrer do governo anterior, que revelou que os benefícios obtidos haviam sido demasiadamente limitados.

⁸ Nesse mesmo dia, entrou em vigor uma nova Constituição, sinalizando que o retorno à democracia seria mais lento que o previsto.

⁹ As Forças Armadas criaram serviços de informação responsáveis pelo controle das atividades políticas: Centro de Informações do Exército (CIEEX); Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Assim, em conformidade com a *Diplomacia da Prosperidade* e com a revisão da postura diante aos Estados Unidos, o “Itamaraty intensificou seus contatos diplomáticos e comerciais com a Comunidade Européia, o Japão e o Canadá, objetivando diversificar os mercados e reduzir a dependência junto aos Estados Unidos” (CRUZ, 2009, p. 70), na tentativa de buscar novos mercados para a crescente produção industrial brasileira¹.

Nessa mesma perspectiva, a política externa brasileira para o subcontinente foi pautada por ações que objetivavam a promoção da cooperação entre os Estados Unidos e o Subcontinente, na expectativa de atingir o desenvolvimento e a integração regional. Assim, nesse período, aprovou-se, durante a Reunião dos chefes de Estado da Organização dos Estados Americanos/OEA, a criação do Mercado Comum Latino-Americano (1967). Dois anos depois, Brasil juntamente com Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia firmou o *Tratado da Bacia do Prata*² (1969), ou Tratado de Brasília que teve como finalidade a promoção da harmonização das usinas hidroelétricas de Itaipu e Corpus, como também a integração física da Bacia do Prata.

Contudo, a nova política externa brasileira para o Subcontinente teve seu caminho desviado pelos primeiros atritos entre Brasil e Argentina acerca do aproveitamento do rio Paraná. Atritos esses que se estenderiam até 1979, sendo superados somente após a assinatura do *Acordo de Cooperação Técnico-Operativo*³, entre Argentina, Brasil e Paraguai.

É nesse contexto de acirramento entre Brasil e Argentina que se inicia o terceiro governo do regime militar brasileiro, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, (1969 a 1974), o qual ficou conhecido como *Anos de chumbo*, por ser o mais violento e repressivo do período. Nesse período, o regime intensificou o desenvolvimento econômico nacional tendo o PIB brasileiro atingido taxas médias de crescimento de aproximadamente 10% ao ano no período de 1970 e 1973, tendo a expansão acumulada do PIB industrial no mesmo período chegado a 53% (LEME, 2006, p. 53). Esse significativo crescimento econômico, que ficou conhecido como o “Milagre Brasileiro”, colocava o Brasil em melhor posição nas disputas regionais.

¹ No campo da economia, esse período foi marcado pelo reaquecimento da economia nacional. Impulsionado, sobretudo, pela queda das taxas de inflação, em torno de 23% ao ano, pela expansão da indústria nacional e pelo aumento dos investimentos estrangeiros no país.

² Este assunto será aprofundado no segundo capítulo desta dissertação.

³ Ou Acordo Tripartite Itaipu-Corpus.

Para sustentar o desenvolvimento e o crescimento desejados, o governo investiu grandes somas de recursos financeiros em obras de infraestrutura, como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu (como veremos nos próximos capítulos, os primeiros estudos destinados a aferir o potencial hidroelétrico do rio Paraná datam da década de 1950; porém, foi somente no governo Médici que foi assinado o *Tratado de Itaipu* (1973), que em linhas gerais criou os termos políticos do novo empreendimento).

No que diz respeito à política externa, a orientação dada pelo governo Médici assemelhou-se à de seu antecessor, Costa e Silva, no sentido de buscar certa independência em relação aos Estados Unidos, tanto no campo comercial, no qual a participação conjunta da Europa e do Japão no comércio exterior brasileiro subiu de 36% para 46%, enquanto a participação dos Estados Unidos caiu de 36% para 26%”, quanto no aspecto estratégico-militar visando dotar o país de capacidade de defesa autônoma (desde 1967 os Estados-Maiores vinham se empenhando na instalação de uma indústria bélica própria, capaz de suprir as necessidades internas, livrando o país da dependência logística a que estava sujeito) (CRUZ, 2009, p. 101).

No tocante ao hemisfério, “o governo rejeitou igualmente a vertente pan-americanista de Castelo Branco e a via latino-americanista de Costa e Silva, privilegiando entendimentos bilaterais com os vizinhos sul-americanos” (CRUZ, 2009, p.102). A maioria dos acordos bilaterais firmados objetivava a criação de projetos que “destinavam-se a encontrar fórmulas para o incremento do comércio e da cooperação” (CERVO; BUENO, 2008, p. 376) a partir de medidas que visavam à expansão da malha rodoviária, ferroviária e à comunicação, interligando, dessa forma, os mercados da Bacia do Prata. Nesse período, também foram firmados acordos nas áreas de exploração de gás (com a Bolívia em 1973), carvão (com a Colômbia em 1973), minério e na fabricação de cimento, destinados, sobretudo, ao consumo da indústria nacional brasileira.

Nesse período, intensificaram-se as relações bilaterais com o Paraguai, especialmente, após a assinatura em 1973 do *Tratado de Itaipu*, que criou a entidade binacional Itaipu, constituída com igualdade de participação entre a Eletrobrás, brasileira, e a Ande, paraguaia, viabilizando juridicamente a construção da usina, bem como seu caráter binacional, selando a reaproximação entre os dois países. Porém, à medida que o Brasil

consolidou sua união diplomática com o Paraguai, acirrou as relações com a Argentina, que via na usina de Itaipu um incomensurável obstáculo ao seu desenvolvimento industrial¹³.

A 1ª Crise do Petróleo, iniciada em 1973, em consequência da guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses, os maiores exportadores do produto no Oriente Médio, expôs as contradições do “Milagre Econômico”. A taxa de crescimento – e o crescimento industrial em especial – sofreu uma sensível queda. A inflação em 1974 triplicou e a dívida externa aumentou 70% em relação ao ano de 1972 (BALARDIN, 2005, p. 19). O modelo de desenvolvimento econômico e industrial brasileiro dependia diretamente da energia importada, ou seja, do petróleo. Assim, esse novo cenário e os problemas econômicos resultantes da crise reafirmavam a necessidade de fontes alternativas de energia que permitissem a continuidade do processo de desenvolvimento industrial. E, nesse sentido, o acerto da orientação da política externa regional voltou-se, desde meados da década de 1960, para a cooperação, substancialmente, no temas referentes ao aproveitamento dos recursos hídricos dos rios internacionais da região do Prata, concretizada na assinatura do Tratado de Itaipu com o Paraguai.

Em meio à crise, assume a presidência o general Ernesto Geisel. Seu governo, inicialmente, foi marcado pelo fim do *Milagre Econômico*, e logo depois pelo endividamento externo e, principalmente, por uma grande insatisfação popular. Setores da burguesia industrial começaram a discordar dos rumos da política econômica. Consequentemente o período foi caracterizado por grandes ajustes e redefinições de prioridades nas áreas da economia e das políticas interna¹⁴ e externa.

Nessa perspectiva, Geisel anunciou a criação do *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (II-PND), que, em linhas gerais, visava o aprofundamento do processo de industrialização de substituição de importações, com vistas a tornar o país autossuficiente em insumos básicos e, se possível, em energia, optando por diversificá-la, lançando um ambicioso programa de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento da prospecção de petróleo e produção de álcool para combustível automobilístico (Programa Pró-Álcool) (cf. VIZENTINI, 1998, p. 199).

O governo buscava conciliar a retomada do crescimento econômico com a contenção da inflação, priorizando o desenvolvimento de bens de capital, investindo

¹³ Analisaremos nos próximos capítulos o acirramento das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

¹⁴ Na área da política, a oposição começou a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades. Assim, em meio ao insucesso nas eleições e ao visível reordenamento político, os militares da linha dura, não contentes com a nova situação, começaram a tomar medidas de continuidade ao endurecimento do aparato repressivo.

principalmente nas empresas estatais. Entretanto, as reformas não repercutiam da forma esperada, pois a economia nacional não tinha condições próprias para se recuperar.

Dessa forma, acrescentou-se à crise econômica a crise política. O governo não mais comportava as necessidades nacionais. Assim, em uma tentativa de amenizar as inquietações sociais, o governo buscou traçar estratégias norteadas pelo abrandamento da ditadura. Dessa forma, em 1978, revogou o Ato Institucional número 5 (AI-5), abrindo caminho para a volta da democracia no Brasil, em um processo lento, gradual e seguro.

O governo Geisel redefiniu as ações da política externa nacional, para o que Cervo e Bueno descrevem como “nacionalismo de fins” – a “diplomacia convertendo-se em instrumento mais ágil, buscando cooperação, expansão do comércio exterior, suprimentos de matérias-primas e insumos básicos e bens de capital” (2008, p. 347). Contudo, sem perder outra característica de sua diplomacia, o “pragmatismo responsável” – pautado pela rejeição às políticas dicotômicas, pela flexibilidade, “sem opções exclusivistas pelo bilateralismo ou multilateralismo, pelo Ocidente ou Terceiro Mundo, pelo alinhamento ou divergência, por essa ou aquela ideologia” (2008, p. 348). É importante destacar que a política externa de Geisel se diferenciou do período anterior ao buscar acordos com a Alemanha para a construção de usinas nucleares (*Acordo Nuclear* firmado em 27 de junho de 1975) e também por firmar importantes acordos e instrumentos de cooperação com a Grã-Bretanha, França e Itália que gerou certo atrito com os EUA.

Na política externa regional, Geisel deu continuidade à orientação do governo anterior de se fortalecer através do estabelecimento de acordos bilaterais e de distencionamento com a Argentina, o que foi facilitado pela nova conjuntura da política externa argentina marcada, em 1978, pela disputa com o Chile pelo canal de Beagle.

* * *

1.2 Argentina: de Onganía a Videla (1966-1976)

Após a queda do governo populista de Juan Perón em 1955, um longo período de instabilidade política tomou conta da Argentina. Assim, entre os anos de 1955 a 1966, seis presidentes foram empossados: José Domingo Molina Gómez (1955), Eduardo Lonardi

(1955), Pedro Eugenio Aramburu (1955 – 1958), Arturo Frondizi (1958 – 1962), José María Guido (1962 – 1963) e Arturo Umberto Illia (1963 – 1966).

Este último governo foi interrompido em 28 de junho 1966, por um golpe militar, autodenominado de *Revolução Argentina*, encabeçado por uma junta de militares. O golpe foi acompanhado por um amplo consenso entre os grandes empresários argentinos e a maioria dos partidos políticos, insatisfeitos com os rumos tomados pela política de Illia (cf. ROMERO, 2006, p. 160). “*Ejecutado con la perfección de una operación largamente planeada, el golpe no encontró resistencias. Nadie podía sorprenderse: se había discutido abiertamente y para la mayoría de los argentinos era un hecho inevitable*” (RIZ, 2007, p. 13).

As primeiras medidas tomadas pelo novo governo dizem respeito à legalização e à legitimação do golpe, anexando à Constituição o *Estatuto da Revolução Argentina*, o qual dissolveu o Parlamento, bem como os partidos políticos, confirmando, assim, o fechamento da vida política. Imediatamente, tomou posse o general Juan Carlos Onganía, que governou até junho de 1970.

Após esse período de reorganização da administração, iniciou-se a segunda fase do governo Onganía, caracterizado por um grande choque autoritário, em que os principais alvos eram as universidades, vistas como foco da infiltração da ideologia comunista. O processo repressivo ultrapassou os muros das universidades e se estendeu a todas as expressões dissidentes ou apenas diferentes. Romero ressalta que, com essas medidas iniciais, “o governo tinha encontrado a fórmula política adequada para realizar a grande reestruturação da sociedade e da economia” (2006, p. 162).

Dessa forma, o governo começou as reformas políticas, econômicas e sociais que tanto pretendia. A primeira delas foi no campo da economia, com o lançamento em março de 1967 do *Plano de Krieger Vasena*, cuja principal função era encerrar as consecutivas crises e estabilizar a economia a partir de medidas extremamente intervencionistas. O maior exemplo dessas medidas foi o controle da inflação, o arrocho salarial, o congelamento das tarifas públicas e dos combustíveis e a diminuição dos gastos públicos.

Essas medidas possibilitaram o acerto das contas do Estado e a redução da inflação. O governo investiu também em obras públicas que possibilitaram o crescimento do PIB e mantiveram os índices de desemprego baixos, como a construção da ponte sobre o rio Paraná, a expansão da malha rodoviária – modernizando os principais acessos à capital federal Buenos Aires – e a usina hidrelétrica de *El Chocón* – na perspectiva de sanar parte do *déficit* energético. É possível verificar que durante o governo Onganía ocorreram mudanças significativas nos projetos argentinos no campo energético, como a paralisação dos projetos

hidrelétricos binacionais de *Yaciretá* e *Corpus*¹⁵, com o Paraguai; e Salto Grande, com o Uruguai, privilegiando empreendimentos localizados em seu território, como a hidrelétrica de *El Chocón-Cerros Colorados* (cf. LEME, 2006, p. 103). Conforme Romero, “O sucesso imediato dessa política de estabilização foi notável” (2006, p. 163).

Da mesma forma, setores econômicos foram extremamente prejudicados. O principal deles foi o rural, que apesar dos incentivos tecnológicos, sentiu-se lesado pelos altos impostos de exportação. Além desse, os setores do empresariado nacional, trabalhadores urbanos e rurais e as economias das províncias também se sentiram prejudicados. Assim, no decorrer do ano de 1968 começaram a ser percebidos os primeiros indícios do fim da *Pax Romana* (cf. ROMERO, 2006, p. 165), principalmente após protestos de sindicalistas (reprimidos rapidamente pelo governo). Nesse sentido, Liliana de Riz afirma que “*lo que no cabía en los planes de Onganía era la presunción de que la paz social obedeciera a una tregua forzada por el gobierno*” (2007, p. 65).

Desse modo, em meio à crescente inquietação popular, grupos de estudantes e sindicalistas tomaram as ruas da cidade de Córdoba, em 29 de maio de 1969, que se configurou em um dos maiores movimentos populares da história da Argentina, o *Cordobazo*. Somente em 31 de maio que a ordem foi restabelecida, com o resultado de cerca de 30 pessoas mortas, 500 feridas e 300 presas. Pouco tempo depois, episódios semelhantes ao *Cordobazo* aconteceram em Rosário e em Cipolletti. Em 1971, novamente em Córdoba, em Neuquén e General Roca e em 1972 em Mendoza.

No âmbito das relações internacionais, o novo governo entrou na disputa com o Brasil a fim de estabelecer a qual dos dois países pertenceria o *status* de país Satélite dos Estados Unidos no Subcontinente (desencadeando o acirramento da rivalidade, especialmente no que se refere à institucionalização do sistema da Bacia do Prata). Nesse sentido, buscava amarrar os países vizinhos, especialmente, Paraguai e Bolívia, aos seus interesses sujeitando-os a escoarem toda a produção, “quais que fossem as razões de conveniência ou os custos do frete, pelo porto de Buenos Aires e não através do Brasil” (cf. BANDEIRA, 1995, p. 221-222).

Como evidenciado, o ponto de maior dedicação da chancelaria argentina, nesse período, refere-se ao aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, mais precisamente a construção da usina de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, a poucos quilômetros da fronteira com a Argentina. O temor do governo argentino era que a construção de uma usina hidroelétrica nessa região transformasse as características regionais e que também houvesse alteração no

¹⁵ Corpus é um projeto de usina localizada no Rio Paraná entre as usinas de Itaipu e Yacyreta, com 2.800 MW de capacidade instalada.

“equilíbrio político e econômico da Bacia do Prata, em contraposição aos interesses argentinos” (BANDEIRA, 1995, p. 223), sobretudo, após Onganía paralisar os projetos hidrelétricos binacionais de *Yaciretá*, *Corpus* e *Salto Grande*.

Nessa perspectiva, a alternativa encontrada pela chancelaria argentina foi utilizar o Direito Internacional¹⁶ a fim de barrar o empreendimento brasileiro-paraguaio, alegando a necessidade de se consultar previamente os países ribeirinhos para a execução de obras em rios internacionais. Dessa forma, Bandeira evidencia que “enquanto a Argentina recorria às ‘normas jurídicas’ o Brasil despendeu seus esforços em ‘fazer a obra’” (1995, p. 224).

Em junho de 1970, Onganía foi deposto. Em seu lugar foi nomeado o general Roberto Marcelo Levingston, que governou por apenas nove meses, até março de 1971, quando renunciou. Para substituí-lo foi indicado o general Alejandro Lanusse.

A primeira medida do novo governo foi anunciar o restabelecimento das atividades políticas partidárias e a convocação de eleições para março de 1973, em uma tentativa de amenizar o momento de extrema tensão. Porém, vale evidenciar que ao mesmo tempo em que dava sinais para um abrandamento político do regime, o governo intensificou o aparato repressivo, ao criar fóruns antissubversivo, tribunais especiais para julgar guerrilheiros, além de realizar sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes.

Lanusse procurou, também, reorientar a política externa argentina, enquadrando-a às necessidades nacionais, tanto econômicas, quanto políticas. Nessa perspectiva, implantou a política de abertura dos mercados internos para novos parceiros, como a União Soviética e a China. A esse respeito, Mello afirma que “a luta contra o comunismo cedeu lugar a abertura para os países do Leste, expresso na assinatura de um acordo comercial com a União Soviética em 1971 e no reatamento das relações diplomáticas com a China Popular em 1972” (1996, p. 96).

Na esfera continental, as relações com o Brasil permaneciam tensas, devido a não resolução do impasse quanto à utilização dos recursos naturais da Bacia do Prata¹⁷. O governo argentino, além de alguns acordos de cooperação, não obteve qualquer concessão do Brasil, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a execução de obras

¹⁶ Esse assunto será detalhado no próximo capítulo.

¹⁷ A Argentina sempre teve uma inflexão central e singular no contexto da Bacia do Prata, em primeira linha devido à sua posição geográfica (sua área platina representa 37% dos 2,7 milhões de km² do território nacional, nela estão concentrados 75% de seus habitantes e mais de 70% de suas atividades industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços), mas também em razão de sua importância política. Porém, a importância da Argentina para a Bacia do Prata foi sendo intercambiada pela expansão da presença brasileira na região. A série de acordos internacionais que institucionalizou o sistema da Bacia do Prata legitimou muitas das aspirações brasileiras (MELLO, 1996, p. 143; SILVA, 2006, p. 26, 28).

em rios internacionais de curso sucessivo (cf. BANDEIRA, 1995, p. 228). Assim, para contrabalançar a política de projeção continental do Brasil (respaldada no sucesso do “milagre econômico”), a Argentina abandona a postura isolacionista, que há muito tempo norteava sua diplomacia, e apostando na convivência com a diversidade político-ideológica dos países hispano-americanos, aproxima-se dos países do Bloco Andino. Seguindo, assim, a orientação geral estabelecida para sua política externa de não alinhamento, reata relações com Cuba, desagradando profundamente os EUA.

Conforme Santos,

A rivalidade Brasil-Argentina adquiriu contornos dramáticos durante a presidência de Alejandro Lanusse (1971-1973). O general argentino procurou restaurar a influência de Buenos Aires sobre o Cone Sul com vistas a estabelecer um contrapeso ao papel hegemônico do Brasil na região. Ao entrar em rota de colisão com o Brasil, a política externa de Lanusse, tida como autônoma, entrou em confronto com os Estados Unidos (2009).

Nesse sentido, “o general Lanusse procurou restaurar a declinante influência de Buenos Aires no Cone Sul por meio de uma política de abertura na direção do Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru e Chile” (MELLO, 1996, p.125), almejando a formação de um contrapeso nas relações subcontinentais. Desse modo, empreendeu inúmeras viagens aos países do Cone Sul, sobretudo, ao Chile, Peru e Bolívia.

Em meio à recessão econômica, greves e guerrilha urbana, conforme previsto em 1971, realizaram-se no início de 1973 novas eleições presidenciais. Com aproximadamente 50% dos votos, os argentinos votaram pelo retorno do peronismo. Eleito sob o lema “*Cámpora al gobierno, Perón al Poder*”, Héctor J. Câmpora tomou posse em 25/05/1973. As eleições e a posse do novo governo não resultaram sequer na minimização da profunda crise política em que a Argentina vivia, resultando na renúncia de Câmpora apenas 49 dias após sua posse em 13/07/1973. Conforme Silva e Fernandez, sua renúncia deveu-se, sobretudo, ao fato de que não “suportou a pressão do sindicalismo e da ala direita do peronismo” (2005, p. 05). Nesse cenário, assumiu a Presidência o presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Lastrini, que governou interinamente por três meses.

Em setembro do mesmo ano, foram realizadas novas eleições presidenciais, e a chapa que se esperava ser composta por Perón e Câmpora foi substituída por Perón–Perón “*La nominación por Perón de su tercera esposa, María Estela Martínez (Isabel), como candidata a la vicepresidencia, sorprendió amuchos*” (RIZ, 2007, p. 141). A chapa Perón–

Perón foi eleita com 62% dos votos, sem muitas surpresas, dando início ao terceiro governo presidencial de Perón que, aos 78 anos de idade e uma saúde debilitada (RIZ, 2007, p. 15), assumiu a presidência de um país imerso, há anos, em uma profunda crise econômica.

Desde la de salida de Krieger Vasena, la inflación había subido año a año. La desaparición del Ministerio de Economía durante la administración de Lanusse impidió evitar los desbordes inflacionarios. Con un aumento de precios de 58,6 por ciento, el año 1972 ocupó el segundo lugar en el ranking del siglo, como observan Gerchunoff Llach. En los primeros cinco meses de 1973, la inflación ya había superado el 100 por ciento anual. En esa situación, la limitación de las demandas salariales de los sindicatos era una condición necesaria para cualquier política de estabilización. El panorama económico se había deteriorado desde 1970 y las cifras de crecimiento y superávit comercial que se habían alcanzado en los años anteriores, se habían ido desdibujando (RIZ, 2007, p. 131).

Seu novo governo, “que em linhas gerais se baseava em uma releitura de seus governos anteriores, fundamentava seu projeto de governo sob três bases: acordo democrático com as forças políticas, pacto social com grandes representantes corporativos e condução centralizada de seu movimento” (ROMERO, 2006, p. 186), lançando sob essa ótica o *Programa de Reconstrucción Nacional y Liberación*, que, em linhas gerais, objetivava políticas fortemente intervencionistas e em menor medida nacionalista. A chave do programa residia no Pacto Social, cujas metas eram a obtenção da participação dos assalariados em 40-50% da renda nacional, em um período de quatro anos (ou seja, para 1977-1978), aumentando os salários reais das massas trabalhadoras argentina e a redução da pesada inflação, que sempre foi um problema recorrente na Argentina. Dentre as medidas adotadas no plano econômico, destacam-se o congelamento de preços e salários, cujo reajuste inicial de 20% exigiu como contrapartida a suspensão das negociações coletivas por dois anos e o *Plano Trienal 1974 – 1977*. As diferentes medidas anunciadas e as diretrizes do *Plano Trienal 1974 – 1977* tinham como base o desejo de fortalecer a indústria nacional, como uma forma de diminuir a concentração da produção em grandes empresas transnacionais ocorrida na década anterior. Entre as medidas estavam a *Lei da Defesa do Trabalho e da Produção*, a *Lei de Promoção Industrial* e a *Lei de Entrada de Capitais* (SILVA; FERNANDEZ, p. 06 e 07).

Porém, no fim do ano de 1973, o cenário econômico mundial deu sinais claros de recessão, em decorrência da crise do petróleo, afetando diretamente as importações argentinas. Consequentemente a crise que era internacional, se tornou nacional fazendo-se necessário a obtenção de novas fontes de energia. Nesse sentido, em dezembro de 1973, foi

assinado pela Argentina e Paraguai o tratado de Yaciretá, além de serem retomados os projetos de Corpus e Salto Grande.

Ao optar por retomar os estudos das usinas de Yacyretá, Corpus e Salto Grande, Perón rompe com a política externa até então aplicada e promove uma distensão no relacionamento com o Brasil, levando para o segundo plano os problemas da Bacia do Prata, que seus antecessores, dando ênfase à rivalidade, “paralisaram” o país. Nesse processo, Perón desencadeia “uma ofensiva diplomática com o objetivo de recompor o prestígio e romper o isolamento da Argentina” (BANDEIRA, 1995, p. 230), viajando para o Uruguai, onde assinou o *Tratado do Rio da Prata*. Esse tratado superou o litígio sobre os limites fluviais e melhorou as relações entre os dois países (BANDEIRA, 1995, p.230). O presidente também visitou o Paraguai, onde firmou o *Tratado de Yacyretá*. Assim, Perón, igualmente, manifestou interesse ao governo do Brasil, de negociar o aproveitamento hidrelétrico do rio Uruguai (Garabi, San Pedro e Roncador)¹⁸ (cf. LEME, 2006, p. 105).

O retorno de Perón à presidência correspondeu internacionalmente a uma adaptação dos princípios da *Terceira Posição*. Restabeleceram-se, nessa perspectiva, as relações com Cuba e com os países comunistas, como Coreia do Norte, Vietnã do Norte, e República Democrática Alemã. É possível verificar, também, a adesão ao Movimento dos Países Não-Alinhados, obtendo, em recompensa, maior abertura do mercado socialista (cf. GUIMARÃES, 2000, p.20).

Em 1º de julho de 1974, decorrente de uma forte pneumonia, Perón sofre um ataque cardíaco fatal. Em meio a grande comoção que tomou conta do país, deu-se início à segunda fase do governo peronista, com a impopular Isabelita Perón (María Estela Martínez de Perón) no cargo de presidenta.

Para Liliana de Riz, “*María Estela Martínez de Perón llegó a la presidencia en calidad de heredera de un movimiento político en cuya agitada historia no había participado; su único mérito era portar el apellido del líder desaparecido*” (2007, p. 159). Frente a tal situação, a nova presidente não poderia articular e conduzir uma política externa distinta da empreendida por Perón. Sobretudo, em relação ao diálogo e à cooperação com o Brasil.

No entanto, permaneceram sem solução as negociações sobre o valor das cotas de Itaipu e de Corpus, imprescindíveis para a definição do potencial hidrelétrico de Corpus. O

¹⁸ O mapeamento do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai foi iniciado nos anos de 1960 e 1970. Naquele período, apontava-se a possibilidade de instalação de 25 grandes represas, sendo três delas bi nacionais (Roncador [Porto Vera Cruz], Garabi [Garruchos] e São Pedro) (disponível em: <http://200.132.38.201:8080/dahora/especiais/movimento-dos-attingidos-por-barragens-questiona-usina-de-garabi/> acesso em: 05/08/2011).

governo brasileiro, ciente da grave crise política e econômica que assolava a Argentina, postergou as negociações (cf. LEME, 2006, p. 105). Em 23 de março de 1976, o governo de Maria Estela Perón foi deposto, instaurando-se, mais uma vez, um regime militar na Argentina.

Isabelita foi deposta e presa por uma junta de militares, encabeçada pelo general Jorge Rafael Videla, pelo almirante Emilio Massera e pelo brigadeiro Orlando Ramón Agosti. Durante o período em que vigorou o *Processo de Reorganização Nacional* (1976-1983), a Argentina foi governada pelos Generais Jorge Videla (março de 1976 a março de 1981), Roberto Viola (março de 1981 a dezembro de 1981), Leopoldo Galtieri (dezembro de 1981 a junho de 1982) e Reynaldo Bignone (junho de 1982 a dezembro de 1983).

Ao assumir o governo em 1976, os militares impuseram uma das ditaduras mais terríveis da América Latina. Segundo Romero, “a repressão indiscriminada instalada foi uma ação sistemática realizada pelo Estado” (2006, p. 197), de modo que a maioria das vítimas não participava nem das organizações de esquerda nem da luta armada. A cultura do medo fez-se presente na sociedade argentina, onde o autoritarismo enraizava um processo de autopatrulhamento.

Para a pasta da economia, Videla nomeou José Alfredo Martínez de Hoz, importante representante da classe empresarial e do pensamento liberal-conservador. Essa nomeação respondeu à necessidade de enfrentar os problemas de credibilidade externa da Argentina (LEME, 2006, p. 33). O plano econômico concebido pelo Processo de Reorganização Nacional era parte de um amplo projeto político da elite governante, que possuía como pontos-chave o reposicionamento da classe trabalhadora (até então fortemente organizada em confederações e sindicatos, herança do peronismo), deslocando a mesma para um papel secundário e subordinado em termos econômicos, políticos e institucionais (cf. LEME, 2006, p. 35).

A política externa no governo Videla enfrentava dificuldades de todas as ordens: isolamento do país na comunidade internacional devido às denúncias de desrespeito aos direitos humanos oriundas da bárbara repressão às dissidências e uma disputa regional iminente com o Chile por um grupo de ilhas no Canal de Beagle. No que diz respeito às relações com os Estados Unidos, a diplomacia implementada por Videla buscou adotar medidas pautadas por certa autonomia em relação aos Estados Unidos, entre eles, podemos destacar: “a assinatura de acordos comerciais com a União Soviética assim como também tomou a decisão de não boicotar economicamente a superpotência socialista por causa da invasão ao Afeganistão em 1979” (cf. SANTOS, 2009).

No campo das relações regionais, ao assumir o governo, Videla tomou várias medidas com o propósito de aprofundar a cooperação econômica e comercial com o Brasil. Nesse sentido, ampliou “a lista dos produtos liberados para a importação [...] ao mesmo tempo em que reativava o funcionamento da Comissão Especial Brasil-Argentina de Comércio (CEBAC)” (CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 321). O Brasil, entre 1975 e 1984, respondeu por aproximadamente 40% das importações Argentinas de manufaturados.

Contudo, as divergências sobre a construção da usina de Itaipu continuavam em virtude da intransigente posição brasileira de não permitir à Argentina a participação nos entendimentos bilaterais com o Paraguai, a fim de discutir aspectos técnicos possivelmente prejudiciais aos seus interesses (cf. CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 317). De acordo com Bandeira, Videla pretendeu aumentar sua capacidade de negociação, visto que o cenário político regional era desfavorável à Argentina (1995, p. 236). Dessa forma, durante a *VIII Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata* (1976), em Brasília, o governo argentino propôs ao Brasil uma negociação global entre os dois países, abarcando diversos temas das relações bilaterais, como comércio, infraestrutura, transporte marítimo, cooperação técnica, pesca, trigo, bem como o aproveitamento hidrelétrico do rio Uruguai e Paraná. O Brasil acolheu a proposta, porém exigiu a retirada da pauta de negociação que tratava da temática do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. A atitude do Brasil fez com que o desentendimento entre os dois países na sensível área do aproveitamento dos recursos naturais da Bacia do Prata persistisse (LEME, 2006, p. 106), sobretudo, após a *détente* entre Brasil e Paraguai acerca da ciclagem das turbinas de Itaipu, onde cogitou-se, pela chancelaria brasileira, a alteração da corrente energética paraguaia de 50 para 60 ciclos. O que provocou grande comoção por parte do governo argentino, pois a efetivação de tal alteração causaria à indústria argentina a perda de um mercado consumidor fiel e ativo. Em represália às pretensões brasileiras, Videla interditou “o túnel *Cuevas-Caracoles*, sob a cordilheira dos Andes, ao tráfego de caminhões pesados que transportavam mercadorias do Brasil para o Chile” (BANDEIRA, 1995, p.237). Em resposta, o governo brasileiro fechou suas fronteiras para 80% da frota de caminhões da Argentina.

As relações entre Argentina e Brasil caminharam para o entendimento somente em 1979, com a assinatura do *Acordo Tripartite*, quando a Argentina iniciava a disputa com o Chile em torno da questão do Canal de Beagle¹⁹. O *Acordo Tripartite*, assinado entre Brasil,

¹⁹ O conflito argentino-chileno tem como estopim a disputa pela posse das estratégicas ilhas de Picton, Nueva e Lennox, situadas no Canal de Beagle, na “fronteira viva” do extremo-sul do Continente. O litígio acerca do domínio das três pequenas ilhas austrais entrelaçava-se, por sua vez, com o limite das 200 milhas náuticas e com

Paraguai e Argentina, em linhas gerais, estabeleceu a compatibilização da cota de Corpus com a potência de Itaipu: a Argentina aceitou uma cota de 105 metros para Corpus, abandonando a anterior reivindicação de 115 metros acima do nível do mar; em troca, o “Brasil e o Paraguai se comprometeram a instalar em Itaipu apenas as 18 turbinas originais, renunciando às duas turbinas complementares” (MELLO, 1996, p. 149 e 150)²⁰. A Argentina não poderia alimentar tensões em duas frentes – Brasil e Chile – arriscando-se em um conflito armado com nações que historicamente sempre mantiveram “uma espécie de aliança tácita” (BANDEIRA, 1995, p. 238).

* * *

1.3 Paraguai: 1954 – 1978

O governo de Stroessner foi o segundo mais duradouro na América Latina no século XX, 35 anos, apenas atrás do governo de Fidel Castro na ilha de Cuba, 49 anos. O general Stroessner tomou posse, em 15 de agosto de 1954, após golpe de estado que derrubou o governo civil de Federico Chaves no início de maio daquele ano, impondo ao Paraguai um dos mais violentos regimes ditatoriais da América Latina.

O desenvolvimento econômico paraguaio, nesse período, era precário; o mercado nacional era de baixo potencial, a mão-de-obra desqualificada, uma população pequena e uma política industrial praticamente nula (*cf.* ROLON, 2010, p. 27). Assim, objetivando sanar a economia nacional, Stroessner buscou na política externa pendular²¹ as soluções para os problemas internos. Uma vez que, em linhas gerais, seus objetivos eram: expandir o papel do Paraguai no mundo, particularmente no hemisfério e melhorar o bem-estar da sociedade por meio da assinatura de tratados com outros países do Continente, reduzindo as desvantagens da

o conceito geopolítico de mar territorial. O litígio argentino-chileno foi submetido à arbitragem da Coroa Britânica, que, em 1977, ratificou a decisão de uma corte internacional de justiça reconhecendo ao Chile o direito ao controle do Canal de Beagle e das ilhas adjacentes (MELLO, 1996, p. 100 e 103).

²⁰ Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

²¹ Esse tipo de política externa teve início durante a administração Higinio Moríngio (1940-1948), mas será com Stroessner que ela se consolidará como norteadora das ações internacionais.

mediterraneidade, a partir da manutenção de boas relações políticas, econômicas e comerciais com a Argentina, o Brasil, os EUA, e a Comunidade Européia.

Nessa perspectiva, Stroessner lançou o *Plano de Crescimento para Fora*, que visava aumentar a presença paraguaia no mercado externo, basicamente com a exportação de produtos primários, como a pecuária, a erva-mate, o algodão e a madeira²² (cf. GONÇALVES, 2010, p. 01). Essa opção, pelo mercado externo, se deu, também, pelo fato de ter como vizinhas duas grandes potências regionais (Brasil e Argentina) e por sua condição de país mediterrâneo. Nessa perspectiva, em que a economia interna foi condicionada à política externa, as atividades da chancelaria buscavam sempre políticas que visavam à superação do isolamento do país, atraindo, sobretudo, recursos e projetos que melhorassem as redes de comunicação e de transporte nacional²³. Stroessner demonstrou, assim, ser muito mais hábil que seus antecessores.

O ditador buscou medidas que ampliassem a infraestrutura nacional, com especial foco àquelas que buscavam ligar o Paraguai a outro porto no Atlântico. Ressaltamos que o Paraguai sempre dependeu do porto de Buenos Aires para as atividades de exportação e importação. Assim, nessa perspectiva, Stroessner buscava libertar o Paraguai da “secular servidão imposta por Buenos Aires” (BANDEIRA, 1995, p. 100), através de um novo porto.

Deste modo, Stroessner iniciou uma mudança radical na orientação da política externa paraguaia, fazendo com que, em poucos anos, a influência argentina fosse suplantada e o Paraguai passasse para a órbita de influência do Brasil. A nova orientação política não significou o abandono das relações com a Argentina. Pelo contrário, o governo de Stroessner procurou manter relações equilibradas com o vizinho mais ao sul, adotando uma postura política no sentido de beneficiar-se das rivalidades entre os dois grandes países limítrofes ao seu território.

Nessa medida, o Brasil passou de um parceiro comercial praticamente inexpressivo, no começo da década de 1950, para ocupar em trinta anos (1980) o quarto lugar entre os compradores de produtos paraguaios e o sétimo lugar entre os exportadores para aquele país. Enquanto isso, “o comércio entre o Paraguai e a Argentina não diminuiu, mas ficou muito aquém do montante do comércio Paraguai-Brasil” (MENEZES apud MORAES, 2003, p. 383).

²² O Paraguai, economicamente falando, pode ser visto como um país de tradição agrária e, diferentemente dos demais países da região, não desenvolveu políticas de substituição de importações entre as décadas de 1950 e 1980. O modelo adotado foi o de exportação de produtos do setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo), com base em outras formas de acumulação (SILVA, 2006, p. 5).

²³ Como ferrovias, rodovias, entre outros.

A parceria entre Brasil e Paraguai se tornou tão expressiva que apenas dois anos após a posse de Stroessner (1956) o Paraguai já dispunha de mais²⁴ um porto franco no Brasil, o de Paranaguá e a finalização do trâmite para que o Brasil financiasse a rodovia Coronel Oviedo-Puerto Presidente Franco, ligando o interior do país ao rio Paraná. Contudo, ainda permanecia o maior obstáculo para a ligação definitiva do Paraguai e do Brasil e para que este pudesse de fato reorientar sua política externa. Buscando superá-lo, em maio desse ano, o governo paraguaio enviou ao governo brasileiro a solicitação para a construção de uma ponte sobre o rio Paraná, que ligaria definitiva e efetivamente os dois países (cf. MORAES, 2007, p. 64).

Nesse sentido, em 1957, iniciaram-se as obras da Ponte Internacional no rio Paraná²⁵ (Ponte da Amizade), bem com as obras da rodovia ligando Concepcion a Pedro Juan Caballero na fronteira com a cidade brasileira de Ponta Porã, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano, firmou-se o *Convênio de Cooperação para o Estudo de Aproveitamento de Energia Hidrelétrica dos rios Monday e Acaray*, afluente do Rio Paraná, a uma capacidade instalada de 200 MW; o *Tratado Geral de Comércio e Investimento*, que em linhas gerais estabeleceu a isenção de impostos ou de qualquer outro gravame de produtos originários de qualquer um dos dois países, tanto ao serem importados como exportados. Esse acordo, “devido à disparidade do nível de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico dos dois países, era vantajoso para o Brasil, que iniciava a conquista de uma parte significativa do mercado guarani” (MORAES, 2007, p. 66), o *Convênio de Comércio Fronteiriço*, “destinado a regularizar e legalizar o intercâmbio comercial que se realizava através da fronteira comum entre os dois países” (MORAES, 2007, p. 66); assim, foram assinados, também, tratados na área cultural.

Stroessner, dando continuidade à política de aproximação com o Brasil, assinou em março de 1960 diversos tratados que contemplaram a manutenção e vigilância da Ponte da Amizade (inaugurada em janeiro de 1961). O presidente paraguaio também assinou nesse período um dos acordos mais controversos de seu governo, que consistiu na revisão dos textos escolares, “para a retirada de termos ou frases que poderiam fomentar a desconfiança entre os países” (SILVA, 2006, p. 67). Essas iniciativas do governo brasileiro eram dotadas de maior significado político, do que econômico, sobretudo pelo reduzido potencial de consumo da população paraguaia. Já para o Paraguai, “a saída para leste por via rodoviária implicaria uma

²⁴ Na década de 1940, o Porto de Santos foi estabelecido como porto franco do Paraguai.

²⁵ A Ponte da Amizade liga as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai.

nova dinâmica para sua economia, sua sociedade e sua organização produtiva” (SILVA, 2006, p. 65).

É importante ressaltar que grande parte desses projetos foi desenvolvida e implementada ao longo da fronteira brasileiro-paraguaia. Com isso, possibilitou-se a criação de um novo “pulmão” econômico no leste do país, diminuindo a influência argentina na política interna do Paraguai (cf. MENEZES, 1987). Esse processo se intensifica a partir da década de 1960, quando acontecem mudanças significativas do ponto de vista da modernização de sua economia, impulsionadas por dois grandes acontecimentos que terão repercussões posteriores: a construção da binacional Itaipu e o boom da soja e do algodão, com a incorporação de novas fronteiras agrícolas (ROLON, 2010, p. 42).

À medida que as negociações de integração entre Paraguai e Brasil se concretizavam, uma nova questão aflorava: o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, principalmente, após a contenda em torno de uma manobra de tropas do exército brasileiro pertencente a 5ª Companhia de Fronteira sediada na cidade de Guairá, em um pequeno trecho da fronteira entre Brasil e Paraguai²⁶, que havia sido demarcado pelo *Tratado de Limites*, em 1872, após o término da Guerra da Tríplice Aliança. Salientamos que o governo Paraguaio não considerava definitivamente demarcado tal região e que a atitude brasileira seria considerada como invasão territorial.

De imediato, a população paraguaia reagiu ao episódio exigindo a retirada das tropas brasileiras. Stroessner, então, transformou o litígio fronteiriço em um ponto de apoio para suas atividades políticas e conseguiu unir a população em um único sentimento: o de repúdio à ação do exército brasileiro. O litígio foi superado somente após a assinatura da *Ata do Iguazu*, quando os discursos hostis passaram a ser substituídos por discursos de cooperação.

A assinatura da *Ata do Iguazu* proporcionou ao Paraguai uma nova forma de comércio, substancialmente, ao constatar as inúmeras possibilidades de obtenção de lucro mediante a exploração do grande potencial hidroelétrico dos rios nacionais. Desse modo, transformou-se um dos elementos mais importantes para qualquer integração regional, em mercadoria. Nesse sentido, o governo paraguaio assinou com o Brasil, em 1973, o *Tratado de Itaipu*, que viabilizou a construção da Usina de Itaipu, e também estabeleceu as bases jurídicas para o aproveitamento energético de rios fronteiriços. Ainda nesse mesmo ano, assinou com o governo argentino convênios para construção de duas usinas hidrelétricas,

²⁶ Como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo.

Yacyretá²⁷ e *Corpus*, ambas localizadas no médio Paraná. Importa ressaltar que internamente, como consequências das assinaturas destes acordos e tratados, ocorreram transformações na economia nacional, que se modernizou e, de certo modo, passou a ter maior relevância no contexto regional (cf. ROLON, 2010, p. 85).

Figura 1 – Mapa das localizações das usinas de Corpus, Itaipu e Yacyretá.



Contudo, os empreendimentos argentino-paraguaios à jusante no rio Paraná, *Corpus* e *Yacyretá*, desencadearam uma série de obstáculos para concretização da usina de Itaipu²⁸. Nessa perspectiva, foi imperativa a constituição de uma teia diplomática a fim de salvaguardar a construção da Usina de Itaipu, eliminando os atritos envolvendo a chancelaria argentina. Dessa forma, após a superação do litígio de terras fronteiriças entre Brasil e Paraguai na região do Salto de Sete Quedas²⁹, com a assinatura da *Ata do Iguazu*³⁰, em 1966,

²⁷ Os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região foram finalizados por volta de 1954, porém sua construção somente se inicia na década de 1980 (PINHEIRO, 2007, p. 91).

²⁸ Como veremos mais detalhadamente do segundo capítulo.

²⁹ Ou *Salto del Guairá*, no Paraguai.

foram firmados o *Tratado da Bacia do Prata* (1969), o *Tratado de Itaipu* (1973), e por fim o *Acordo de Cooperação Técnico-Operativo* (1979).

* * *

³⁰ Ou *Ata das Cataratas*.

CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU: OS EMBATES DIPLOMÁTICOS

A *Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional* localiza-se no leito do rio Paraná em seu trecho fronteiro entre Brasil e Paraguai nos municípios de Foz do Iguaçu no lado brasileiro e Ciudad del Este no lado paraguaio. Ela é composta por três principais complexos: o *vertedouro*, que tem a função de descarregar toda a água não utilizada para geração de energia; a *barragem*, que é a estrutura que serve para represar a água e obter o desnível de 120m que permite a operação das turbinas; e o *lago* com 1.350 km² de área inundada, o sétimo maior do Brasil, formado após o término da construção da usina e do fechamento do desvio do rio.

Segundo Tão Gomes Pinto, o lago foi formado em apenas quatorze dias devido a uma fase atípica de chuvas na região, “as águas subiram cem metros e chegaram rapidamente ao topo do vertedouro às 10 horas da manhã do dia 27 de outubro de 1982” (2009, p. 16), atingindo diversos municípios brasileiros e paraguaios. Entre os municípios brasileiros relacionados estão: Diamante do Oeste com 6,62 km² de área alagada; Entre Rios do Oeste com 32,90 km²; Foz do Iguaçu com 201,84 km²; Guairá com 51,01 km²; Itaipulândia com 179,73 km²; Marechal Cândido Rondon com 56,04 km²; Medianeira com 1,16 km²; Mercedes com 19,32 km²; Missal com 40,07 km²; Mundo Novo com 14,71 km²; Pato Bragado com 47,07 km²; Santa Helena com 263,76 km²; Santa Terezinha de Itaipu com 41,90 km²; São José das Palmeiras com 1,94 km²; São Miguel do Iguaçu com 90,91 km²; e Terra Roxa com 1,58 km²¹. Do lado paraguaio foram atingidos com a formação do lago de Itaipu os municípios: Salto del Guaira; Minga Pora; San Alberto; Mbaracayu e Hernandarias.

¹ Dados informados no site <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>, acesso em: 01/03/2011.

Brasil; o Pampa que constitui o terceiro ecossistema em importância da Bacia, onde estão os solos mais férteis da região, além de outros ecossistemas como o Cerrado, de ampla diversidade biológica, ao norte da Bacia e a Mata Atlântica ao nordeste (TUSSI, 2008, p. 78).

O sistema da Bacia do Rio da Prata é constituído por três sistemas fluviais principais (sub-bacias): Paraguai, Uruguai e Paraná. A Bacia do Rio Paraguai abrange os estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como os países vizinhos, Bolívia, Paraguai e Argentina. O principal rio da Bacia, homônimo à mesma, nasce na Chapada dos Parecis no estado brasileiro de Mato Grosso, desaguando no rio Paraná após percorrer 2,550 km, próximo à cidade de Corrientes².

A Bacia do Rio Uruguai possui uma área de 385.000 km², destes 174.612 km² situam-se no território brasileiro, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ela é formada pelo rio Uruguai, que nasce na Serra Geral a partir da união dos rios Canoas e Pelotas, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e por seus afluentes desaguando no estuário do rio da Prata. Sua extensão aproximada é de 2.200 km³.

A Bacia do Rio Paraná compreende os estados brasileiros de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O rio Paraná, principal rio da Bacia, nasce a partir da união dos rios Paranaíba e Grande na divisa de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Possui 3.780 km de extensão (cf. YAHN FILHO, 2006). O rio Paraná demarca a fronteira entre Brasil e Paraguai numa extensão de 190 km entre o Salto Grande de Sete Quedas⁴ (ou Salto del Guairá para o país guarani) e foz do rio Iguazu⁵, a jusante⁶. Este desagua no Oceano Atlântico em forma de Delta, abrangendo uma

² Disponível em <http://cicplata.org/?id=lc_hidro#rp>, acessado em 15/10/2010.

³ Disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/Canal/Rio+Uruguai/542>>, acessado em 15/10/2010 e <<http://www.proriouruguai.rs.gov.br/portal/modelo.php?cont=nossasaguas>>, acessado em 15/10/2010.

⁴ Os Saltos de Sete Quedas situavam-se no rio Paraná, próximo à cidade brasileira de Guairá (PR). Como será observado mais adiante, os saltos, a partir do *Tratado de Limites* de 1872, delimitavam a fronteira entre Brasil e Paraguai, “O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda” (**Anexo 01**).

⁵ Afluente do rio Paraná, sendo formado pelo encontro dos rios Iraí e Atuba na parte leste do município paranaense de Curitiba junto à divisa deste com os municípios de Pinhais e São José dos Pinhais. O curso do rio segue o sentido geral leste/oeste com algumas partes servindo de divisa natural entre o estado do Paraná e Santa Catarina, bem como em alguns trechos servindo como fronteira entre Brasil e Argentina (província de Misiones). O rio deságua no Rio Paraná, no município de Foz do Iguazu. Próximo à sua foz se encontram as Cataratas do Iguazu. Disponível em <<http://www.ocomercioeb.com.br/noticias01.php?id=729>>, acessado em outubro de 2010.

⁶ Em hidráulica, é toda seção de rio compreendido entre o observador e a foz de um curso d'água, ou seja, rio-abaixo em relação a esse observador. Assim, ao analisar o percurso do rio Paraná, tendo a usina de Itaipu como ponto referencial, a sua foz fica a jusante.

extensa área de 14.100 km², entre as províncias argentinas de Buenos Aires e Entre Rios com uma largura que varia de 18 e 61 km. Caracteriza-se por inúmeras ilhas, córregos e canais, além de sua rica biodiversidade. No entanto, o efeito combinado das cheias do Paraná e Uruguai e das enchentes do rio da Prata torna essa área uma zona de inundação e consequentemente de densidade demográfica baixa⁷.

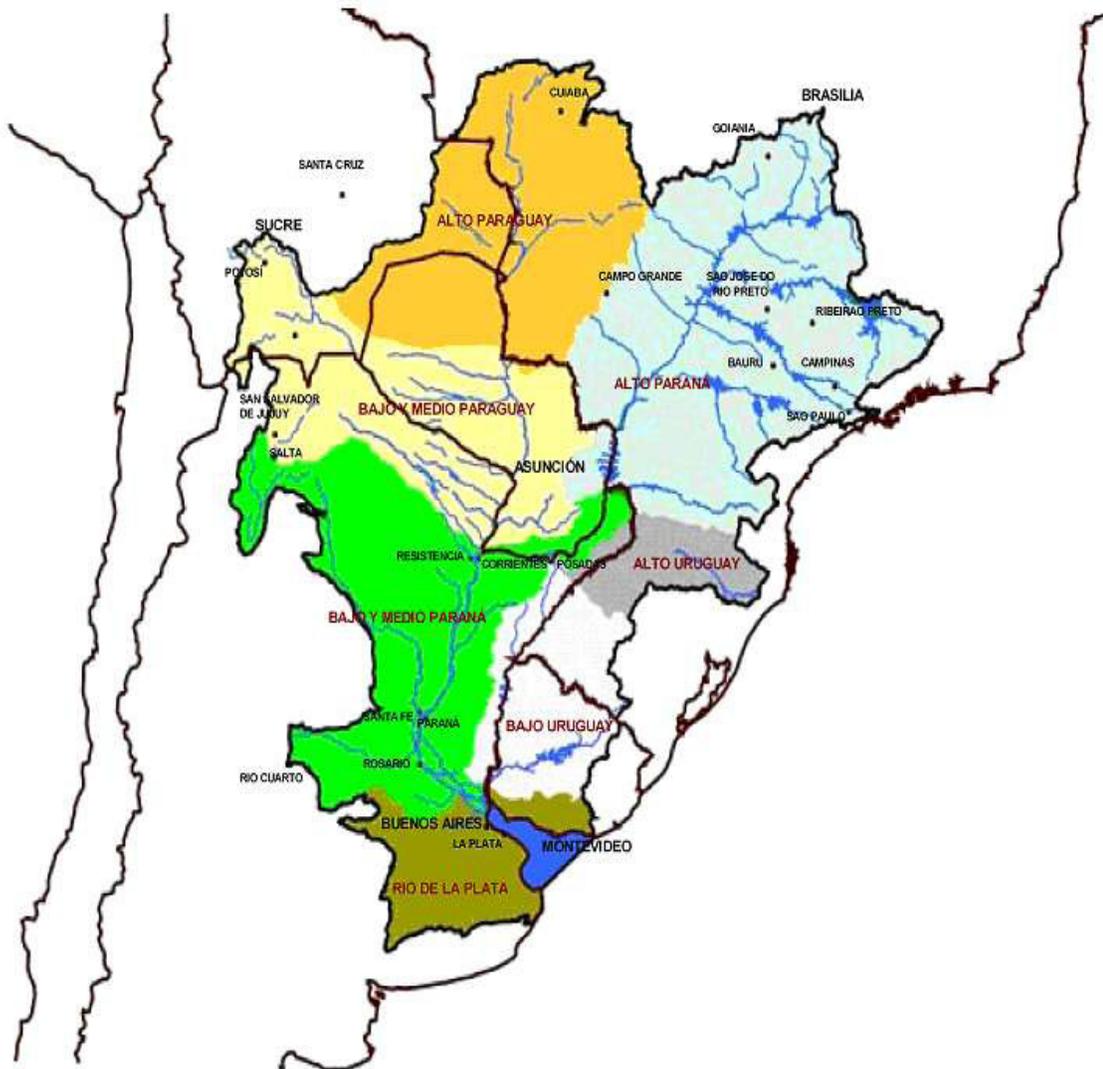
Faz-se necessário ressaltar que, para Bolívia e Paraguai, os rios da Bacia Platina constituem a única saída natural ao Oceano Atlântico,⁸ haja vista suas condições de países mediterrâneos, o que constitui um grande entrave para o desenvolvimento de suas economias dificultando o movimento de importação e exportação. No caso paraguaio, sua localização geoestratégica despertava interesses e isso se refletiu em sua política externa de forma mais nítida com Argentina e Brasil, que buscavam a hegemonia na Bacia do Prata (*cf.* ROLON, 2010).

Melissa Birch destaca a geopolítica e a mediterraneidade do país como aspecto-chave para entender as orientações e as práticas de sua chancelaria ao longo da história (*apud* ROLON, 2010, p. 102). Nessa perspectiva, Silva afirma que a geopolítica paraguaia é diretamente dependente dos eventos que ocorrem na bacia do Prata, sobretudo, por sua condição de país mediterrâneo sendo sufocado territorialmente pelos países vizinhos. O autor, nessa perspectiva, ressalta os estudos de Philip Kelly e Thomas Whigham que argumentam sobre o fato de que as principais vulnerabilidades daquele país estão diretamente relacionadas aos aspectos geográficos, particularmente no que diz respeito à sua mediterraneidade. Ademais, os autores destacam que o grande potencial hidrelétrico paraguaio contrasta com a insuficiência de recursos naturais básicos para sua industrialização e a dependência de tecnologia e capital externos (2006, p.23 e 24).

Mapa 03 – Bacia Hidrográfica do Rio da Prata.

⁷ Disponível em <http://cicplata.org/?id=lc_hidro#rp>, acesso em: 15/10/2010.

⁸ A única saída para o Atlântico se dá pelo rio da Prata, que forma um curso fluvial de cerca de mil quilômetros de extensão. O Paraguai também possui a condição de estado Mesopotâmio. A grande quantidade de rios é utilizada para possibilitar o desenvolvimento regional (*cf.* ROLON, 2010).



Fonte: CIC – Comitê Coordenador dos Países da Bacia do Prata

A construção da Usina de Itaipu foi mais do que uma proeza da engenharia, foi também uma extraordinária realização em termos de planejamento e programação financeira, inclusive pelo ineditismo de uma obra desse porte envolvendo dois países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Financeiramente passou por grandes entraves, principalmente, porque a obra teve que se ajustar às variações econômicas nos cenários nacionais e internacionais e às variações em seu próprio projeto.

Além dessa questão, é importante ressaltar que ela foi uma obra concebida pela diplomacia brasileira e, nesse sentido, Tão Gomes Pinto afirma que “Itaipu é a única obra do sistema elétrico brasileiro que não foi concebida nem pela Eletrobrás, nem pelo Ministério de

Minas e Energia, mas sim pelo Ministério de Relações Exteriores” (2009, p. 23). Desse modo, antes de se tornar a maior obra de engenharia brasileira, a usina de Itaipu se configurou no maior ponto de discordância das diplomacias regionais nas décadas de 1960, 1970 e 1980 como veremos mais adiante.

O primeiro ponto da evolução diplomática de Itaipu refere-se à conclusão do litígio de terras fronteiriças entre Brasil e Paraguai na região do Salto de Sete Quedas⁹, uma área de aproximadamente 62 mil km², com a assinatura em 1966 da *Ata do Iguaçu*¹⁰. O segundo ponto de construção diplomática efetivaram-se com as incessantes reuniões dos chanceleres da Bacia do Prata, nas quais foram assinados as *Declarações de Buenos Aires* (1967), a *Ata de Santa Cruz de la Sierra* (1968) e o *Tratado da Bacia do Prata* (1969), como veremos posteriormente. Já o terceiro ponto diz respeito à ascensão dos desentendimentos ao nível da Organização das Nações Unidas (ONU) quando a chancelaria argentina levou à *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente* em Estocolmo o conceito de bacia de drenagem internacional, em 1972. Todavia, a proposta argentina não obteve consenso e ficou para ser votada na XXVII *Assembleia Geral das Nações Unidas*, em Nova Iorque (1973). O quarto ponto foi a assinatura do *Tratado de Itaipu*, em 1973, que criou a entidade binacional Itaipu. O quinto e último ponto da construção diplomática da usina foi a assinatura do *Acordo de Cooperação Técnico-Operativo* entre Brasil, Paraguai e Argentina em 1979, que objetivava a compatibilização das usinas de Itaipu e Corpus¹¹.

Por fim, vale salientar que a construção da Usina de Itaipu foi um marco para as chancelarias brasileira, paraguaia e argentina, principalmente, no que se refere à binacionalidade do empreendimento que evoluiu de intensas negociações para uma parceria, sobretudo estratégica.

* * *

2.1 As primeiras iniciativas de aproveitamento energético do médio Paraná

⁹ Ou *Salto del Guairá*, no Paraguai.

¹⁰ Ou *Ata das Cataratas*.

¹¹ *Corpus* é um projeto de usina localizada no Rio Paraná entre as usinas de *Itaipu* e *Yacyretá*, com 2.800 MW de capacidade instalada.

O desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata se deu principalmente pela imensa capacidade de geração de energia de seus principais rios, compreendo mais da metade (55%) do potencial hidráulico dos rios brasileiros (cf. GARDIN, 2009, p. 47). Deter-nos-emos aqui a examinar a sub-bacia do rio Paraná, área de grandes litígios diplomáticos entre Brasil e Paraguai, e posterior área de construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu.

Os primeiros estudos que objetivavam levantar dados relacionados ao aproveitamento energético da sub-bacia têm origem no ano de 1951, a partir da criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai, a CIBPU, que visava suprir as carências infraestruturais e impulsionar o tão desejado processo de industrialização nacional (*idem*, p. 20). Os estudos tomam forma em meados de 1955, momento em que a CIBPU solicita ao governo federal brasileiro a concessão dos estudos de potencial energético do Salto de Sete Quedas.

O que lhe foi concedido logo no ano seguinte (1956), quando reconheceu esta Comissão em seu relatório anual a inviabilidade desse aproveitamento, tendo em vista a submersão total das cataratas no período das enchentes, o que tornava os investimentos de correção das enchentes demasiadamente onerosos (*idem*, p. 81).

Porém, o indicativo de inviabilidade não cessou os interesses pela exploração energética da região, visto que era nítida a obtenção de energia elétrica através da exploração dos Saltos de Sete Quedas. Nessa perspectiva, a empresa *São Paulo Light* tenta adquirir concessão para realizar novos estudos no mesmo ano de 1955 (RIBEIRO, 2006, p. 28), mas somente em 1960 foi aprovado o primeiro projeto para a construção de uma usina piloto¹² na margem brasileira do rio Paraná, na região da cidade de Guairá, e sendo implantada já no ano seguinte (*idem*, p. 29).

A nova década e as novas conjunturas políticas regionais abriram as portas novamente para os estudos referentes ao aproveitamento energético na sub-bacia do rio Paraná. Nesse sentido, no governo Jânio Quadros, após a criação do Ministério das Minas e Energia, os estudos se voltam para as possibilidades de aproveitamento energético dos saltos de Sete Quedas, encabeçados pela criação em 31 de maio de 1961 do *Grupo de Trabalho para o Estudo de Sete Quedas*. Esse grupo era composto por vários especialistas, entre eles um representante da CIBPU, que se destinava a estudar as diversas sugestões e concepções

¹² Essa usina foi desativada pelo fato da área ter sido inundada pelo reservatório de Itaipu (RIBEIRO, 2006, p. 29).

existentes, bem como aprimorar os estudos hidrológicos e geológicos complementares, a fim de implantar a usina Itaipu (*cf.* GARDIN, 2009, p. 83).

Ao término dos estudos, chegou-se a conclusão definitiva da inviabilidade da construção de uma usina hidrelétrica na localidade de Sete Quedas. A partir de 1958, os estudos de aproveitamento energético migraram para a região do médio Paraná, no trecho entre Sete Quedas e Foz do Iguaçu (*idem*, p. 84).

Como vimos no capítulo anterior, o país estava passando por uma grande crise política substancialmente após a renúncia do contraditório presidente da república Jânio Quadros, que governou entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, e a posse do presidente João Goulart. Essa inconstância política refletiu nos estudos voltados ao aproveitamento energético da sub-bacia do rio Paraná e somente após a posse do novo presidente deu-se continuação aos estudos. A questão energética havia se tornado um grande obstáculo para o crescimento econômico nacional. O então Ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos, contratou o escritório OMF (Óctavio Marcondes Ferraz) de São Paulo chefiado pelo engenheiro Óctavio Marcondes Ferraz¹³ (DIAS, 1993, p. 165). Este, em seus estudos, concluiu que para um ótimo aproveitamento hídrico desse trecho do rio Paraná o melhor a ser feito seria a construção de pequenas barragens à jusante de Sete Quedas (entre Guaíra e Porto Britânia) (SOUZA, 2005, p. 33). Tais obras exigiriam a abertura de um canal de 60 quilômetros para desvio das águas de Sete Quedas, à esquerda em território brasileiro até a região de Porto Mendes, com a instalação de três centrais de 3 mil kilowatts cada uma (*cf.* PINTO, 2009, p. 56). Essa obra proporcionaria a construção de um empreendimento totalmente brasileiro, excluindo, dessa forma, qualquer parceria entre países vizinhos, o que não agradou o governo paraguaio que sustentava intensamente o condomínio de seu país sobre o conjunto de Sete Quedas e percebeu a iniciativa brasileira como um atentado contra sua soberania (*cf.* YAHN FILHO, 2006, p. 02).

Os estudos também apontavam para uma segunda possibilidade: a construção em condomínio com o Paraguai de uma única barragem (Itaipu) à jusante do ponto em questão com o dobro da potencialidade energética, o que agradou e muito o governo vizinho.

Nesse sentido, foi constituído dois anos depois (1963) um novo grupo de estudos agora encabeçado pela Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileira S.A.) intitulado *Grupo de*

¹³ Coordenou a construção da Usina Paulo Afonso, em 1949, no governo Dutra, que também comandou o Ministério da Viação e Obras Públicas em 1955, no governo de Café Filho e foi Diretor técnico da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco). Em 1964, no início do governo Castelo Branco tomou posse na presidência da Eletrobrás (*cf.* DIAS, Renato Feliciano. *Octavio Marcondes Ferraz - Um pioneiro da engenharia nacional*. Rio de Janeiro, 1993).

Trabalho de Sete Quedas, no qual o engenheiro encarregado era Mário Lopes Leão (ex-presidente das empresas estaduais USELPA¹⁴ e CHERP¹⁵). Esse grupo teve a incumbência de realizar estudos conclusivos quanto ao aproveitamento de Sete Quedas e região (cf. RIBEIRO, 2006, p. 31). Porém, no ano seguinte, o golpe de estado abala as políticas internas brasileiras e conseqüentemente deixa em suspenso as negociações e os estudos relativos à construção de uma usina hidrelétrica na região do médio Paraná. Todavia, essa situação perdurou por pouco tempo. A nova conjuntura política brasileira proporcionou novo fôlego aos estudos que apontaram para uma área até o momento pouco cogitada: a foz do rio Iguazu. Esta apresentava uma imensa potencialidade hidroelétrica. No entanto, em 1965, uma manobra de tropas do exército brasileiro pertencente a 5ª Companhia de Fronteira sediada na cidade de Guairá, no pequeno trecho fronteiro entre Brasil e Paraguai, interrompeu novamente os estudos, e o projeto de Marcondes Ferraz acabou sendo arquivado (cf. SILVA, 2006, p. 74).

Esse pequeno trecho da fronteira seca entre Brasil e Paraguai foi demarcado em 1872, com a assinatura do *Tratado de Limites*¹⁶, entre os dois países, após o término da Guerra da Tríplice Aliança. O tratado assinado pelo Barão de Cotegipe e por Carlos Loizaga estabelece no primeiro artigo que

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay (Anexo 01).

¹⁴ Usinas Elétricas do Paranapanema S. A., criada em 1953. Foi a primeira companhia de economia mista controlada pelo Estado de São Paulo e uma das formadoras da CESP (http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_Historia?OpenDocument acessado em 15/06/2010).

¹⁵ *Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo*, criada em 1955. A CHERP é uma das formadoras da CESP (Companhia Energética de São Paulo) <http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_Historia?OpenDocument> acesso em: 15/06/2010.

¹⁶ Logo após a assinatura do Tratado de Limites entre Brasil e Paraguai, foi formada uma comissão mista encarregada de demarcar a fronteira entre ambos, que atuou dos anos de 1872 a 1874. Em 21 de maio de 1927, no Rio de Janeiro, foi assinado um Tratado Complementar de Limites que visava delimitar parte da fronteira entre os dois países, na região da foz do rio Apa e da Bahia Negra. Em 1930 foi firmado um novo tratado no intuito de concluir as delimitações de fronteira (Cf. BARROS, 2009).

Porém, para a chancelaria paraguaia, o texto do tratado não esclarece completamente o traçado limitador da fronteira nessa região, argumentando que o emprego do termo “até” (*grifos nossos*), não deixa claro a inclusão ou não do Salto Grande de Sete Quedas, o que gerou diversas interpretações. Além dessa questão, o governo paraguaio não aceitou as delimitações impostas pelo Tratado (*cf.* PINTO, 2009, p. 37).

Para o governo brasileiro, não havia dúvida alguma de que essa região lhe pertencia. Por isso, ignorou completamente as questões levantadas pelo governo do país guarani, uma vez que, segundo o entendimento da chancelaria brasileira, a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nesse mesmo *Tratado de Limites* de 1872 e pelo *Tratado de Limites* de 1929 (complementar ao primeiro). Sendo assim, não foram aceitas as acusações do governo paraguaio em relação à sua invalidade. De acordo com Farina, o comportamento brasileiro de ignorar a incerteza da demarcação naquele ponto específico da fronteira e de conduzir unilateralmente os estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico da região eram bastante condizentes com seu tradicional estilo de “fatos consumados” (2003, p. 127).

Assim, a manobra do exército nesta região – que, para o governo brasileiro, seria algo natural – soou como uma invasão territorial para o governo paraguaio que imediatamente reagiu. Foram solicitados esclarecimentos ao embaixador brasileiro em Assunção, Jayme de Souza Gomes, que afirmou que o pequeno destacamento estava ali para assegurar a integridade interna do país, pois o mesmo havia recentemente passado por um golpe de estado. No entanto, o governo paraguaio não aceitou tais argumentos e enviou ao local uma comissão de funcionários graduados de sua chancelaria a fim de saber o que estava realmente acontecendo no local (PINTO, 2009, p. 38).

O telegrama urgente nº. DAM/DF/930.1(42)(43), de 16/11/1965, da Embaixada do Brasil em Assunção, retrata bem o clima que se fazia sentir naquela capital: ‘Comunico a Vossa Excelência que em uma central desta cidade está colocada uma faixa em frente do prédio onde funciona a revista ‘Asilo’ com os seguintes dizeres: ‘pedimos a retirada da missão militar brasileira pela ocupação armada de Salto de Guahira’. Por outro lado, acaba de ser lançado aos jardins da Embaixada um placard com a seguinte inscrição: ‘Bandeirantes intrusos, fora do nosso solo.’ (SILVA, 2006, p. 75).

A crise se agravou ainda mais após declarações exaltadas por parte da imprensa de ambos os países. Faz-se necessário lembrar que nesse período comemorava-se no Paraguai o Centenário do Martírio da Raça, alusão à Guerra da Tríplice Aliança. Nesse cenário, a

ocupação militar brasileira inflamava os já exaltados sentimentos nacionais¹⁷, gerando imensos desafios ao governo de Stroessner.

Nessa perspectiva, a imprensa paraguaia, que frequentemente relatava com desconfiança os estudos técnicos sobre Sete Quedas, contribuiu para espalhar o sentimento de indignação à população paraguaia em relação à ocupação militar brasileira (SILVA, 2006, p. 74) e ao governo de Stroessner, criticando-o severamente. As organizações estudantis (a Federação Universitária do Paraguai e a Federação dos Estudantes Secundários) e operárias, assim como os veteranos da Guerra do Chaco emitiram comunicados repudiando a atitude brasileira de ocupar uma área onde não foram colocados os marcos fronteiriços e exigindo retirada imediata das tropas brasileiras. Mas, ao que tudo indica e que parecia ser um desgaste que prejudicaria o governo de Stroessner, o fato se tornou benéfico para o mesmo, já que conseguiu unir a população em torno de um único sentimento: o de indignação em relação à ocupação militar brasileira (cf. BARROS, 2009).

Em resposta às inquietações que emanavam do país vizinho, o General Golbery de Couto e Silva foi enviado em novembro de 1965 à Assunção para buscar um entendimento para o litígio (*idem*). Porém, o encontro não se desenvolveu de forma esperada. No mês seguinte, em mais uma tentativa de acalmar os ânimos paraguaios, o Itamaraty informou oficialmente que o Brasil aceitava um tribunal arbitral para decidir a questão fronteiriça. Vinte dias mais tarde, o chanceler paraguaio, Sapeña Pastor, enviou uma nota ao governo brasileiro que refutava qualquer direito do Brasil sobre Sete Quedas (*idem*).

A publicação da nota paraguaia refletiu diretamente no Itamaraty, o qual imediatamente começou a estudar uma melhor resposta que possuía como ponto central de argumentação a demarcação da fronteira Brasil-Paraguai pelo *Tratado de Limites*, e também, pelo o *Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai*, de 09 de maio de 1930. Porém, novamente as medidas tomadas não renderam os frutos esperados. Em mais uma tentativa de entendimento, os chanceleres brasileiro, Juracy Magalhães, e paraguaio, Sapeña Pastor, acompanhados por suas delegações¹⁸ se reuniram no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu, e no Hotel Acari, em Porto Presidente Stroessner¹⁹. O encontro, segundo Barros, “quase fracassara devido Sapeña Pastor insistir no problema das

¹⁷ Disponível em <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=2157>, acesso em: 20/06/2010.

¹⁸ A delegação paraguaia que acompanhava Sapeña Pastor era composta pelo ministro das Relações Exteriores e pelos parlamentares colorados Já a delegação brasileira compunha-se pelo o Ministro de Minas e Energia, Mario Thibaud e pelo então presidente de Furnas, John Cotrim (Cf. PINTO, 2009, p. 40).

¹⁹ Atualmente Ciudad del Leste.

fronteiras” (2009, p. 12). Por fim, os ânimos se acalmaram e foi assinada a *Ata do Iguazu*²⁰ que estabeleceu o desenvolvimento de estudos conjuntos para o aproveitamento dos recursos hídricos do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá, bem como a participação de ambos na Reunião de Chanceleres dos Estados Ribeirinhos da Bacia do Prata, que se realizaria em Buenos Aires (a pedido do governo argentino), e a retirada das tropas brasileiras da região de Porto Coronel Renato. Revelou-se, a partir desse momento, a diminuição do tom de agressividade nos discursos que passaram a ganhar ares de cooperação. A *Ata* também seria o primeiro acordo oficial a respeito da construção de uma usina hidrelétrica em Sete Quedas (SILVA, 2006, p. 75).

Faz-se necessário ressaltarmos que o governo argentino acompanhava com muita preocupação o processo de amadurecimento das discussões e dos estudos entre Brasil e Paraguai referentes ao aproveitamento hídrico do rio Paraná, substancialmente pelo fato de também possuir interesse no potencial hidrelétrico do mesmo. Isso devido, sobretudo, ao fato de que seu potencial energético não poderia ser tão facilmente substituído por outros rios em território argentino. Portanto, suas alternativas quanto ao aproveitamento hidroelétrico eram sensivelmente menores comparados aos seus vizinhos.

Somando-se às questões acima levantadas, o governo argentino considerava que um futuro empreendimento brasileiro na região do Médio Paraná seria um problema para a economia de seu país. Assim, objetivando isolar a região da influência do país vizinho e resguardar seu antigo aliado – o Paraguai, o governo argentino abriu duas frentes de ação. A primeira consistiu na assinatura de acordos com o governo paraguaio que viabilizassem a construção, em condomínio, de três usinas hidroelétricas: Yacyretá²¹, Salto Grande²² e Corpus, com o objetivo de contrabalançar a crescente influência brasileira (ESPÓSITO NETO, 2008, p. 06).

²⁰ Conhecido também por *Ata das Cataratas*.

²¹ Localizada no trecho do Baixo Paraná, divide os territórios da Argentina e do Paraguai, no arquipélago conhecido como Yacyretá – Apipé, próxima da cidade argentina de Ituzaingó, na província de Corrientes, e da cidade paraguaia de Ayolas, departamento de Misiones. A usina foi projetada para ser a última hidrelétrica do rio Paraná, já que desse ponto a jusante não há mais desníveis. Os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região foram finalizados por volta de 1954, porém sua construção somente se inicia na década de 1980 (PINHEIRO, 2007, p. 91).

²² Localizada no rio Uruguai, próxima a província de Entre Rios. A construção da Usina de Salto Grande, projeto uruguaio-argentina, por exemplo, foi acordada em 1960 pelos três países envolvidos após consulta prévia. Resultou na Declaração Conjunta Tripartite onde Argentina, Brasil e Uruguai se comprometem a elaborar um amplo plano para a construção e utilização da obra, além da mitigação de impactos na Bacia do rio Uruguai (ANDERSEN, p. 07).

A segunda ação consistia na convocação de um encontro que se realizaria em Buenos Aires (1967) entre as chancelarias dos países pertencentes à bacia hidrográfica do Prata, a fim de discutirem os problemas comuns e, principalmente, o uso dos recursos naturais compartilhados, criando compromissos jurídicos que regulassem o seu aproveitamento.

A Argentina defendia que qualquer ribeirão deveria ser consultado sobre toda e qualquer exploração econômica nos rios da bacia, independentemente da altura de sua localização. O argumento básico evocado era que todas as obras poderiam causar dano – portanto prejuízo- a toda Bacia do Prata (SILVA, 2006, p. 76).

Dessa forma, a assinatura da *Ata do Iguazu* que, além de possibilitar o entendimento entre os governos brasileiro e paraguaio, no que diz respeito à utilização do rio Paraná, assegurou ao governo argentino, após grandes indisposições entre as chancelarias, a realização da reunião entre os chanceleres dos países membros à Bacia Platina (como veremos adiante).

Além dessa questão, o texto da *Ata do Iguazu* é composto por oito artigos. No primeiro deles, os chanceleres “reafirmam a tradicional amizade entre os dois países”, colocando um ponto final em todo o conflito gerado pós-Guerra da Tríplice Aliança e agravado, sobretudo, após os litígios fronteiriços na região de Guaíra. Dando continuidade a esse sentimento de entendimento e conciliação, o segundo artigo exprime o “vivo desejo de superar, dentro de um mesmo espírito de boa-vontade e de concórdia, quaisquer dificuldades ou problemas, achando-lhes solução compatível com os interesses de ambas as Nações”. No terceiro artigo, os dois chanceleres afirmam “a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá”. Os chanceleres também estabelecem que a “eventual energia elétrica produzida pelos desníveis do rio Paraná [...] seria dividida em partes iguais entre os dois países”, fixando nesse momento o direito de preferência sobre a aquisição da energia gerada. Neste ponto se instalam novamente os desentendimentos com o governo argentino, pois o excluía de qualquer participação no projeto, bem como de qualquer possibilidade de usufruir da energia que seria gerada pelo futuro empreendimento. No quinto artigo, os chanceleres estabelecem suas participações na “reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata”, com o objetivo de “estudar os problemas comuns da área.” No sexto artigo, acordou-se que as “Marinhas respectivas dos

dois países procederão sem demora à destruição ou remoção dos cascos soçobrados que oferecem atualmente riscos à navegação internacional em águas do Rio Paraguai”. No sétimo artigo, os chanceleres convieram que os trabalhos da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai “prossegirão na data que ambos os Governos estimarem conveniente”. O oitavo e último artigo da ata encerrou as questões voltando a ressaltar os sentimentos “sempre crescentes da fraternal união entre Brasil e Paraguai”.

Para além das diretrizes acima citadas, a *Ata do Iguazu* proporcionou ao governo brasileiro esboçar o fim da crise energética que se arrastava no país. Do mesmo modo, um empreendimento do porte de uma usina de dupla nacionalidade seria também de extrema importância para a política externa, em que a possibilidade da criação de novos polos econômicos em uma região de tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) proporcionaria um considerável aumento na área de influência brasileira.

Para o Paraguai, que há algum tempo já havia constatado que a produção energética era um bom negócio, a *Ata do Iguazu* se revelaria como uma ótima oportunidade de obtenção de lucros, substancialmente com a venda do excedente energético. A união diplomática Brasil- Paraguai e a construção da usina de Itaipu foram responsáveis pelo *boom* vivido pelo Paraguai na década de 1970 e no início dos anos 1980 (MELLO, 1996, p. 136).

Nesse sentido, a venda de excedente energético para a obtenção de lucro pelo governo paraguaio se tornou um grande negócio e chegou a tal ponto que, mesmo estando no bojo das discussões sobre a construção da usina de Itaipu, iniciou obras em 1968 para a construção da Usina de Acaray²³ próxima ao distrito paraguaio de Hernandarias/Alto Paraná, fronteira com o Brasil na região da cidade de Foz do Iguazu, cuja maior parte de sua produção é vendida às cidades de fronteira da Argentina e do Brasil (SOUZA, 2005, p. 37).

Após a assinatura da *Ata do Iguazu*, criou-se a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, em 12 de fevereiro de 1967, com o objetivo de executar os artigos 2º e 3º da *Ata* – relativos ao estudo do aproveitamento do potencial hidroelétrico do desnível (SILVA, 2006, p. 83). Nessa perspectiva, três anos mais tarde, em 10 de abril de 1970, a Comissão Técnica celebrou conjuntamente com a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras

²³ O projeto da construção de uma usina hidrelétrica no rio Acaray data de setembro de 1957, quando Stroessner firmou acordo com o governo Brasileiro (SILVA, 2006, p.65). Nesse sentido SOARES FILHO afirma que “a usina hidrelétrica de Acaray, construída no Rio Acaray (Paraguai) afluente do Rio Paraná, cuja capacidade instalada é de 200 MW esteve interligada ao sistema elétrico argentino através da província Misiones como também ao sistema elétrico brasileiro, através do estado do Paraná. Essa interligação foi possível porque a usina esta equipada com duas máquinas que geram em 50 Hz, a frequência dos sistemas elétricos da Argentina e Paraguai, e duas máquinas que podem operar indistintamente em 50 ou em 60 Hz. A frequência do sistema elétrico brasileiro é 60 Hz (ANDE)” (2007, p. 01).

S.A.) e a Ande (Administração Nacional de Eletricidade - Paraguai) o *Convênio de Cooperação*, visando “regular as condições de execução conjunta das possibilidades de aproveitamento econômico dos recursos compartilhados, particularmente do potencial do rio Paraná” (*idem*).

Assim, sete meses após a celebração do convênio, encomendaram-se novos estudos que apontaram para a realização conjunta de uma grande usina hidrelétrica, aproximadamente a 190 quilômetros jusante de Sete Quedas, próximo à cidade de Foz do Iguaçu. Ainda, segundo os estudos realizados, verificou-se que a construção de uma usina nessa região proporcionaria um custo 22% menor em relação às demais localidades estudadas, além de uma condição geológica mais favorável para a fundação da represa, uma menor profundidade do leito do rio, uma melhor localização para o transporte dos materiais da construção e a possibilidade de um futuro aumento da casa das máquinas (SILVA, 2006, p. 78).

Mapa 04 – Área do litígio fronteiriço entre Brasil e Paraguai.



Mapa extraído do site http://www.scipione.com.br/ap/ggb/unidade2_c5_a01.htm# acessado em 03/03/2010

2.2 Os embates diplomáticos

Após a assinatura da *Ata do Iguçu* e da criação da *Comissão Mista Técnica Brasileiro–Paraguai*, os chanceleres de ambos os países, Juracy Magalhães do Brasil e Raúl Sapeña Pastor do Paraguai, reuniram-se novamente na cidade de Buenos Aires, em 25 de janeiro de 1967, juntamente com os representantes dos governos argentino, Nicanor Costa Méndez, boliviano, Alberto Crespo Gutiérrez, e uruguaio, Aureliano Aguirre, para a realização da primeira *Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata*. Objetivavam delinear as ações conjuntas entre os países membros na busca pelo desenvolvimento regional. Nesse sentido, foi assinada no decorrer do encontro a *Declaração Conjunta dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata* e que, de acordo com Matheus Gazzola Tussi, “traçou as primeiras linhas da cooperação a ser atingida a seguir” (2008, p. 81), não apenas no âmbito do aproveitamento energético, mas também no que diz respeito à navegação, à instalação de serviços de águas para usos domésticos, sanitários, industriais e para irrigação, como também para controle de cheias, inundações e erosão.

O texto da *Declaração*, composto por sete artigos, deixa claro em sua introdução o espírito de cooperação e a necessidade de somar esforços na busca pelo desenvolvimento regional. Nesse sentido, os chanceleres declaram no primeiro artigo:

I – Que é decisão de seus Governos levar a cabo o estudo conjunto e integral da Bacia do Prata, com o fito de realizar um programa de obras multinacionais, bilaterais e nacionais úteis ao progresso da Região.

Nesse trecho, podemos observar que, além de vislumbrar ações apenas conjuntas, buscava-se a realização de obras que atrelassem em definitivo cada um dos países membros. O texto também aborda a “permuta de informações que considerem úteis para os objetivos expostos acima”, abarcando, desse modo, a tese argentina da consulta prévia. No terceiro artigo, os chanceleres concordam em constituir um *Comitê Intergovernamental Permanente* com sede na cidade de Buenos Aires. Esse Comitê teria, a princípio, a missão de centralizar as informações e encaminhá-las aos Governos interessados, além de ficar encarregado de elaborar o próprio regulamento. No quarto artigo, os chanceleres propõem a “adoção de medidas para a criação” em cada país de “organismos especializados, centralizando os estudos

referentes à Bacia”. No sétimo e último artigo, os chanceleres se comprometem a “realizar nova reunião para prosseguir na análise dos problemas da Bacia”.

Dando continuidade aos debates iniciados em Buenos Aires, realizou-se no ano seguinte a *II Reunião dos Chanceleres* na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, entre os dias 18 e 20 de maio. Declarou-se a necessidade de “preservar para as futuras gerações os meios que permitam atender a procura crescente de bens de serviços, através do aproveitamento racional dos recursos naturais”. Com referência ao processo de institucionalização do Programa da Bacia do Prata, os chanceleres “resolvem celebrar periodicamente uma reunião com o objetivo de traçar políticas de desenvolvimento harmônico e equilibrado da região”. Também aprovaram o *Estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador* (CIC), órgão executivo do Sistema da Bacia do Prata, responsável por promover, coordenar e acompanhar o funcionamento das ações multinacionais que visem o desenvolvimento integrado da Bacia²⁴.

Ao aprovar o estatuto do Comitê, o Tratado da Bacia do Prata ganhou um órgão responsável pela centralização de todas as questões relativas à bacia: propor planos de estudo e pesquisa aos governos; receber e repassar aos governos resultados de estudos e pesquisas; negociar, junto a organismos internacionais, solicitações de pesquisa de aproveitamento da bacia; e executar as decisões dos cinco ministros das relações exteriores (SILVA, 2006, p. 85 e 86).

Ao fim do encontro, os chanceleres assinaram a *Ata de Santa Cruz de la Sierra* composta por duas partes: o processo de institucionalização do *Programa da Bacia do Prata* e os projetos concretos apresentados pelos países membros. Compõem a ata também duas resoluções; na primeira delas, os chanceleres tomam nota do *Informe de Trabalho* apresentado pelo CIC, e na segunda os chanceleres recomendam ao CIC que estude e proponha oportunamente o projeto de agenda e realize preparativos para a *III Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata*.

Nesse sentido, a *III Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata* e a *I Reunião Extraordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata* foram realizadas conjuntamente, entre os dias 22 e 23 de abril de 1969, na cidade de Brasília, com o objetivo de reafirmar novamente a busca pelo desenvolvimento harmônico e equilibrado, assim como o aproveitamento dos recursos naturais da região. Foi assinado, ao término da reunião, o

²⁴ Disponível em <http://www.saberycuidar.org/home_pt/cp_sistema_institucional.php>, acesso em 06/07/2010.

*Tratado da Bacia do Prata*²⁵ que, somando-se ao *Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata*, asseguraria definitivamente a institucionalização do sistema da Bacia Platina.

Composto por oito artigos, o *Tratado da Bacia do Prata* foi assinado com o propósito de reafirmar os compromissos estabelecidos em Buenos Aires (1967) e em Santa Cruz de La Sierra (1968). Nesse sentido, o texto do *Tratado*, em seu primeiro artigo, acrescenta às discussões a necessidade de se conjugar esforços para “promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”. Para tal fim, os países membros deveriam promover a “identificação das áreas de interesse comum e a realização de estudos, bem como a formulação de instrumentos jurídicos que estimem necessários”, visando sempre a “facilitação e assistência à navegação”, a “utilização racional do recurso das águas”, a “preservação da fauna e da flora”, o “aperfeiçoamento rodoviário, ferroviário, aéreo, elétrico e das telecomunicações”, a “complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias”, e por fim a “cooperação mútua na área da saúde e educação” (cf. TUSSI, 2008, p. 82).

O *Tratado* reconhece, em seu terceiro artigo, o CIC como órgão permanente da Bacia “encarregado de promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais”, que objetivam o desenvolvimento integrado da Bacia do Prata. Em alusão à usina de Itaipu, que ainda estava em processo de estudo no médio Paraná, o *Tratado* observa, em seu quinto artigo, que “as ações coletivas entre os países membros deverão desenvolver-se sem prejuízo dos projetos e empreendimentos que decidam executar em seus respectivos territórios, dentro do respeito ao Direito Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas”.

Dois anos depois, em 03 de junho de 1971, celebrou-se a *IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata*, na cidade de Assunção, onde foi assinada a *Declaração de Assunção Sobre o Aproveitamento de Rios Internacionais*, que contribuiu de forma significativa no que diz respeito ao delinear dos conceitos de “rios internacionais contíguos, sendo a soberania compartilhada” e “rios internacionais sucessivos, sendo a soberania não compartilhada”. No primeiro conceito, a *Declaração* estabelece que o “aproveitamento das águas deverá ser precedido de acordo bilateral entre os ribeirinhos”, como os casos dos empreendimentos de Itaipu e Corpus.

²⁵ Ou *Tratado de Brasília*.

Já no segundo conceito, a *Declaração* estabelece que “cada Estado pode aproveitar as águas na medida de suas necessidades sempre que não cause prejuízo sensível²⁶ a outro Estado da bacia”, aludindo ao conceito de soberania nacional e soberania aos recursos naturais de seu território, condicionando-os ao fator do prejuízo sensível – foco dos desentendimentos entre os governos brasileiro e argentino.

A *Declaração* também estabeleceu as diretrizes para o intercâmbio de dados hidrológicos, meteorológicos, cartográficos e hidrográficos de suas medições na bacia do Prata, bem como instituiu os países membros que deveriam manter nas melhores condições de navegabilidade os trechos dos rios que estavam sob sua soberania.

Em junho de 1972, a chancelaria argentina, na tentativa de pressionar tanto o governo brasileiro quanto o paraguaio para que considerassem a tese da consulta prévia²⁷, apresentou, no decorrer da *Conferência do Meio Ambiente* em Estocolmo, uma emenda fundamentada no conceito de *bacia de drenagem internacional* estabelecida pela Associação de Direito Internacional (*International Law Association*), em 1966²⁸ (GALVÃO *apud* YAHN FILHO, 2006, p. 08). Em contra-ofensiva, o Brasil apresentou o princípio alternativo de *prejuízo à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico e ao meio ambiente* (MELO, 2007, p. 30).

Nenhum Estado está obrigado a suprir informação em condições tais que, a seu juízo fundamentado, possa prejudicar sua segurança nacional, o seu desenvolvimento econômico ou os seus esforços para melhoria do meio ambiente (YAHN FILHO, 2006, p. 08).

Todavia a proposta argentina não obteve consenso e ficou para ser discutida e votada na *XXVII Assembleia Geral das Nações Unidas*, programada para agosto do mesmo ano (1972) na cidade de Nova Iorque. No entanto, em reunião pessoal entre os chanceleres

²⁶ Seria um ato de causar dano ao patrimônio material ou moral.

²⁷ Deve-se ressaltar a diferente entre “consulta diplomática” – mecanismo bastante usual entre Estados – e a “consulta prévia compulsória”, cujo caráter é suspensivo (SPEKTOR, 2002, p.131).

²⁸ Um maior desenvolvimento do Direito Internacional, aliado a uma preocupação ambiental, traz à tona uma discussão a respeito dos recursos naturais compartilhados. No que tange à água, um marco nesse debate foi a *52ª Conferência da International Law Association*, em 1966, realizada na cidade de Helsinque, Finlândia. Nela, foram discutidas e aprovadas as chamadas Regras de Helsinque, que estabeleceram o conceito de bacia de drenagem internacional. Segundo aquele documento, “uma bacia de drenagem internacional é uma área geográfica, que cobre dois ou mais Estados, determinada pelos limites fixados pelos divisores de água, inclusive as águas de superfície e as subterrâneas, que desembocam num ponto final comum”. Por este conceito, não apenas o rio é internacional, mas sim, toda a bacia da qual ele faz parte. Destarte, um curso d'água que esteja completamente em território nacional, mas pertença a uma bacia internacional, também será considerado como tal. Este conceito leva em conta, também, todo o ciclo d'água. Informações disponíveis em (Cf. YAHN FILHO, 2005).

brasileiro e argentino, chegou-se ao entendimento quanto à apresentação de um projeto de resolução conjunta que descartaria o princípio da consulta prévia, e em seu lugar asseguraria o princípio de não causar danos fronteiriços – ou da informação prévia – sendo conhecida como *Resolução 2995* (ou *Acordo de Nova Iorque*). Contudo, na prática, a resolução gerou resultados frustrantes, principalmente no que se referente ao caso do alagamento da represa de Ilha Solteira²⁹ (1973), que deveria ser realizado com base no acordo. A contenda gira ao redor da nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil,

A Resolução nº 2995 (XXVII) da Assembléia Geral das Nações Unidas se destina a casos em que na exploração e no aproveitamento de recursos naturais exista a de que venha a ocorrer prejuízo sensível fora da jurisdição nacional do Estado que empreenda a obra. Ora, no caso do enchimento de Ilha Solteira, tal possibilidade inexistente por inteiro. (PEREIRA, 1974, 169)

Para a chancelaria brasileira, a possibilidade de que ocorra prejuízo sensível a qualquer Estado vizinho inexistente pelo fato de que entre a usina de Ilha Solteira e o território argentino há a Usina de Jupirá (Usina Hidrelétrica Engenheiro Sousa Dias)³⁰, que se localiza a jusante de Ilha Solteira, entre as cidades de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul) e Castilho (São Paulo). Esta, por ventura, barraria qualquer anormalidade decorrente do represamento de Ilha Solteira. Porém, a chancelaria argentina interpretou a nota de outra forma e imediatamente se manifestou, argumentando que, segundo o texto do *Acordo de Nova York*, nem Brasil e nem Argentina poderiam ser juízes do caso. Dessa forma, quem poderia afirmar que o enchimento da represa de Ilha Solteira não causaria prejuízo aos países da Bacia deveria ser um terceiro ator.

Nesse sentido, Tomaz Espósito Neto (2008, p. 06) afirma que,

Em 1973, esse acordo foi denunciado pelo presidente eleito Perón, após o episódio conhecido como ‘traje de banho’, que se refere ao enchimento da represa de Ilha Solteira, sem ter sido dado, na visão argentina, o ‘devido’ conhecimento público e oficial (*apud* LANUS, 1989). Na verdade, o governo peronista utilizou-se do episódio para iniciar uma nova estratégia

²⁹ A represa de Ilha Solteira fica no noroeste do Estado de São Paulo, Brasil, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Formada pelas águas dos Rios Paranaíba e Grande, que juntos se transformam no Rio Paraná. Sua barragem tem 5.605 m de comprimento e seu reservatório tem 1.195 km² de extensão. Disponível em <http://saber.sapo.ao/wiki/Usina_hidrel%C3%A9trica_de_Ilha_Solteira>, acesso em 08/05/2010.

³⁰ Situada sobre o Rio Paraná, na intersecção com o Rio Sucuriú, no ponto chamado Jupirá, entre as cidades de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul) e Castilho (São Paulo). A usina possui 14 unidades geradoras (turbinas Kaplan), com potência instalada total de 1.551,2 MW. Sua barragem tem 5.495 m de comprimento e seu reservatório tem 330 km². Além disso, integra a hidroviária com o Rio Tietê. Disponível em <<http://revistaambienteglobal.blogspot.com/2009/11/usina-hidreletrica-engenheiro-sousa.html>>, acesso em: 09/05/2010.

para demover paraguaios e brasileiros da determinação de construir Itaipu, tentando impor o princípio da consulta prévia na Assembléia Geral das Nações Unidas (*apud* VEGAS, 1995).

O acontecimento repercutiu prontamente na imprensa argentina. Em 1º de abril de 1973, o jornal *Clarín* publicou o artigo *Brasil Inicia Mañana el Llenado de la Presa de Ilha Solteira*, que aborda o alagamento da represa de Ilha Solteira, acusando o governo brasileiro de não respeitar o acordo internacional assinado em Nova Iorque.

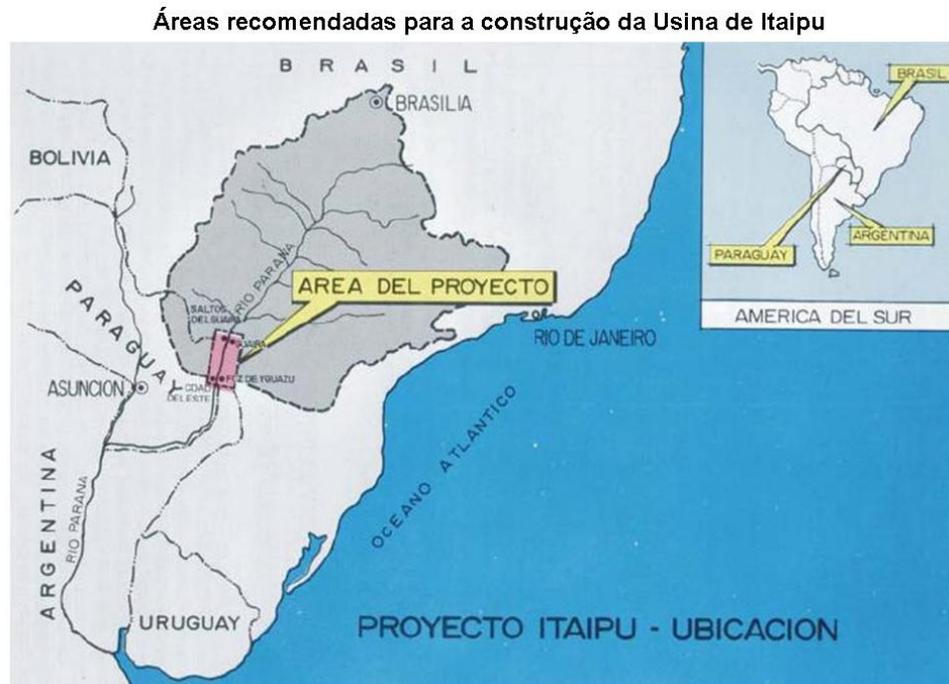
El reclamo de Buenos Aires, que no fue comentado por autoridades brasileñas, hacia alusión a una eventual violación, por parte de Brasil, del acuerdo de Nueva York, concluído entre ambos países, el que estipula la comunicación con la debida anticipación, de toda operación que pueda acarrear consecuencias sobre el medio ambiente de otros países, al realizarse, aquélla, sobre rios de curso sucesivo (01/04/1973, Economía, p. 05).

No decorrer dos entendimentos diplomáticos, continuaram os estudos referentes ao aproveitamento do Médio Paraná e somente em outubro de 1972 o primeiro relatório técnico razoavelmente completo, intitulado *Relatório Preliminar* – considerado peça fundamental para a evolução do projeto da usina hidrelétrica Binacional de Itaipu – foi apresentado à *Comissão Mista*, na qual foram identificados dez locais possíveis para a construção do empreendimento hidroelétrico. Fora sugerido no *Relatório* que nesses locais se aprofundassem os estudos e também se apontou para inúmeras concepções diferentes de aproveitamento, cada uma delas detalhadas e comparadas, sendo que duas delas se sobressaíram e foram encaminhadas aos governos do Brasil e do Paraguai, em janeiro do ano seguinte.

A primeira proposta sugere uma única barragem localizada a 190 quilômetros após a região de Sete Quedas, aproveitando, assim, todo o potencial energético do rio Paraná. A segunda sugere a construção de duas barragens: uma na localidade de Itaipu – como sugerido na primeira proposta – em associação a uma segunda barragem localizada a 15 quilômetros após Sete Quedas. Nesse sentido, Pinto ressalta que as recomendações do relatório privilegiavam a primeira opção (2009, p. 69).

Optou-se pela primeira possibilidade, tendo em vista que, entre outros aspectos, (i) seu custo de construção seria 22% menor; (ii) melhores condições geológicas para a fundação da represa; (iii) menor profundidade do rio; (iv) melhor localização para transporte de insumos necessários à construção; (v) a possibilidade de ampliar a casa de máquinas para inclusão de novas turbinas (SILVA, 2006, p. 78).

Mapa 05 – Áreas recomendadas para a construção da usina de Itaipu.



Com a apresentação do *Relatório Preliminar*, faltava apenas acertar os termos políticos do empreendimento. Com esse objetivo, o presidente brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, juntamente com o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, assinaram, em 26 de abril de 1973, o *Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu*³¹, que deu origem à maior usina hidrelétrica do mundo.

O *Tratado de Itaipu* é composto por 25 artigos e três anexos: “A” (texto do estatuto da entidade binacional), “B” (descreve as instalações da futura usina) e “C” (descreve as bases financeiras e de prestação de serviços). O objetivo era a criação da entidade binacional Itaipu, constituída com igualdade de participação entre a Eletrobrás e a Ande, sendo designada a realizar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná no trecho pertencente em condomínio ao Brasil e ao Paraguai, como podemos observar nos artigos III, IV e V,

³¹ Ou *Tratado de Itaipu*.

Artigo III – As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

Parágrafo 2º - O Estatuto e os demais Anexos, poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Artigo IV – A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos países.

Parágrafo 2º - As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol.

Artigo V - As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à ITAIPU para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidrelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Artigo I.

Dessa forma, com o objetivo de blindar o novo empreendimento, o texto do *Tratado* foi escrito de forma minuciosa e com a preocupação de abranger os diversos assuntos que futuramente poderiam causar danos maiores à construção do empreendimento, tais como: a questão dos limites territoriais; da utilização de mão-de-obra; dos equipamentos e materiais; da divisão da energia produzida; do pagamento pela entidade binacional em "royalties" da utilização do potencial hidráulico; da declaração de utilidade pública das áreas necessárias à instalação da usina. Nesse sentido, em seu terceiro artigo, o *Tratado de Itaipu* cria a entidade binacional de Itaipu “com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná”, sendo “constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital”. Já no quarto artigo, o *Tratado* afirma que a entidade terá duas sedes, uma em “Brasília - capital da República Federativa do Brasil” e outra em “Assunção - capital da República do Paraguai”, o que enfatiza o caráter binacional da Itaipu. O artigo, nesse sentido, também ressalta que “as atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol”. Para além dessas questões, no vigésimo terceiro artigo, o *Tratado* assegura que a *Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia* “manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada”.

O *Tratado de Itaipu* viabilizou a construção da Usina de Itaipu. Conforme Silva, o documento viabilizou juridicamente sua construção e converteu em resultados práticos os entendimentos a respeito do aproveitamento compartilhado por Brasil e Paraguai do potencial hidrelétrico do rio Paraná. Além disso, consolidou a Usina como um projeto binacional equitativo e estratégico, selando a reaproximação entre os dois países, iniciada a partir da ascensão de Stroessner, em 1954 (2006, p. 05).

Betiol acrescenta, nesse sentido, o caráter inovador do tratado

no que diz respeito às relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai, pois que, em nenhum momento da história dos dois países, a cooperação econômica atingira um tal nível. Em segundo lugar, ele é especial porque estabelece as bases jurídicas para o aproveitamento internacional de recursos energéticos de um rio fronteiro, bem como cria um organismo internacional incumbido da gestão desse aproveitamento (1983, p. 3).

Como mencionado anteriormente, integram o texto do *Tratado* três anexos: o *primeiro* deles composto pelo *Estatuto da entidade binacional Itaipu*, com vinte e três artigos, que estabelece como seu objeto o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná; o capital será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) pertencente à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais e intransferíveis; a estrutura administrativa será composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, bem como pelas diretrizes financeiras da entidade. O *segundo anexo*, conhecido também como Cláusula Peronista, traz a descrição geral das instalações da usina hidrelétrica e de suas obras auxiliares. O mesmo foi redigido com base no *Relatório Preliminar* e submetido pela *Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai* aos Governos do Brasil e do Paraguai, em 12 de janeiro de 1973. O texto descreve minuciosamente todas as partes que compõe o projeto, motivo pelo qual obtém grande atenção do governo argentino, pelo fato de que a construção da usina de Corpus estava condicionada ao valor da cota³² de Itaipu. Assim, a partir da margem direita, poderá se encontrar: o dique lateral direito, o vertedor, a barragem lateral direita, a barragem principal e tomada d'água, a casa de força, a barragem na margem esquerda, a barragem lateral esquerda, o dique lateral esquerdo, o dique complementar de Hernandarias, as subestações seccionadoras e, por fim, as obras para navegação.

Nesse sentido, quando o texto do anexo detalhou a casa de força, colaborou decisivamente para colocar um ponto final nas discussões que giravam em torno da

³² A cota é a altura de um ponto em relação a um plano horizontal, habitualmente o nível zero é o nível do mar. No caso de Itaipu, a sua cota seria a altura da barragem principal em relação ao nível do mar.

quantidade de turbinas, como também na ciclagem das mesmas; como veremos no próximo capítulo.

5. Casa de força - A casa de força estará localizada ao pé da barragem principal, com comprimento de 950 m. Na mesma será instalado um conjunto gerador composto de 18 unidades de 700 megawatts cada uma. Nove destas unidades serão em 50 Hz e nove em 60 Hz. Além disso, a Central poderá contar, utilizando o espaço disponível na casa de força, com até duas unidades geradoras de reserva, que serão uma de 50 Hz e a outra de 60 Hz. Todas as unidades de 50 Hz serão instaladas na metade oeste da casa de força e as de 60 Hz na metade leste. A plataforma superior da casa de força estará na cota 144 m acima do nível do mar³³.

Devido ao fato de Brasil e Paraguai possuírem frequências diferenciadas, 60 hertz e 50 hertz, fazia-se então necessário decidir em qual dessas frequências a nova usina iria trabalhar. No princípio das discussões, cogitou-se, pela chancelaria brasileira, que o país vizinho alterasse sua corrente energética de 50 para 60 ciclos por segundo devido à dificuldade da venda de energia não utilizada da parte paraguaia ao Brasil, o que provocou uma crise. Conforme Pinto, o governo paraguaio expressou que não mudaria o sistema de sua frequência energética, principalmente pelo fato de que a mudança de ciclos traria demasiado transtorno à população, haja vista que se faria necessário modificar “desde um simples aparelho de som, até motores especiais (2009, p. 108).

Pinto ainda colabora nesse sentido, afirmando que

A paz, no que diz respeito à Itaipu, começaria a ser reconstruída com estudos para que a usina trabalhasse em corrente contínua, sistema que permitiria operar em qualquer frequência em turbinas ou períodos diferentes. Se os engenheiros conseguissem essa proeza, Itaipu seria um protótipo de megasina transmitindo em corrente contínua (*idem*, p. 110 e 111).

Finalmente, acordou-se que o Paraguai não mudaria sua frequência, “optando-se por instalar 50% das unidades geradores em 50 ciclos e os outros 50% em 60 ciclos” (SCHILLING; CANESE, 1991, p. 40).

Essas discussões foram conduzidas à mesa de negociações sob a égide do governo paraguaio que, segundo Pereira, atendeu às fortes pressões do governo argentino. Paraguai (Bem como) reservou para si também a prerrogativa da construção da usina hidrelétrica de *Corpus* em condomínio com a Argentina e coube ao governo brasileiro conformar-se com a

³³ Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/energia-capa>>, acesso em: 10/05/2010.

ideia de que a construção da Usina de Itaipu estaria condicionada a futuras negociações com o governo argentino (cf. PEREIRA, 1974).

O *terceiro* e último *anexo* do *Tratado de Itaipu* traz as bases financeiras e a prestação dos serviços de eletricidade da Usina, estabelecendo as condições de suprimento, custo do serviço de eletricidade e receita. A esse respeito, o texto expõe que a divisão da energia produzida pela binacional seria efetuada pela “divisão da potência instalada na central elétrica” e tanto a Eletrobrás quanto a Ande têm o “direito de utilizar a energia que puder, por ela contratada até o limite que seria fixado pela Itaipu”. O *Anexo C* assegura que “cada entidade poderia utilizar a potência por ela contratada, durante o tempo que lhe conviesse” desde que a energia por ela utilizada não excedesse certo limite, como também poderia “autorizar a Itaipu a ceder às outras entidades parte não utilizada da potência contratada”. O anexo elucida que a “receita anual da entidade binacional, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço”.

No entanto, o certo é que o *Tratado* não pôs fim às discussões sobre o empreendimento binacional. O texto não satisfaz a sociedade paraguaia que afirmava que o governo de seu país havia sido enganado pelo governo brasileiro. Da mesma forma não agradou o governo argentino que procurava mais garantias de que Itaipu não afetaria seus futuros empreendimentos à jusante de Itaipu.

Concomitante às negociações Brasil-Paraguai, a Argentina firma com o Paraguai o *Acordo de Yacyretá*, no mesmo ano de 1973, que previa a construção de uma usina hidrelétrica na região de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai) – especificamente localizada, conforme Maria Fernanda Bacile Pinheiro, “no trecho do baixo rio Paraná que divide os territórios da Argentina e do Paraguai, no arquipélago conhecido como Yacyretá – Apipé” (2007, p. 91). A localização está no último ponto possível do rio Paraná para a construção de uma hidrelétrica, pois a jusante não há mais desnível. A usina foi construída e gerenciada pela *Entidad Binacional Yacyretá* (EBY), entidade essa de caráter supranacional.

Segundo Ribeiro,

O principal objetivo de Yacyretá é fornecer energia de base ao sistema elétrico argentino. No entanto, a usina também é apresentada como um projeto de aproveitamento “múltiplo”, expressão comumente usada para qualificar vários outros projetos. Realçar benefícios secundários e omitir custos totais são estratégias comuns dos promotores de grandes projetos (2006, p. 40).

Assim em 1975, iniciam-se efetivamente os trabalhos de abertura do canal de desvio do rio Paraná, tarefa que por si só não era nada simples. Para isso, foi contratado o consórcio brasileiro-paraguaio Engerio-Logos-Alto Paraná, encarregado de projetar o canteiro de obras que posteriormente se transformaria em uma verdadeira cidade, pois previa que no pico das construções se reuniriam aproximadamente 32 mil homens. Nesse período, também, começaram a chegar as primeiras escavadeiras e caminhões *Off-Road*, importadas do Japão, Estados Unidos e Inglaterra (PINTO, 2009, p. 76).

Atento a todos os movimentos do processo de construção da Usina de Itaipu, o jornal argentino *Clarín* declara, em 06 de maio de 1975, no artigo *Diplomacia y “Ruído de Picos”*: *Las represas del Alto Paraná*.

Los primeros trabajos de Itaipú se ponen en marcha. Este mes será licitada la apertura del canal de desvio del Paraná, que tendrá 200 metros de ancho por 90 de profundidad y 2.500 de longitud, excavado en terreno de fundamento basáltico. Del lado brasileño se há iniciado ya la construcción de viviendas para alojar al personal (06/05/1975, Economía, p. 08).

A prioridade no canteiro de obras era a escavação do canal de desvio do rio e, para que a obra fosse concluída no período estimado, os trabalhos eram realizados vinte e quatro horas por dia. Assim, em 20 de outubro de 1978, realizou-se uma grande cerimônia em que os presidentes do Brasil e Paraguai, Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, acionaram as alavancas do equipamento que originou a explosão da barreira que separava o leito do rio Paraná do canal de desvio (*cf.* RIBEIRO, 2006, p. 16). Sem dúvida, esse foi um dos principais acontecimentos que envolveram a construção da Usina Binacional de Itaipu e a união diplomática Brasil-Paraguai. A cerimônia foi acompanhada pela imprensa mundial, e em particular pela imprensa argentina, que noticiou no decorrer do mês de outubro a preparação, a execução e os resultados da abertura do canal de desvio. Dessa forma, em 18 de outubro de 1978, o jornal *Clarín* publica o artigo *Preparan el desvio del Parana* que informa quais serão as atividades que precederão o ato em que os presidentes acionam as explosões. Já no dia 20 de outubro (dia da abertura), o jornal publica em sua capa *Desvían hoy el Paraná para construir Itaipú*. O texto colabora com informações técnicas, bem como exalta as inquietações vividas pela população argentina.

A mediodía, todos ellos (as comitivas brasileira e paraguaia) asistirán a la explosión de varias cargas de dinamita, que hacen un total de 55 toneladas, con las que se destruirán las barreras levantadas en uno y otro extremo del canal, que tiene 150 metros de ancho y, en algunos lugares, hasta 90 metros de profundidad.

Se calcula que una ola de 40 metros de altura se precipitará hacia el desvío, con lo que comenzará a despejarse la porción del cañon natural en la que se comenzará pronto a levantar la pared de contención del embalse (20/10/1978, Política, p. 02 e 03).

O desvio do rio foi escavado nas rochas, medindo dois quilômetros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade, a um custo inicialmente estimado em 100 milhões de dólares (*Clarín*, 10 de setembro de 1974, Economia, p. 06). O canal ficou aberto até 1982 quando as comportas da usina foram fechadas formando a represa (lago) de Itaipu, com uma área aproximada de 1.400 quilômetros quadrados e 29 bilhões de metros cúbicos de água, banhando 16 municípios brasileiros (quinze paranaenses e um sul-mato-grossense) (RIBEIRO, 2006, p. 15).

Conjuntamente com a realização da cerimônia de abertura do desvio do rio Paraná, foram assinados entre Itaipu e o *Consórcio Itaipu-Eletromecânico*³⁴ (CIEM) contratos no valor de 880 milhões de dólares para a compra de equipamentos básicos e 740 milhões de dólares para o fornecimento das 18 turbinas³⁵.

Porém, mesmo após a abertura do canal de desvio do rio Paraná, as inquietações com relação aos temas técnicos da usina de Itaipu permaneceram, bem como as iniciativas para superá-las. Assim, um ano após a abertura do canal, em mais uma tentativa de pôr fim às contendas geradas com a construção da usina de Itaipu, foi assinado o *Acordo de Cooperação Técnico-Operativo*³⁶ entre Brasil, Argentina e Paraguai (*cf.* Silva, 2006). O principal objetivo do acordo era compatibilizar a construção das usinas de Itaipu e Corpus. Nesse sentido, o terceiro parágrafo afirma que serão realizadas reuniões de caráter técnico e diplomático a fim de que haja a conjugação das usinas.

3. Tendo presentes as vantagens, que para os dois aproveitamentos, poderiam resultar de entendimentos operativos entre os três Governos, realizaram-se na cidade de Assunção, duas Reuniões de caráter técnico, em 22 e 23 de setembro e 17 e 18 de novembro de 1977, e duas Reuniões de caráter diplomático, em 14 e 15 de março e 27 e 28 de abril de 1978. O processo de negociação prosseguiu com outras reuniões e culminou na

³⁴ Coordenado pela Alston Power e a Voith Siemens.

³⁵ Atualmente a usina de Itaipu possui 18 unidades geradoras, das quais 9 unidades operam em 50 Hz e 9 unidades geradoras operam em 60 Hz. A produção destas unidades geradoras é injetada diretamente no sistema elétrico brasileiro através de um sistema de transmissão de 765 kV. Por outro lado, do total da produção das unidades geradoras de 50 Hz uma parte é injetada no sistema elétrico paraguaio e o restante é transferido ao sistema elétrico brasileiro na forma de corrente contínua, que novamente é transformada em corrente alternada em São Paulo, porém já na frequência de 60 Hz. (ITAIPU, ONS, ANEEL).

³⁶ Ou *Acordo Tripartite Itaipu-Corpus*.

celebração, em Ciudad Presidente Stroessner, em 19 de outubro de 1979, de uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, do Paraguai e da Argentina, cujos resultados constam da presente Nota.

O texto do *Acordo* enfatiza por diversas vezes o espírito de boa vizinhança, de cooperação entre as três partes, buscando colocar um fim nos desentendimentos que se arrastavam desde a assinatura da *Ata do Iguaçu* (1966), como veremos adiante. Para tal, ficou acordado que o nível da água máximo normal de operação, salvo circunstâncias naturais excepcionais, do reservatório da barragem que o Paraguai e a Argentina projetavam construir na zona de Corpus, ficava estabelecido na cota 105 metros acima do nível do mar; ficou também estabelecido que a usina de Itaipu poderia operar até a totalidade de sua potência. Entretanto, manteria vazões a jusante de modo a não ultrapassar os seguintes parâmetros relacionados com a navegação: variação horária de nível - cinquenta centímetros, variação diária de nível - dois metros e velocidade superficial normal - 2 metros por segundo.

Acordou-se também que os empreendimentos não afetariam as condições de navegabilidade do rio Paraná, nem produziriam prejuízos sensíveis ao seu regime, à sua condição aluvional ou à operação de portos. O acordo previu preservar o meio ambiente, a fauna, a flora e a qualidade das águas do rio Paraná, evitando sua contaminação, assegurando, no mínimo, as condições atuais de salubridade na área de influência dos aproveitamentos.

Somando-se às questões levantadas, o *Acordo Tripartite* colaborou decisivamente para pôr fim às controvérsias quanto à compatibilização de Itaipu e Corpus. O ponto mais expressivo é o sétimo que declara que eventuais prejuízos sensíveis produzidos no rio Paraná, a jusante de Itaipu e do aproveitamento que se projeta construir na zona de Corpus, deverão submeter sua apreciação e qualificação, não podendo definir-se unilateralmente pelos Estados em cuja jurisdição presumivelmente se origine, nem pelos Estados que aleguem a ocorrência dos referidos eventuais prejuízos sensíveis.

Dessa forma, com a assinatura do *Acordo Tripartite* teve fim mais uma fase do processo de construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. As polêmicas que duraram aproximadamente mais de dez anos foram reduzidas a cláusulas jurídicas precisas que contemplam os direitos e fixaram as obrigações das partes (YAHN FILHO, 2006, p. 10), abrindo caminho para um período marcado por uma maior aproximação regional na Bacia do Prata.

* * *

CAPITULO III: CLARÍN: OS DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU NAS PÁGINAS DO JORNAL

Em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercambio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social (THOMPSON, 1998, p. 19).

A partir da institucionalização da informação, após o século XV, como afirma John B. Thompson, os seus processos de produção, armazenamento e circulação passaram por significativas transformações (*idem*), dentre as quais caracterizaremos as ocorridas entre o início do século XX e a década de 1970, nos jornais periódicos de grande circulação.

No início do século XX, as transformações nos jornais são caracterizadas por inúmeros avanços, dentre os quais destacamos a especialização das publicações, que passou nesse momento a distinguir o público a ser atingido e a introdução da publicidade como principal fonte de recursos. Antes, a imprensa dependia dos favores do Estado, dos pequenos anúncios populares ou domésticos – os classificados – e da publicidade de lojas comerciais (ABREU, 2002, p. 09). Além disso, têm-se os avanços no uso das ilustrações, que se tornou parte indissociável dos jornais (DE LUCA, 2006, p. 123). Os novos recursos impulsionaram e diversificaram os impressos. Assim, principalmente nos grandes e médios centros urbanos, deixou-se de lado a imprensa amadora, de modo que os jornais se tornaram *empresas*, com estruturas funcionais específicas.

O jornal era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão. [...] A imprensa, no início do século, havia conquistado seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois últimos decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX (SODRÉ, 1983, p. 275).

Os avanços se estenderam também no que se refere à estruturação dos conteúdos das páginas dos jornais. Desenharam-se, nesse momento, as seções dedicadas a assuntos específicos, como as colunas policiais, esportes, lazer, vida social e cultura. Essa nova estrutura das páginas dos jornais refletiu na divisão do trabalho nas redações. Passou a exigir a especialização dos repórteres, em suas áreas de atuação, bem como desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, críticos, revisores.

Os jornais diários profissionalizaram-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares, que atingiam regiões cada vez mais distantes graças ao avanço dos sistemas de transportes, que agilizavam o processo de distribuição. Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e lucro aliava-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender os anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados (DE LUCA, 2006, p. 137 e 138).

A imprensa, a partir dessas transformações, passou a ter lugar privilegiado no modo de vida urbano, tornando-se parte integrante dela. Não obstante, a mudança de maior impacto, e que de certa forma impera até os dias atuais, foi a forma de abordar a notícia. O jornal passou então a buscar noticiar rigorosamente “a verdade¹ dos fatos”, a objetividade tornou-se referência fundamental nesse novo modelo de jornalismo (ENNE, 2004, p. 112).

A preocupação com a verdade dos fatos tornou-se uma obsessão. A função do jornalista passou a ser não a de opinar, mas a de informar para formar. Esse processo vai ser consolidado, de fato, a partir da década de 50, mas, sem dúvida, iniciou-se já no início do século (RIBEIRO *apud* ENNE, 2004, p. 112).

O processo de modernização atingiu seu auge na metade do século XX, período em que as empresas jornalísticas se transformaram em grandes corporações das comunicações. Os jornais, que até esse período eram em sua maioria de propriedade familiar e administrados diretamente pelo dono, passaram, com as novas gerações de proprietários, a se

¹ Ressalta-se que o compromisso com a verdade, com a apropriação do real, era de essencial importância que levou as redações a nortearem seus atos a partir de três metas, a *objetividade*, a *imparcialidade* e a *neutralidade*. A primeira delas passou a ocupar o papel de destaque dentro das redações, em contraposição a *subjetividade*, que impregnava as páginas dos jornais no fim século XIX, como mencionado acima. Já a imparcialidade penetrou nas redações contrapondo as opiniões, seguindo assim a lógica da verdade, pois a mesma não dá margem a diferentes posições. Há uma verdade que é única, portanto ser imparcial seria o trivial para uma empresa jornalística que pretendia ser líder de mercado. A neutralidade fecha a tríade norteadora.

submeter à administração e às determinações de profissionais de diferentes especializações, como economistas, administradores, engenheiros de produção, engenheiros de informática, e à racionalidade dos conselhos de administração, comitês de diretoria e coordenações (ABREU, 2002, p. 38).

O jornalismo mundial passou por um processo de americanização², [...] Em termos práticos, o que aconteceu foi a celebração dessas visões do jornalismo como sinônimo de verdade, imparcialidade e objetividade. Mudanças visíveis marcaram a linguagem e a forma dos jornais, por exemplo, o modelo do *lead*, em que o primeiro parágrafo deveria conter as principais informações da notícia (o que, onde, quando, quem, por que e como). A idéia foi fazer com que o leitor, com pouco tempo disponível para a leitura de jornais diários, pudesse se informar somente com a leitura desses primeiros parágrafos. Além disso, a linguagem também devia primar pela objetividade, sem abusos estilísticos (figuras de linguagem mais rebuscadas são banidas), corte nos adjetivos (sinal de valorização e não de neutralidade) e ausência de narrativas em primeira pessoa. Em termos formais, houve uma nova concepção de diagramação. As imagens ganharam espaço, bem como os gráficos. A primeira página devia funcionar como um 'cardápio de matérias'. Títulos e manchetes passaram a ser usados como chamativos para o leitor, não só com estratégias tipográficas (corpo e tipo variados, uso de cores diferenciadas, localização na página, etc.), mas pelo próprio esforço de serem um resumo prático do que vai ser lido no interior da matéria. Nas redações, iniciou-se um processo de descentralização, com a implementação do sistema de editorias. A idéia era modernizar o produto oferecido, para garantir mais leitores e concorrer com a televisão, então uma ameaça emergente (ENNE, 2004, p.113).

Essas corporações jornalísticas passaram pelo processo de modernização acima citado, patrocinados, sobretudo, pelo capital estrangeiro, que possibilitou a aquisição de novos equipamentos para tipografias, redações e gráficas. Porém, não foi apenas a estrutura gráfica que mudou nos jornais, como mencionado anteriormente, mas também o ofício do jornalista e o próprio jornalismo sofreram inúmeras alterações.

O jornalista, nesse processo de modernização, viu-se diante da oposição romantismo x profissionalismo. Adquiriu o papel de testemunha ocular dos acontecimentos, ao romper as barreiras do espaço e do tempo. Proporcionou, desse modo, informações aos leitores de lugares onde estes não poderiam ir. Seu olhar passou a ser o olhar da sociedade. Assim, diante dessa posição perante os leitores, suas tarefas deveriam ser pautadas pela imparcialidade e objetividade, ao garantir a credibilidade e o *status* de verdade das notícias. O novo profissional deveria ser um indivíduo apolítico e apartidário, com a função de apenas

² Paradigma teórico do Modelo Ocidental de Jornalismo.

informar, e que recusa qualquer indício de opinião em suas reportagens. Assim, tudo que poderia afastá-lo da “verdade dos fatos” era execrado das redações, como a subjetividade da opinião, associada frequentemente à figura romântica do jornalista do século XIX. Nesse sentido, a opinião atravessou um longo período de depreciação, limitada apenas aos espaços específicos, como os editoriais, as crônicas, os artigos de fundo e as cartas aos leitores. O jornalista tornou-se um assalariado, que vive para a profissão, não mais o escritor ou político dileitante (ENNE, 2004, p. 112), com o poder de evidenciar as notícias que lhe pareciam mais importantes.

É preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento (BARBOSA, 1996, p.156).

Em paralelo com o desenvolvimento das grandes empresas de comunicação jornalística, outra maneira de fazer jornalismo se tornou muito popular, a *Yellow Press*, que configurou um formato totalmente diferenciado dos periódicos acima descritos. Essa nova forma se caracterizou pelo seu enfoque sensacionalista, ao buscar aspectos caóticos das notícias. Somam-se a esses aspectos os preços mais baixos do que os concorrentes, o que garantiu uma maior vendagem e uma alta audiência.

Dessa forma, a imprensa argentina, bem como de toda América Latina, foi influenciada pelas novas conjunturas midiáticas. Substancialmente no início da década de 1960, com a mudança do comportamento das empresas jornalísticas, influenciados pelo jornalismo estadunidense (notas curtas, eliminação de artigos, preposições e conjunções, uso descomedido de adjetivos e neologismo). Iniciou-se, também, o processo de especificação dos periódicos, como aqueles destinados à moda, à fotonovela, aos jovens, aos esportes, à mulher, etc.

Os principais jornais que circularam na Argentina nesse período, entre matutinos e vespertinos, foram *Clarín*, *La Prensa*, *La Nación*, *El Mundo*, *Democracia*, *Crítica*, *Noticias Gráficas*, *Correo de la Tarde* e *La Razón*. Porém, como tratamos no primeiro capítulo, a Argentina no início da década de 1960, passou por turbulento processo político, que culminou, em 28 de junho 1966, no golpe militar, autodenominado de *Revolução Argentina*. A Junta de militares que o encabeçara, imediatamente, empossou o general Juan Carlos

Onganía (1966 a 1970), no cargo vago de presidente da República. Menos de um mês após o golpe, em 23 de julho, o governo ordenou a prisão de jornalistas, o encerramento temporário ou definitivo de revistas e jornais, como o “*Cristianismo y Revolución, Inédito, Azul y Blanco, Así, Crónica, Primera Plana, Ojo, Prensa Confidencial y sus sucesoras Prensa Libre y Prensa Nueva*” (ULANOVSKY, 1997, p. 77).

Em meio à dura repressão imposta aos meios de comunicação, em 22 de dezembro de 1967, o jornal *El Mundo* encerrou suas atividades. *El mítico matutino [...] cierra sus puertas [...] durante semanas redujo ostensiblemente - y sin avisar a nadie - su tirada metropolitana y produjo la sensación de que el diario se agotaba* (ULANOVSKY, 1997, p. 81). Seu concorrente direto, *Clarín*, ao perceber a diminuição do número de jornais nas bancas, rapidamente aumentou sua tiragem, a fim de abarcar para si o público de *El Mundo*.

No fim da década de 1960, um novo processo de modernização e expansão atingiu a mídia argentina.

En enero de 1969 La Nación, ya en su nuevo edificio de once pisos en Bouchard y Tucumán, pasó de 9 a 8 columnas y mejoró su sistema de impresión. Sus nuevas rotativas Goss, las más modernas de plaza, dejaban listos en corto tiempo los 240.000 ejemplares de su edición. Las grandes empresas se expandían. El joven ejecutivo de Atlántida Aníbal Vigil, de 32 años, anunció la compra del semanario Canal TV Y la adquisición de veinte unidades de rotativa. Crónica, que ya vendía 500.000 ejemplares en tres ediciones, levanta su edificio de diez pisos en Azopardo y Garay, y La Razón (apenas por debajo del medio millón de venta) también inaugura su impresionante planta de General Hornos al 600, pensada para agregarle estudios de radio y de TV y dotada hasta de helipuerto (ULANOVSKY, 1997, p. 84).

Porém, tal processo de expansão foi acompanhado por novas medidas repressoras, principalmente, após o *Cordobazo*, em 29 de maio de 1969, que se revelou, posteriormente, ser um dos maiores movimentos populares da história da Argentina. O começo da década seguinte (1970) não mostrou ser diferente da década anterior, a censura continuou a tirar de circulação diversas publicações. Criou-se, nesse período, um grande sentimento de pânico nas redações dos jornais, “*muchos diarios perdieron hasta el 50 por ciento de sus lectores, cantidad que les costó recuperar y que, directamente, algunos no recuperaron*” (ULANOVSKY, 1997, p. 103). Em contrapartida, alguns jornais aumentaram suas tiragens, entre eles *La Nación*, *La Prensa* e *Clarín*, que focaram suas publicações para acontecimentos

internacionais. Nesse processo contraditório, novos jornais surgiram. O exemplo mais emblemático foi a fundação do jornal *La Opinión*, em 04 de maio de 1971, que objetivou ir além da publicação das informações, nesse sentido, no lugar de apenas tratá-las com superficialidade o novo periódico procurou analisá-las.

Seguro de que en los diarios existentes sobraba información banal y faltaban explicaciones claras e interpretaciones significativas y sencillas acerca de lo que ocurría, Timerman pensó un diario analítico, despojado de sensacionalismo, de títulos largos y explicativos y escrito en un lenguaje que fuera más “un vehículo para transmitir hechos e ideas que un campo de experimentación literaria”. A pesar de que su modelo inspirador, el francés Le Monde, llegaba a los 500.000 ejemplares, La Opinión no pudo trepar más allá de los 50.000 ejemplares (ULANOVSKY, 1997, p. 91 e 92).

Essa nova modalidade jornalística agradou uma considerável parcela dos leitores, de tal modo que “*cuando apareció La Opinión, Clarín vendía casi 400.000 ejemplares cada mañana, pero al siguiente semestre su venta descendió a 358.000*” (ULANOVSKY, 1997, p. 92). Assim, como podemos observar, houve nesse período uma intensa disputa pela hegemonia jornalística na Argentina, a princípio protagonizados por *El Mundo* e *Clarín*, e após o fechamento do primeiro, a disputa passou a ser entre o novo jornal *La Opinión* e *Clarín*.

Paralelamente, o grupo guerrilheiro *Ejército Revolucionario del Pueblo*, em sua fração chamada 22 de agosto (ERP – 22), sequestrou o advogado Bernardo Sofovich (procurador-geral do jornal *Clarín*), em setembro de 1973 (ROCHA, 2011, p.33). Em seu lugar exigiu-se a publicação de notas contra o novo governo de Raúl Alberto Lastiri (julho a outubro de 1973), que, a fim de impedir tal ação, interveio na redação do jornal (cf. ULANOVSKY, 1997, p. 98).

A repressão e à censura à imprensa argentina atingiram ponto culminante em 1976, depois do êxito do golpe de estado que derrubou do poder Isabelita Perón. O novo governo, autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional*, imediatamente intensificou a repressão aos meios de comunicação. As redações, nesse momento, deveriam encaminhar à Casa Rosada suas edições, para que um funcionário da Inteligência pudesse autorizar, ou não, sua publicação. Quem fosse contrário ou que, de qualquer forma, ou difundisse, divulgasse ou propagasse comunicados ou imagens com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar as atividades das Forças Armadas, seria punido com reclusão de até dez anos. *Luego del golpe, los militares crearon un área cuyo nombre era digno de una antología del*

*eufemismo: una oficina de censura a la que denominó ‘Servicio Gratuito de Lectura Previa’ y que funcionaba en la Casa Rosada (ULANOVSKY, 1997, p. 110). Soma-se aos métodos repressivos, nesse período, ameaças de mortes, assassinatos, censuras e autocensuras e proibição da circulação dos jornais *Crônica, El Mundo, Noticias, La Calle* e *Chaupinela*.*

Desse modo, podemos concluir que no período que compreende as décadas de 1960 e 1970, a mídia argentina ao mesmo tempo em que se modernizou sofreu com a forte censura e repressão.

* * *

3.1 Clarín “El Gran Diario Argentino”

En un mundo cada vez más globalizado, nuestro compromiso como grupo de comunicaciones se resume en una premisa: servir a la gente todos los días. Asumiendo la función de informar, opinar y entretener con identidad y los valores que nos caracterizan (Ernestina Herrera de Noble, Directora do Grupo Clarín).³

O jornal *Clarín*, neste início da segunda década do séc. XXI, é o periódico de maior circulação na Argentina, com uma tiragem média semanal de 350 mil exemplares e pico de 700 mil exemplares aproximadamente aos domingos (LINS, 2009, p. 06). Em relação a esse aspecto, o jornal *La Nación* não chega a atingir 50% da tiragem do *Clarín*, apesar de ser seu concorrente direto, conforme dados a seguir:

Tabela 01 – Tiragem dos principais jornais da Argentina

Título	Tiragem média Semanal	Tiragem média Dominical	Localidade
<i>Clarín</i>	350.000	703.000	Buenos Aires
<i>La Nación</i>	152.000	253.000	Buenos Aires
<i>El Argentino</i> (gratuito)	150.000	---	Buenos Aires
<i>La Razón</i> (gratuito)	97.000	---	Buenos Aires
<i>Diário Popular</i>	89.000	136.000	Buenos Aires
<i>La voz do Interior</i>	58.000	101.000	Córdoba

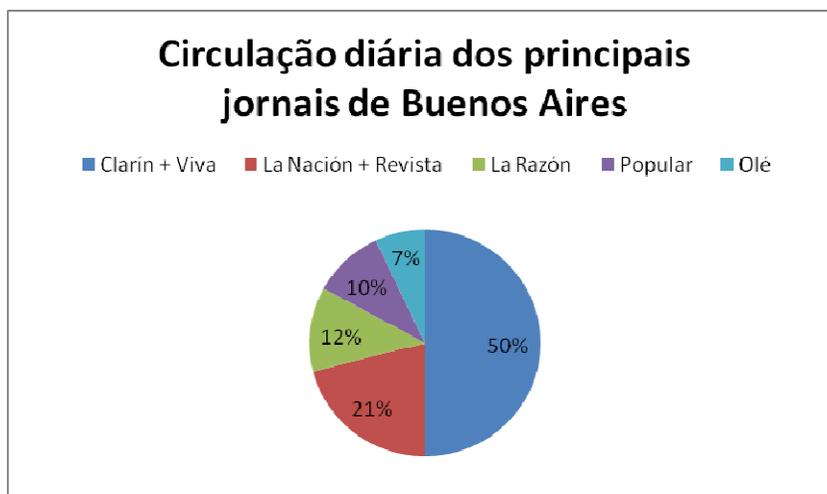
³ Disponível em <<http://http://www.grupoclarin.com/index.html>>, Acesso em: 10/07/2009.

<i>La Gaceta</i>	53.000	62.000	S. Miguel de Tucumán
<i>Olé</i>	51.000	46.000	Buenos Aires
<i>El Dia</i>	41.000	38.000	La Plata
<i>La Capital</i>	40.000	83.000	Rosário
<i>Diário de Los Andes</i>	31.000	81.000	Mendoza

Fonte: IVC Argentina ⁴

Os principais centros de circulação do *Clarín* são a Capital Federal Buenos Aires e as capitais das províncias, estando presente também em todas as partes do país através de sua extensa rede de distribuição rodoviária e aérea. Somente na Grande Buenos Aires, operam 36 distribuidores independentes e 6.000 pontos de venda. A sua quota de mercado é superior a 30%, a nível nacional, e 50% na região metropolitana (conforme gráfico 01) ⁵.

Gráfico 01 – Circulação diária dos principais jornais de Buenos Aires (Ar).



Disponível em <<http://www.grupoclarin.com/index.html>>, Acessado em 10 de julho de 2009.

Contudo, para que possamos compreender o que os números acima representam e analisar da melhor forma possível os discursos construídos e publicados pelo jornal a respeito da usina binacional de Itaipu entre os anos de 1973 a 1979, faz-se necessário levar em conta

⁴ Dados do *IVC Argentina*, disponíveis no site www.ivc.org.ar. O jornal *Perfil*, com cerca de 54.000 exemplares dominicais, só circula nos fins de semana. Os demais diários auditados têm tiragem média inferior a 30.000 exemplares semanais.

⁵ Informações disponíveis em <http://www.grupoclarin.com/content/publi_clarin.html>, Acesso em: 10/07/2009.

as transformações pelas quais o *Clarín* passou, sejam elas em relação à sua produção e à sua circulação.

Dessa forma, desde a fundação do jornal, em 1945, Roberto Noble, “*ex disidente del socialismo en la década del 20, fundador del socialismo independiente, ex ministro de Interior del gobierno conservador de Manuel Fresco en la provincia de Buenos Aires de los años 30 y estanciero*” (ULANOVSKY, 1997, p. 31), procurou imprimir nas páginas do novo periódico certa dose nacionalismo.

Con muy pocas personas, en un departamento de dimensiones reducidas de la calle Moreno, cerca de Once, sin imprentas propias Clarín salió a la calle con la idea de apoyar los cambios de un país tradicionalmente agrícola ganadero que ahora aspiraba a hacerse fuerte en grandes, medianas y pequeñas industrias y a desarrollarse más dentro de fábricas que en el campo (ULANOVSKY, 1997, p. 31).

O pequeno e novo jornal, sob o slogan “*soluciones argentinas para los problemas argentinos*”, ganhou paulatinamente o gosto popular e em pouco tempo começou a circular em todo território nacional. A conjuntura política influenciou consideravelmente a linha editorial do jornal, que enfatizou em suas publicações os acontecimentos nas áreas da política, da economia e do social. Em seu primeiro editorial, enfatizou que

Clarín no tiene vinculaciones ni compromisos con ninguna de las agrupaciones políticas tradicionales. Desde que es y será un diario informativo e independiente, no podría tenerlas. El único y exclusivo compromiso que contrae es con la Nación y consiste en reflejar exacta y objetivamente los hechos de la vida colectiva, analizarlos, juzgarlos a la luz de la verdad y de las conveniencias nacionales (ULANOVSKY, 1997, p. 31).

O novo jornal cresceu abruptamente, de acordo com o site “*Diário sobre diários*”, desde 1958 *Clarín* aumentou vertiginosamente sua tiragem; cresceu em média 100 mil exemplares por década, principalmente por causa da decadência de jornais como *Crítica* e *El mundo*. Diferenciou-se dos demais jornais, pois apelou, basicamente, aos temas locais, dando-os forte importância, especialmente em temas considerados populares, como Esporte e Espetáculos.

Em 1966, vinte e um anos após a fundação do jornal, criou-se a *Fundação Noble*, com objetivo de promover educação e cultura. As décadas que se seguiram (1970 a 1990) foram os períodos de maior crescimento do jornal, sobretudo, após sua associação ao Estado

ao inaugurar a empresa *Papel Prensa*⁶ (1978), garantindo, desse modo, juntamente com o periódico *La Nación*, o monopólio da produção de papel jornal.

Contudo, o *Grupo Clarín*⁷ consolida-se como grupo multimídia, somente após a assinatura do acordo de sociedade⁸ com a Goldman Sachs, em 27 de dezembro de 1999 (que ao entrar na sociedade investe no Grupo a soma de 500 milhões de dólares⁹). Atua, dessa forma, dentro e fora da Argentina, com uma vasta equipe de profissionais que atende aos mais diferentes meios de comunicação.

O *Clarín* deixa de ser apenas o título de um jornal e passa a ser a marca de um dos maiores conglomerados midiáticos latino-americanos do século XXI, opera nas áreas de: cabo e acesso à internet; publicações e impressões; TV e rádio; além de conteúdos digitais. Compreende as empresas: *Cablevisión, Teledigital, Multicanal, Prima, Agea, Ferias y exposiciones, Oportunidades, Tinta Fresca, AGR, Unir, Impripost, Clarín Global, Cimeco, Diario los Andes, La voz del interior, Papel Prensa, Antear, Telecolor Canal 12, Telba Canal 7, Bariloche TV, Pol-ka Producciones, Ideas del Sur, Patagonix Film Group, Canal Rural Satelital, IESA, TSC, TRISA, Radio Mitre, Gestión Compartida e Compañía de Medios Digitales* (Organograma 01). Trabalham diretamente na S/A *Clarín* 7.791 pessoas e indiretamente 22.963 pessoas¹⁰.

⁶ Atualmente, o Grupo Clarín é dono de 49% das ações da empresa, com o restante dividido entre o diário *La Nación* e o Estado argentino. Ressalta-se que a *Papel Prensa* é a única fabricante de papel-jornal na Argentina e responsável pelo abastecimento de 75% do mercado interno do país. *Como no existe otra empresa que produzca este insumo en el país, la única alternativa que tienen los medios independientes es comprar papel en Chile, pero el precio allí está dolarizado y es un 40% mayor de lo que cotiza en el mercado argentino.* Disponível em <<http://www.atp.com.ar/imppost.asp?ID=127082>>, acesso em: 05/08/2011.

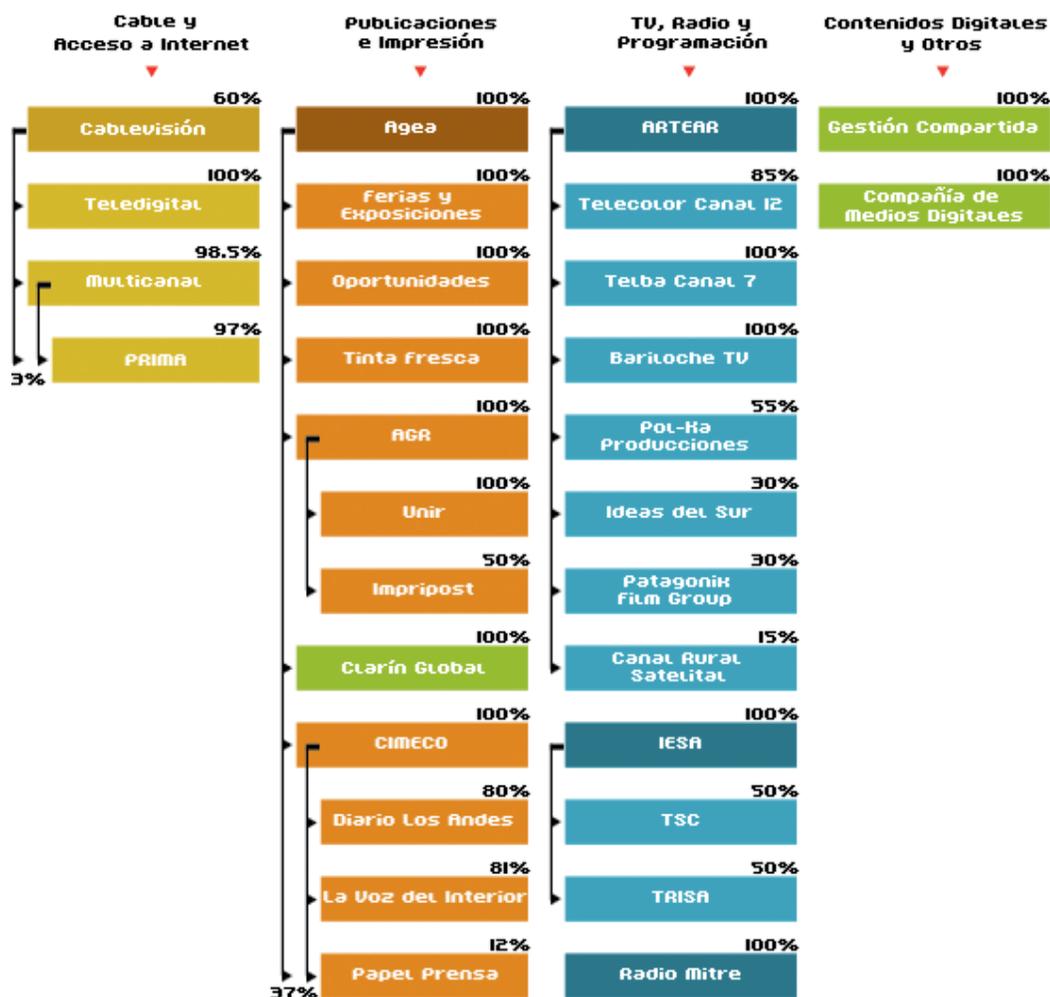
⁷ O Grupo Clarín é formalmente constituído como sociedade anônima em 1999, após um longo processo que se iniciou em 1945, quando Roberto Noble fundou o jornal Clarín. O processo se intensificou após Ernestina Noble assumir a diretoria do jornal após a morte de Roberto (1969). Seus principais acionistas são Ernestina Herrera de Noble, Hector Horacio Magonette, José Antonio Aranda e Lucio Rafael Pagliaro, juntos, formam 82% do total das ações. Os restantes 18% correspondem a investimentos do *Grupo Goldman Sachs* (Um dos maiores bancos de investimento do mundo. Fundado em 1869 por Marcus Goldman, com sede em Nova York. O Banco atua em três segmentos: Banco de Investimento; Trading e Investimentos; e Administração de Recursos e Securitização. Como banco de investimento, Goldman Sachs age como conselheiro financeiro para alguns governos e empresas).

⁸ A sociedade se insere dentro do caminho iniciado pelo Grupo *Clarín* em 1994, quando começou a preparar sua estrutura pretendendo ascender ao mercado internacional de capitais, abrindo, assim, gradualmente seu capital.

⁹ Esse investimento implicou no aumento do capital do Grupo e na incorporação da Goldman Sachs como sócia minoritária do mesmo, com uma participação de 18% do capital acionário. Disponível em (<<http://www.canaldaimpresa.com.br/canalant/56edicao/clarin1.htm>>, acessado em 30/06/2010.

¹⁰ Disponível em <<http://www.canaldaimpresa.com.br/canalant/56edicao/clarin1.htm>>, acesso em 30/06/2010.

Organograma 01 – Grupo Clarín ¹¹



A fim de evidenciar características particulares do jornal *Clarín*, discorreremos sobre algumas informações técnicas, como se segue: é editado na cidade de Buenos Aires (Argentina); enquadrado entre os diários de informação geral; sua empresa editorial é a *Arte Gráfico Editorial Argentino S.A. (AGEA)*, de propriedade do Grupo *Clarín*; a editora do diário é Ernestina Herrera de Noble, e o diretor, Roberto Pablo Guareschi. Sua periodicidade é diária matutina; o âmbito de difusão é nacional; possui uma circulação de 645.000 exemplares de segunda a sexta-feira e 700.000 aos domingos; possui formato de 280 mm x 381 mm; seu corpo principal possui uma média de 156 páginas, por exemplar, oscila entre 292 páginas no máximo e 128 páginas no mínimo; publica 17 suplementos todas as semanas (suplementos

¹¹ Disponível em <<http://www.grupoclarin.com/index.html>>, Acesso em 10/07/2009.

diários, suplementos periódicos e a revista – projetados para atender os mais variados tipos de público), dentre os quais podemos citar os cadernos de “entretenimento”, “esportes”, “classificados”, “mulheres”, “Sim!” (Jovem), “Potes” (de cozinha), “automóveis”, “rural” e de “viagens”; também possui uma grande modalidade de produtos colecionáveis, como dicionários, atlas, enciclopédias e livros. Também publica outros três suplementos que são vendidos separadamente; além de empregar cerca de mil profissionais divididos entre a administração (90), publicidade (80), distribuição (40), oficinas (400), redação (300), diagramação e compactação (26), ilustração (10) e fotografia (32) ¹².

Outra característica marcante desse periódico é a tecnologia de seus equipamentos, que, segundo o estudo *La Prensa Latinoamericana ante el siglo XXI*, possui seis rotativas *Goss Metrocolor*, o que permite a impressão em média de 35.000 exemplares coloridos em apenas uma hora, em um diário de 96 páginas. O que nos padrões do *Clarín*, que possui em média 156 páginas (chega ao máximo 292 páginas), seria de aproximadamente 25.000 exemplares. Sua estrutura física possui cerca de 35.000 m², com capacidade para armazenar 15.000 toneladas de papel.

3.1.1 Roberto Noble: “Grande Comunicador”

El 28 de agosto de 1945, [...], el periodista Jorge Roberto Noble [...] lanzó el diario Clarín. Con pocas personas, en un departamento de dimensiones reducidas en la calle Moreno, cerca de Once, sin imprenta propia, Clarín salió a la calle con la idea de apoyar los cambios agrícola-ganadero que aspiraba a hacerse fuerte en grandes, medianas y pequeñas industrias (CAMARGO, QUIROGA, 2011, p. 06).

Roberto Noble nasceu em 09 de setembro 1902, na cidade de La Plata. Aos 16, lutou pela reforma do sistema universitário, cujo currículo até então era ditado em grande parte pelos interesses conservadores da igreja católica. Já aos 25 anos (1927), filou-se ao Partido Socialista Argentino, no qual, após certos desentendimentos, protagonizou ao lado de outros políticos, sua cisão. Fundou, a partir da ala independente, o Partido Socialista Independente (PSI). Dentro do novo partido, atuou, primeiro, como diretor-adjunto e, depois, como editor do jornal *Liberdade*, que serviu como porta-voz do partido.

¹² Dados retirados do estudo *La Prensa Latinoamericana ante el siglo XXI: 25 años de diseño periodístico*.

Aos 27 anos de idade, formou-se em Direito, pela Universidade Nacional de La Plata. No mesmo ano, foi eleito deputado nacional pela Capital Federal, Buenos Aires. Um dos primeiros projetos de sua bancada foi a *Lei da Justiça*, que possuiu como finalidade impedir os abusos e as arbitrariedades por parte dos juízes e a *Lei sobre propriedade intelectual e artística*, Lei 11.723¹³, que instituiu a proteção dos direitos autorais de escritores, compositores e músicos, que levou à posterior criação da *Comissão Nacional de Cultura*.

Três anos depois, em setembro 1930, sua carreira foi interrompida temporariamente pelo golpe de Estado liderado pelo general José Félix Uriburu¹⁴. Durante esse período, trabalhou no jornal *Concordância*, criado após o golpe, com objetivo de representar os deputados de seu partido.

Quatorze meses após o golpe, a situação política estabilizou-se, pois Roberto Noble voltou a ser eleito pela capital federal, com o desígnio de representar a cidade de Buenos Aires até 1936. Após esse período, tornou-se Ministro de Governo, o gabinete mais importante durante a presidência de Agustín Pedro Justo¹⁵. Apoiou em seu mandato projetos na área da educação e no setor de comunicação. Em 1939, foi forçado a abandonar o cargo de ministro pelo presidente Roberto Ortiz¹⁶, sendo acusado de lidar com fundos de capitais públicos de forma obscura (SILVA, 2009, p. 137). Uma de suas últimas ações no governo foi a inauguração da *Rádio Província LS11*, pertencente ao governo provincial. Depois de deixar o

¹³ *Ley 11.723 (235), Propiedad intelectual*, Art. 1º - A los efectos de la presente ley, las obras científicas, literarias y artísticas, comprenden los escritos de toda naturaleza y extensión; las obras dramáticas, composiciones musicales, dramático-musicales; las cinematográficas y pantomímicas; las obras de dibujos, pintura, escultura, arquitectura; modelos y obras de arte o ciencia aplicadas al comercio o a la industria; los impresos, planos y mapas; los plásticos, fotografías, grabados y discos fonográficos, en fin: toda producción científica, literaria, artística o didáctica sea cual fuere el procedimiento de reproducción. Art. 2º - El derecho de propiedad de una obra científica, literaria o artística, comprende para su autor la facultad de disponer de ella, de publicarla, de ejecutarla, de representarla, y exponerla en público, de enajenarla, de traducirla, de adaptarla o de autorizar su traducción y de reproducirla en cualquier forma. *Lei 11.723 (235) (Propriedade intelectual Art 1º - Por efeito da presente lei, as obras científicas, literárias e artísticas, compreendem os escritos de toda natureza e extensão; as obras dramáticas, composições musicais, dramático-musicais; as cinematográficas e pantomímicas; as obras de desenhos, pintura, escultura, arquitetura; modelos e obras de arte ou ciência aplicada ao comércio ou à indústria; os impressos, mapas; os plásticos, fotografias, gravuras e discos fonográficos, enfim, toda produção científica, literária, artística ou didática, seja qual for o procedimento de reprodução. Art. 2º - O direito de propriedade de uma obra científica, literária ou artística, compreende para seu autor a faculdade de dispor dela, de publicá-la, executá-la, de representá-la, e de expô-la de qualquer maneira)* (Tradução minha).

¹⁴ General José Félix Benito Uriburu foi Presidente da Argentina de 06 de setembro de 1930 a 20 de Fevereiro de 1932. Liderou golpe militar contra o presidente Hipólito Yrigoyen, depondo-o em 1930.

¹⁵ General Agustín Pedro Justo foi presidente entre os anos de 1932 a 1938.

¹⁶ Presidente da Argentina entre 1938 e 1940. Pouco depois de assumir a presidência, Ortiz sofreu graves complicações de saúde devido às diabetes, tendo que transferir o poder, em agosto de 1940, ao seu vice Ramón S. Castillo.

Ministério, passou três anos na atividade agrícola em uma área de 3.000 hectares que adquiriu na cidade de Quiroga, província de Buenos Aires.

Em 1945, na expectativa de superar essa fase crítica de sua vida, aos 43 anos, Noble fundou o jornal *Clarín* pautado sob a ética, a independência e a modernidade. Nesse sentido, Silva afirma que

Desde o início, Roberto Noble por meio de seus editores, inculcou a necessidade da equipe buscar as pulsações e vibrações das pessoas nas ruas, nos bairros e, dessa forma, fazer do periódico um espaço configurado pelas aspirações da população argentina. Noble, ao contrário da rotina de outros jornais, objetivou um periódico que fosse matutino e cuja opinião se mantivesse durante toda a jornada (2009, p. 138).

O jornal destacou-se nas bancas com seu formato inovador, pois possuía grandes manchetes, textos introdutórios, ilustrações, capas em forma de tabela de conteúdos, o que convidava o leitor a olhar a página interna e o papel menor, mais fácil de manusear. Porém, antes de se configurar entre os maiores periódicos da América Latina, a marca *Clarín* pertencera a uma pequena revista sindical ligada ao comércio. Noble a comprou por menos de 10 mil pesos (*apud* SILVA, 2009, p. 139).

Em 1958, Noble casou-se no México com a chilena Marta María Guadalupe Zapata Timberlake. Entretanto, o casamento não teve nenhum efeito nos termos da legislação argentina, pois Marta era divorciada e a legislação argentina ainda não previa o divórcio. No mesmo ano, o casal teve uma filha, Guadalupe Noble. Dois anos depois, no início de 1960, se divorciaram simbolicamente.

Sete anos depois (1967), Roberto casou com sua companheira de longa data, Ernestina Herrera. Porém, dois anos depois (1969) ele veio a falecer em Buenos Aires aos 66 anos de idade. Sua esposa assumiu a direção do jornal, e fundamentada por uma política globalizante expandiu consideravelmente as áreas de atuação do jornal. Iniciaram-se, assim, os primeiros passos rumo à criação do conglomerado midiático *Grupo Clarín*.

3.1.2 Fundação Noble

Pouco antes de morrer, Roberto Noble criou a Fundação Noble no ano de 1966, com o objetivo de:

Promover o papel da mídia como canais de educação e cultura. Espalhar ideais de participação, a livre discussão de idéias e de debate aberto como componentes essenciais da vida democrática. Incentivar o desenvolvimento intelectual e artístico dos valores nacionais e reconhecimento de outras sociedades¹⁷.

A fundação buscou por diferentes formas associar os meios de comunicação a projetos nas áreas da educação, cultura e cidadania, os quais, segundo Roberto, são os pilares fundamentais do desenvolvimento de um país (*idem*). Neste início da segunda década do séc. XXI, a Fundação acompanha as ações do Grupo *Clarín* através de iniciativas de investimentos, doações de material bibliográfico, campanhas de conscientização e apoio às mais variadas iniciativas de organização social, além de ser parte integrante do Grupo de Fundações e Empresas, desde 2006.

Na área da educação, a fundação desenvolve programas centrados na desigualdade, evasão escolar, qualidade do ensino e capacitação docente. Os diferentes programas buscam incentivar o hábito da leitura, como também articular o uso de jornais com os conteúdos curriculares e formar indivíduos capazes de analisar os conteúdos midiáticos. No campo cultural, são desenvolvidos projetos de apoio e difusão da identidade nacional, como incentivos à produção de exposições artísticas e literárias. Os programas voltados para a cidadania visam proporcionar melhores oportunidades para os setores da sociedade mais desfavorecidos, através de contribuições específicas, divulgação e apoio a organizações não governamentais (ONGs), e de programas de sensibilização e angariação de fundos, os quais são alguns exemplos.

O trabalho da fundação se intensificou, sobretudo, após a grave crise econômica pela qual passou a Argentina no final da década de 1990, ao criar a iniciativa "*Mi granito de arena*", "*Argentina por Santa Fe*" e o apoio às atividades da *Cáritas* e da *Cruz Vermelha*.

¹⁷ Disponível em <<http://www.grupoclarin.com/index.html>>, acesso em 10/07/2009.

3.1.3. Ernestina Herrera de Noble – “La Dama de La Prensa”

A viúva de Roberto Noble, Ernestina Herrera de Noble, é uma importantíssima peça na engrenagem do jornal *Clarín*, bem como de toda a estrutura do Grupo *Clarín* e da Fundação Noble. Atua no Grupo como maior acionista, como editora do jornal *Clarín* e como presidente da Fundação Noble.

Ernestina Herrera, 23 anos mais jovem que Roberto, nasceu na Argentina em 1925. Conheceu Roberto por volta de 1950, e mantiveram uma relação extraconjugal e esporádica até o início dos anos 1960, que se intensificou após o divórcio de Noble e Marta Maria Guadalupe.

Após a morte de Noble, Ernestina herdou suas ações, tornou-se então a maior acionista do *Grupo Clarín*, que no período passou por grandes dificuldades financeiras. Assim, em meio à crise econômica, em 1971, a viúva tomou um empréstimo de 10 (dez) milhões de dólares do economista e atacadista Rogelio Frigerio, que sugeriu a ela o nome de Héctor Magnetto para assumir a administração financeira do jornal.

Desse modo, após a obtenção do empréstimo e, já sob a atuação da dupla Ernestina e Héctor, *Clarín* expandiu sua atuação na imprensa argentina, principalmente, após a inauguração da primeira fábrica de papel da Argentina, destinada especificamente aos jornais impressos, a *Papel Prensa*. Dessa forma, ao se associar ao Estado, *Clarín*, *La Nación* e *La Razón* garantiram para si o monopólio da produção de papel. Para além dessa questão, ao associar-se ao Estado, *Clarín* se consolidou como grupo multimídia e expandiu significativamente seu porte e sua qualidade editorial¹⁸. A partir desse momento, as ações do grupo *Clarín* voltaram-se para o plano de expansão sobre os meios de comunicação na Argentina (cf. SILVA, 2009, p. 140).

Cinquenta e quatro anos depois da fundação do periódico (1999), o *Grupo Clarín* foi considerado o mais importante conglomerado de mídia na Argentina. O processo das transformações do jornal em conglomerado midiático foi acompanhado por inúmeras

¹⁸ A ditadura militar havia mantido um controle estatal das emissoras de radiodifusão, decidindo por sua privatização no contexto do processo de abertura que se sucedeu ao fracasso da Guerra das Malvinas. Pesaram nessa decisão, além do interesse em preservar esses canais nas mãos de empresários, as dívidas que estes acumularam no período de intervenção. O processo seria concluído, porém, apenas em 1989, no início do governo de Carlos Menem. Na licitação final, o grupo *Clarín* logra obter o controle do *Canal 13* de televisão e das emissoras de rádio *Mitre* e *FM100*, dando início à sua diversificação multimeios. No início do governo de Néstor Kirchner, o grupo *Clarín* buscou manter um posicionamento relativamente próximo do governo, embora sem qualquer entusiasmo ou alinhamento ideológico, o que lhe assegurou a renovação da licença de *Canal 13* e a aprovação da fusão entre *Cablevisión* e *Multicanal* (LINS, 2009, p.11).

controvérsias, principalmente em torno da figura de Ernestina, que tem mantido uma longa disputa com a filha do primeiro casamento de Roberto Noble, Guadalupe Zapata, devido ao controle acionário do *Grupo Clarín*, que continua pendente.

* * *

3.2 O Jornal Clarín: Um discurso de combate à construção da Itaipu

Entre os anos de 1973 e 1979, o jornal *Clarín*, bem como grande parte dos meios de comunicação regional, publicou notícias referentes à construção da usina de Itaipu. Essas se intensificaram, sobretudo, após a assinatura do *Tratado de Itaipu* (1973), que criou a entidade binacional Itaipu e excluiu a Argentina (e qualquer outro país) da obtenção de benefícios sobre a energia que eventualmente viesse a ser produzida, como vimos no capítulo anterior. Nesse período, também, se acirrou as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, de modo que os discursos produzidos pelo jornal *Clarín* estiveram em concordância com as políticas implementadas pelo governo argentino.

Importa ressaltarmos que a seleção das reportagens sobre a temática, foi realizada a partir da leitura dos exemplares publicados entre 01 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1979. Verificamos nesse período o total de 240 (duzentos e quarenta) reportagens publicadas, inseridas nos cadernos: Internacional, Economia, Política, Agremiação, Interior e Suplemento Econômico, distribuídos irregularmente entre os anos. Em 1973, foram publicados 34 artigos relacionados à construção da usina de Itaipu; em 1974, foram 22; em 1975, foram 09; em 1976, foram 03; em 1977, subiu para 65; em 1978, foram 78, e, finalmente, em 1979, somaram 29.

Após o levantamento inicial, as reportagens foram analisadas e separadas, por uma questão metodológica, em cinco eixos temáticos: 1) Os impactos das obras de construção da usina binacional de Itaipu – trinta e oito artigos; 2) O raro debate sobre os recursos financeiros – dezesseis artigos; 3) A dimensão política das questões técnicas – quarenta artigos; 4) O potencial hidrelétrico do rio Paraná, internacionalização do uso dos recursos – sessenta e quatro artigos, e 5) Dos embates diplomáticos ao acordo – oitenta e duas

reportagens. Salienta-se que cada eixo temático foi composto por diversos subitens que auxiliaram a acomodação dos artigos.

Assim, o eixo “Os impactos das obras de construção da usina binacional de Itaipu” compõe-se de quatro subitens: Obra de Itaipu, Canal de desvio do rio Paraná, Aproveitamento do rio Paraná e Meio Ambiente. O segundo eixo “O raro debate sobre os recursos financeiros” constitui-se pelos subitens: Financiamento de Itaipu e Venda de Energia. O terceiro eixo temático “A dimensão política das questões técnicas” compreende os subitens: Ciclagem/ Potencia de Itaipu, Quantidade de turbinas de Itaipu e Cotas de Itaipu. O quarto eixo “O potencial hidrelétrico do rio Paraná, internacionalização do uso dos recursos” constitui-se pelos subitens: Ilha Solteira, *Corpus*, Harmonização de Itaipu e *Corpus*, *Yacyretá-Apipé* e Consulta Prévia. O quinto eixo temático “Dos embates diplomáticos ao acordo” compõe-se pelos subitens: Acordos/Encontros, Movimentos diplomáticos e Geopolíticos.

Dentre os duzentos e quarenta artigos levantados, elegemos 26 (vinte e seis), a fim de imprimir um olhar analítico a respeito da produção noticiosa do *Clarín* sobre a construção da usina de Itaipu. Desse modo, chegou-se a esse número a partir de uma minuciosa análise, na qual se levou em consideração o ineditismo, a diversidade e a relação evento/data dos assuntos tratados.

Após o levantamento e análise dos artigos publicados, percebemos a formação de dois períodos caracterizados, substancialmente, pela distinção de temas e pela quantidade de publicações vinculadas à construção da usina de Itaipu. O primeiro deles engloba os anos de 1973 a 1976, que totaliza 68 artigos, dos quais se identificou como principais assuntos: a harmonização das usinas de Itaipu e Corpus e a tese da consulta prévia. Período em que há a consolidação da ditadura militar no Brasil e marca o retorno de Perón à Argentina. O segundo período, os anos de 1977 a 1979, com aproximadamente duas vezes e meio mais artigos publicados que o período anterior (175), apresentou como principais temáticas: a compatibilidade Itaipu x *Corpus*; a quantidade e a ciclagem das turbinas da usina de Itaipu; as cotas de Itaipu; início das obras da usina de *Corpus*; o desvio do rio Paraná; o encontro de chanceleres em *Punta del Este*; a tese argentina de consulta prévia e a assinatura do *Acordo Tripartite* pelo Brasil, Paraguai e Argentina.

Nessa perspectiva, após a observância da materialização dos dois momentos (1973/1976 e 1977/1979), evidenciamos a congruência entre a oscilação do número de publicações ao êxito do golpe militar autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* e

a associação do *Clarín* ao Estado a partir da compra de ações da *Papel Prensa* em novembro de 1976.

As circunstâncias pelas quais o Clarin passou a ser acionista do empreendimento *Papel Prensa*, tendo o Estado como sócio, ajudam a compreender e inferir os compromissos firmados com o então regime militar iniciado em 1976. Nesse sentido, ressaltamos a importância de alguns aspectos da construção do referido empreendimento, que foi idealizado em meio à ditadura militar de Juan Carlos Onganía (1966-1970), quando em 1969 criou o *Fondo para el Desarrollo de la Producción de Papel y Celulosa* (Fundo para o Desenvolvimento da Produção de Papel e Celulose), na perspectiva de instituir a primeira empresa nacional de papel-jornal. Getino afirma que no início da década de 1970, “*Argentina ocupaba el primer lugar en América latina en consumo de diarios y revistas, e importaba casi la totalidad de papel prensa que consumía. Esto implicaba una erogación en divisas de más de 100 millones de dólares anuales, entre papel y pasta celulósica*” (apud BORRELLI, 2008, p.04).

No ano de 1972, o governo Lanusse (1971-1973) passou, através de licitação, o controle da empresa para César Augusto Civita, César Doretti, Luis Alberto Rey, juntamente com a empresa Editorial Abril S.A. De acordo com o contrato firmado entre o governo e a *Papel Prensa*, o Estado assumiria uma participação minoritária e se retiraria do projeto ao fim dos dez anos, o que nunca ocorreu. Pouco tempo depois, o governo peronista (1973) intermediou a venda da empresa ao banqueiro David Graiver e Luis Alberto Rey, que passaram a obter a maioria das ações da *Papel Prensa*. Graiver consolidou-se como sócio majoritário (Graiver passou a ter 75% das ações e o Estado 25%) após a venda feita por Rey de sua parte à Galerías da Vinci S.A. (uma empresa do Grupo Graiver) (cf. BORRELLI, 2008, p. 04).

Contudo, em agosto 1976, logo após o golpe militar, Graiver foi acusado pelo governo de receber dinheiro dos Montoneros proveniente do resgate dos empresários irmãos Born, ocorrido em 1974 e veio a falecer em um acidente de avião. Pouco tempo depois do acidente, a família Graiver decretou falência e colocou à venda suas ações da *Papel Prensa* – cuja fábrica já se encontrava em construção. Prontamente, “*el gobierno militar encabezó una cruzada para confiscar las propiedades que habían pertenecido al banquero*”, dessa forma, 75% da *Papel Prensa* passa para as mãos do Estado, que as ofereceu “*a los cuatro diarios de mayor circulación del país, La Nación, Clarín, La Razón y La Prensa (este último rechazó el*

negocio)”¹⁹ (BORRELLI, 2008, p. 05). Em 2 de novembro de 1976, foi assinada a transferência das ações dos Graiver para os jornais *Clarín*, *La Nación* e *La Razón*. A associação entre a ditadura e os diários argentinos se fez clara em 26 de setembro de 1978, com a inauguração da *Papel Prensa*.

Imagem 01 – Inauguração da fábrica da *Papel Prensa*, em 1978.



Jorge Rafael Videla, presidente militar da Argentina e Ernestina Herrera de Noble, proprietária do *Grupo Clarín*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Videla_deNoble.jpg acesso: 04/08/2011.

A fotografia em tela revela uma das cenas da inauguração da *Papel Prensa*. Destaca, em primeiro plano, o momento do brinde entre o então presidente militar Jorge Rafael Videla e Ernestina Herrero de Noble, a proprietária do *Grupo Clarín*. A presença do ditador prestigiando o ato evidencia a importância do mesmo para o governo. Faziam-se presentes, também, Bartolomé Luis Mitre (proprietário do *La Nación*), Héctor Magnetto (do *Grupo Clarín*) e Patricio Peralta Ramos (proprietário de *La Razón*).

Desse modo, consolidava-se o monopólio do fornecimento de papel jornal na Argentina, controlado por grandes periódicos e o governo militar, o qual também se

¹⁹ A partir de allí empezamos a intentar que la familia Graiver fuera juzgada por la Justicia Civil y no por la Justicia Militar. Luego los Graiver fueron incluidos en lo que se llamó el “acta institucional”, donde había muchos dirigentes políticos, por ejemplo Lorenzo Miguel, Jorge Taiana, Carlos Menem, entre otros. El acta significaba que uno perdía los derechos civiles y económicos. Esto significa que todos los bienes de la familia pasaban a estar en manos de la Comisión Nacional para la Recuperación Patrimonial (Conarepa) (BORRELLI, 2008, p. 06).

beneficiava do apoio de amplo setor da imprensa, cuja independência e autonomia ficavam comprometidas:

Este esquema que habilita a dos empresas [Clarín e La Nación] a controlar la producción de papel, que ellas mismas consumen (eso les posibilita acceder a créditos para pagar el insumo con dos o tres años de plazo, beneficio que no tienen otras empresas periodísticas) [...] Fue diseñada a sangre y fuego por la última dictadura militar, que buscaba apoyo periodístico para tapar los crímenes de lesa humanidad que se estaban cometiendo. Debido a que cumplen un rol social esencial en el sistema democrático, los diarios no pueden levantar sus precios de tapas para equiparar sus costos de publicación²⁰.

Substancialmente, ao associar-se ao Estado, o jornal *Clarín* se tornou um meio de comunicação oficioso²¹, isto é, fez as vezes de porta voz do governo, de modo que seus discursos passaram a ser pautados pela consonância ao alinhamento político-econômico do governo militar. Dessa forma, percebemos que concomitantemente ao endurecimento do regime, o número de publicações, reservado aos assuntos internacionais, cresceu consideravelmente, sobretudo, os que fizeram referência à construção da usina de Itaipu. Entendemos que essa ação objetivava desviar o foco das notícias do jornal dos acontecimentos internos – assassinatos, torturas, censuras, repressão, desaparecimentos – para os externos. Além disso, foi significativamente utilizando a *détente* em torno da construção da Itaipu e Corpus, que o jornal obteve êxito.

3.2.1 – Os impactos das obras de construção da usina binacional de Itaipu

No decorrer das análises dos artigos levantados, percebemos uma constante preocupação em relação ao andamento das obras da usina de Itaipu, essencialmente, pelo fato de que, à medida que a usina saía do papel, transfigurou-se em uma realidade irreversível, assim como a união diplomática brasileiro-paraguaia. Proporcionalmente, as preocupações argentinas também avançaram consideravelmente.

²⁰ Trecho do artigo “*Tarifazo a medios independientes*”, *Hoy en la noticia, Clarín*, 05 de maio de 2008, p. 02-03.

²¹ Que não tem caráter oficial, mas emana de fontes oficiais. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=21220>>, acesso em: 03/08/2011.

Deste modo, a obra da maior usina hidrelétrica binacional do mundo, Itaipu, começou a assumir sua forma faraônica sobre o leito do rio Paraná, acerca de 17 quilômetros da fronteira com a Argentina. Seus efeitos foram percebidos de imediato, pois transformou completamente a paisagem, as relações pessoais e, especialmente, a economia regional.

Em matéria publicada em 02 de fevereiro de 1975, intitulada “*A punto de comenzar las obras la represa de Itaipú cambia ya el paisaje del Paraná*”, o jornal *Clarín* evidenciava as problemáticas que envolviam a construção da usina de Itaipu ao afirmar que em maio de 1973, após a assinatura do *Tratado de Itaipu*, produziu-se em Assunção uma grande polêmica encabeçada principalmente pela imprensa local, que questionou o formato do tratado, ao alegar que esse era economicamente favorável ao Brasil. Acrescentava, nesse sentido, que, alguns meses depois, em outubro de 1973, outro problema emergira, a invasão de colonos brasileiros na região da fronteira entre Brasil e Paraguai.

Ambos problemas centrados en la misma zona, y con estrechas relaciones, han sido objeto de la principal polémica protagonizada en el Paraguay en los últimos años y sus implicancias trascienden los límites del país, debido a las diversas controversias que la construcción de la importante represa ha generado a nivel latinoamericano.

Conforme o jornal, o principal centro populacional, durante muitos anos, esteve ao redor das famosas Cataratas do Iguazu e a única invasão que existia era a do turismo, já que a região era uma imensidão verde de terras virgens, manchada por pequenos povoados. Segundo dados publicados pelo *Instituto de Desarrollo Integral y Armonico de Paraguay* (IDIA), calculou-se que a região possuía uma população de aproximadamente 47.200 habitantes, em que cerca de 44.800 eram considerados como população rural. Na região, foram compradas grandes extensões de terras, a maioria por companhias brasileiras, que as lotearam e comercializaram para colonos interessados no desenvolvimento da produção agrícola. O jornal afirmou que a invasão de colonos foi desmesurada e contínua, e que por dia chegavam inúmeros ônibus lotados de pessoas, o que impossibilitou o levantamento da população local. Passou-se rapidamente da calma e do silêncio rural para o contínuo ruído de tratores e caminhões.

O jornal argentino enfatizou que o assombroso movimento de caminhões pelas estradas da região se dedicava quase exclusivamente a trazer produtos para as novas cidades. Produtos esses que vão desde alimentos até materiais de construção (até a inflação pegou carona na boleia desses caminhões). Os preços, por vezes, variaram ao longo de alguns dias,

ou até mesmo ao longo de horas. O jornal relatou, ainda, que o valor do aluguel de uma casa simples de madeira na região correspondia ao de uma casa grande, bem localizada, em Assunção.

Em relação às obras da Usina, o artigo enfatizou que, em maio daquele ano (1975), se iniciaria a construção do canal de desvio do rio Paraná, e que os operários haviam trabalhado na limpeza do “circuito de segurança” que margearia toda a zona do projeto, além da conclusão de 8.000 moradias para alojar os operários.

Outro problema relatado pelo artigo correspondia à dificuldade de comunicação, o que levou o articulista a comparar a região com a “Torre de Babel”. Nesse caso, qualificou a experiência do que ocorria nos canteiros de obra de Itaipu com o termo “*Yoporã*”, que significa a mescla do guarani com o castelhano, à qual também se somava o português.

Porém, o assunto não se esgotou, pelo contrário, muito ainda se questionou sobre as obras de construção da usina de Itaipu. Dessa forma, após mais de dois anos e meio da publicação do artigo acima exposto, o jornal noticiou a matéria “*Paraguay y las represas del Paraná*”, de 08 de julho de 1977, em que expôs trechos de uma conferência²² proferida pelo engenheiro Enzo Debernardi, máxima autoridade no assunto energético do Paraguai.

De uma forma geral o engenheiro Debernardi realçou que a energia destinada ao Paraguai na divisão pré-estabelecida pelo *Tratado de Itaipu* deveria ser produzida na frequência que o Paraguai decidisse, não permitindo que nada interferisse nesse direito. Nesse mesmo ponto, surge outra problemática referente à parte da energia, futuramente produzida, que eventualmente o Paraguai não consumiria, pois ficou acordado no *Tratado* que os sócios somente deveriam vender o excedente energético ao outro sócio. Assim, delimitou-se o uso da energia gerada e não consumida. O engenheiro paraguaio ressaltou que

Debemos esforzarnos para consumir la energia que nos vendrá de Itaipu y de Yacyretá, pero al mismo tiempo debemos tener conciencia de que ese no vendrá en un dia, demandará un largo, duro y penoso esfuerzo por parte del país para lograr ese objetivo.

Alguns meses depois, em 21 de agosto de 1977, o jornal publicou a reportagem “*Cuadro de situación sobre Itaipú*”, produzida pelo enviado especial Enrique Alonso ao canteiro de obras da Usina de Itaipu, a fim de evidenciar as situações e condições dos trabalhos, bem como dos trabalhadores. A reportagem descreve a vista aérea da região do

²² Em linhas gerais a conferencia tratou de temas como a partilha de energia, ciclagem, consumo, Yacyretá, custos de adaptação, capacidade de corpus, energia mais barata e troca para 60 ciclos.

canteiro de obras, onde Alonso comparou a vista aérea, a uma profunda ferida aberta na costa do rio Paraná. O jornalista impressionou-se, ao chegar, com a existência de uma grande estrada que levava até as obras e aos bairros de moradias dos executivos e operários. O complexo em construção também possuía um aeroporto exclusivo, bem como um sistema de balsas para cruzar o rio Paraná.

A ferida aberta que chamou a atenção do jornalista era o canal de desvio das águas do rio Paraná, que nesse período estava em pleno processo de execução. Já se havia escavado 14 milhões de metros cúbicos de rocha. Porém, para o seu término necessitaria de mais três anos, mil homens e uma imensidade de máquinas para finalizar.

Após a conclusão das obras, o Canal possuiria 2.000 metros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade. Para tanto, retirou-se aproximadamente um milhão e meio de toneladas de rocha, o que requereu um regime de trabalho intenso e estritamente regimentado. A luta foi contra o tempo, cada operação teve seu exato lugar no cronograma da obra, e todas elas coincidiram para que a usina fosse implantada no prazo previsto.

O repórter argentino afirmou, ainda, que o mês de outubro seria um período chave para as obras de construção da Usina de Itaipu, quando iniciaria o processo de concretagem. Para isso, era necessário a construção, em cada margem do rio, de uma central de concreto, capaz de produzir 540 metros cúbicos desse material, bem como a construção de centrais de refrigeração, que produziriam aproximadamente 24 toneladas de gelo por hora, para evitar o aquecimento das centrais de concreto.

Conjuntamente com as obras da barragem, instalaram-se as indústrias de apoio e a infraestrutura local, onde cerca de 13.000 pessoas trabalharam diariamente em dois turnos de 10 horas cada, das quais, metade era de paraguaios e a outra metade de brasileiros. Os operários solteiros habitaram grandes galpões, enquanto que os casados possuíam casas individuais para morar com suas famílias. Já os operários de cargos superiores e executivos moraram em bairros urbanizados localizados nas margens do rio. Progressivamente o canteiro de obras começou a se transformar em cidade, com serviços culturais, educacionais, religiosos, espaços verdes e diversão.

Um dos pontos culminantes do processo de construção da Usina de Itaipu foi a abertura do canal de desvio do rio Paraná. Sobre tal assunto, o jornal *Clarín*, em 21 de outubro de 1978, publicou a matéria “*Con un imponente estallido fue desviado el Paraná*”, que, em linhas gerais, relatou a cerimônia de abertura do canal de desvio do rio Paraná. Nesse

episódio, os presidentes Geisel e Stroessner acionaram o mecanismo explosivo que destruiu o muro de contenção. Após a cerimônia de abertura do canal, os presidentes assinaram o contrato em que a Entidade Binacional, paraguaio-brasileira, Itaipu adquiriu as 18 unidades geradoras do consórcio Eletromecânico constituído por empresas paraguaias, brasileiras, francesas, suíças e de outros países.

3.2.2 – O raro debate sobre os recursos financeiros

As questões financeiras ingressaram nas discussões referentes à construção da usina de Itaipu tardiamente e com pouca expressividade nas páginas do jornal *Clarín*. Nesse sentido, o jornalista Tão Gomes Pinto afirma que a Usina de Itaipu não foi encarada como uma empreitada comercial, principalmente pelo fato de que a energia que eventualmente não fosse utilizada por um dos condôminos, só poderia ser usada pelo outro, negociada “a preços justos”, eliminando as oscilações de mercado (2009, p. 28).

Com essa perspectiva, o jornal argentino publicou, em 24 de outubro de 1973, a matéria “*Brasil deberá pagar en dólares la energía que compre a Paraguay*”, que se referia a um anúncio veiculado em Assunção que afirmava que no fim daquele mesmo mês os governos paraguaio e brasileiro assinariam protocolos adicionais ao *Tratado de Itaipu*. Esses adicionais eram relativos ao financiamento da obra, às normas trabalhistas e sociais, à utilização de mão de obra, bens e serviços, ou seja, a aspectos que regulamentariam as atividades da entidade binacional.

Para o jornal, o aspecto mais destoante desses protocolos adicionais residia no mecanismo de venda de energia da quota paraguaia que se transferiria ao Brasil. O *Clarín* afirmou que nesse momento entendia-se que o país comprador poderia pagar por essa energia em sua própria moeda, mas o novo protocolo estipulou que o pagamento deveria ser realizado “em dólares”. O artigo prossegue e relata outro ponto, que provavelmente seria abordado nesse encontro entre os dois governos, o interesse exposto pela União Soviética em participar dos financiamentos das usinas hidrelétricas na Bacia do Prata, Itaipu, *Corpus* e *Yacyretá-Apipé*, com investimentos de capital e tecnologia. Ressaltamos que, nesse período, a guerra fria estava em seu ponto culminante, e que os governos dos países membros do Cone Sul eram ideologicamente alinhados com os Estados Unidos.

Outro fator preponderante são as obtenções de créditos e financiamentos para a construção da Usina de Itaipu e para a aquisição dos equipamentos eletromecânicos. Nessa perspectiva, o jornal publicou a matéria “*Analizan créditos para las obras de Itaipú*”, em 01 de março de 1978, em que afirma que o conselho de administração da entidade binacional Itaipu considerou, no dia anterior, na cidade de Assunção, a contratação de crédito destinado a financiar a obra brasileiro-paraguaia e a aquisição de equipamentos eletromecânicos. Além disso, a instituição bancária brasileira, Caixa Econômica Federal, comunicou a abertura de crédito fixo no valor de 295 (duzentos e noventa e cinco) milhões de cruzeiros, equivalentes a aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) dólares. Já o Banco Real de Inversões S.A. apresentou, também, um crédito no valor de 92.000 (noventa e dois mil) dólares. Considerou-se uma operação com um banco de Frankfurt, no valor de 30 (trinta) milhões de dólares. No entanto, o jornal concluiu que todos esses créditos eram ínfimos em relação ao valor real das turbinas.

Desse modo, ao abordar temáticas vinculadas às questões financeiras da construção da usina de Itaipu, o jornal *Clarín* pautou-se por parafrasear os discursos da chancelaria argentina, independentemente do alinhamento político-econômico do governo em vigor.

3.2.3 – A dimensão política das questões técnicas

Os desentendimentos gerados por questões técnicas surgiram ao longo do processo de construção da usina hidrelétrica de Itaipu, como uma nova linha de controvérsias entre as chancelarias brasileira, paraguaia e argentina. Esses desentendimentos eram baseados sobre o tripé: cota, ciclagem e turbinas.

Os dois primeiros apoios desse tripé foram discutidos pelo *Clarín* em 14 de outubro de 1977, ao publicar o artigo “*Quedariá definida en noviembre la altura de las presas de Copus e Itaipú*”. Nesse sentido, o jornal fez a afirmação de que o governo paraguaio anunciaria no mês de novembro definições sobre a questão da ciclagem e da cota de Itaipu, haja vista que o sistema de geração de energia no Paraguai era de 50 ciclos, enquanto que no Brasil era de 60. Assim, fazia-se necessário a conciliação de ambas correntes energéticas, para um ótimo aproveitamento da represa de Itaipu. O jornal expôs que na

semana anterior surgiram versões, provenientes dos membros da Entidade Binacional de Itaipu, de que haveria a possibilidade de conciliação a partir da cessão, por parte do governo paraguaio, da totalidade da capacidade energética de Itaipu a favor do governo brasileiro, em troca da construção da represa de Monday (localizada no rio de mesmo nome, que deságua no rio Paraná), por conta do Brasil. Já no que se refere à definição da cota de Itaipu, o jornal declarou que a altura da caída da água da represa paraguaio-brasileira poderia sofrer variação, a fim de que ocorresse a harmonização entre Itaipu e Corpus.

Se estima que esta definición ocurrirá durante la última ronda de negociaciones trilaterales para coordinar y armonizar los intereses de las centrales hidroeléctricas a construirse o en proceso de construcción en el rio Paraná.

Nesse sentido, o jornal publicou o artigo *“la decisión de mantener el ciclaje electrico fue exclusivo de Paraguay”*, em 12 de novembro de 1977, um mês após a divulgação da matéria acima evidenciada. O artigo reproduziu uma fala significativa do engenheiro Enzo Debernardi, titular da administração nacional de eletricidade do Paraguai, ou seja, sua afirmação de que não trocar a ciclagem interna foi uma decisão estritamente do governo paraguaio, e que haveria duas alternativas para solucionar esse problema: o primeiro era utilizar metade das unidades geradoras a uma frequência de 50 ciclos e a outra metade utilizar unidades a 60 ciclos, separadamente; a segunda alternativa seria instalar geradores conversíveis, que gerariam em ambas as frequências.

O técnico paraguaio, Debernardi, assegurou que o primeiro sistema era tecnicamente mais adequado, posto que a energia produzida serviria aos interesses de ambos os países. Ademais, esta solução não aumentaria o custo da obra, ao contrário da segunda alternativa que acresceria um valor de 1,5 % do custo da obra.

O outro ponto de apoio do tripé técnico ficou a cargo das quantidades de turbinas que seriam empregadas na usina de Itaipu. Assim, o jornal veiculou em 26 de outubro de 1978 a matéria *“Brasil y Paraguay se reúnen hoy para determinar las turbinas de Itaipú”*, a respeito da reunião bilateral entre as delegações brasileira e paraguaia, que se realizou nesse mesmo dia na cidade de Brasília, com o objetivo de resolver definitivamente o número de turbinas a serem utilizadas em Itaipu. Mediante as palavras do chanceler paraguaio Alberto Nogués, esta era uma decisão que caberia tomar apenas Brasil e Paraguai.

A comissão paraguaia era composta pelos senadores Carlos Saldivar e Ezequiel González Alsina; como também pelo diretor geral paraguaio de Itaipu Binacional Enzo

Debernardi; e os engenheiros Hans Kraueh e Jorge Kgist, especialistas em hidroelétricas. Por sua parte, a comissão brasileira esteve representada por Arnaldo Barbaló, presidente da Eletrobrás; Mauro Moreira, também da Eletrobrás; o general Costa Cavalcante, diretor da Itaipu Binacional; Jonh Cotrin, do mesmo órgão; o embaixador João Hermes Pereira de Araujo, chefe do departamento das Américas do Itamaraty; e o ministro José Nogueira Filho. A matéria foi encerrada com a afirmação do jornal de que circulou no Brasil uma proposta para aumentar o número de turbinas para 20 (vinte).

3.2.4 – O potencial hidrelétrico do rio Paraná, internacionalização do uso dos recursos

Os questionamentos a respeito da harmonização dos projetos das usinas hidrelétricas de Itaipu, *Corpus* e *Yacyretá-Apipé* não se deram prontamente, muito pelo contrário, foram sendo interpostos e debatidos ao longo do processo de elaboração dos projetos e posterior edificação das usinas.

Dessa forma, ao buscar a compatibilização dos projetos de Itaipu, *Corpus* e *Yacyretá-Apipé*, criaram-se inúmeros mecanismos diplomáticos como, por exemplo, a *Ata do Iguazu* (22/06/1966), a *Comissão Mista* (1967), o *Tratado de Itaipu* (26/04/1973), a entidade Binacional (1974), a resolução nº 2995, da Assembleia Geral das Nações Unidas (1972), o *Acordo de Nova Iorque*, o *Acordo Tripartite* (19/10/1979), as Reuniões de Chanceleres, o Comitê Intergovernamental Coordenador dos países da Bacia do Prata, dentre muitos outros.

Pautado por tal questionamento, o *Clarín* publicou, em 31 de março de 1973, o artigo “*Reclamo argentino porque Brasil inicia el llenado de la presa de ilha Solteira ignorando acuerdos internacioles*”. Neste criticou a forma como ocorreu o alagamento da represa de Ilha Solteira, localizada no leito do rio Paraná no interior do estado de São Paulo. O artigo afirmou que o representante do governo argentino, diante do Comitê Intergovernamental Coordenador dos países da Bacia do Prata (cic), entregou ao organismo uma nota em que evidenciou o processo de alagamento da represa, o qual não respeitou os acordos internacionais firmados entre Brasil e Argentina. Advertiu, assim, que o governo brasileiro não expediu oficialmente os dados técnicos relativos a esse processo, e que dessa forma negou-se o *Acordo de Nova Iorque*.

Quatro dias após a publicação desse último artigo, 04 de abril de 1973, o jornal argentino veiculou o edital “*Diferendo con Brasil*”, que ressaltou o abalo das relações argentina-brasileira, devido ao episódio do alagamento da represa de Ilha Solteira, em que os direitos argentinos de preservar o nível das águas do rio Paraná, em seu território, foram agressivamente negados. Também alertou que o alagamento poderia causar a inviabilidade da construção da usina de *Corpus*, julgada pelo próprio governo como peça fundamental no desenvolvimento energético argentino.

Com o objetivo de evidenciar que o ato de comunicar o país vizinho não era tão absurdo quanto pregava o governo brasileiro, o jornal relatou o processo de alagamento da Usina de Jupia (localizada no Salto de Urubupungá) em 1969, quando o Brasil informou ao governo argentino os dados técnicos relativos ao processo, com tempo hábil para que fossem realizados os ajustes propostos. O *Clarín* enfatizou, também, que no caso da usina de Ilha Solteira o governo brasileiro forneceu os dados, porém, sem tempo hábil para a realização de avaliação. “*Por lo tanto, si las consecuencias de este llenado nos resultarán perjudiciales. Aunque no lo fueren, es evidente que se há querido sentar un precedente negativo hacia nuestros derechos*”. Ressaltou, nesse sentido, que havia indícios de que o Brasil interpretaria o acordo de *Nova Iorque* da forma que lhe conviesse, de modo que não permitiria atrasos nas obras, e que, posteriormente, objetivaria a implementação da política de compensação. Ao concluir o artigo, o jornal assegura que, para a Argentina, não haveria compensação que ressarcisse a não execução de obras fundamentais para o desenvolvimento do país, como a construção da usina de *Corpus*.

Mesmo dois anos depois da publicação desse editorial, a questão ainda perdurou com grande entusiasmo. Assim, o jornal veiculou, em 31 de março de 1975, o editorial intitulado “*Brasil y el derecho de consulta*”, em que ressalta uma declaração brasileira que declarou que o governo não cumpriria a resolução das Nações Unidas sobre o uso dos rios. Em partes, o jornal questionou a declaração dada por um funcionário, que, segundo suas próprias palavras, era de pouca expressão e sem competência para tal, e que “*tratándose de un tema de primeira importancia, no cabe suponer que son producto de la improvisación. Es posible que se haya lanzado un globo de ensayo, preparando un efectivo desacatamiento de la resolución*”. Argumentou, ainda, que se fazia necessário levar em conta a natureza do direito internacional, isto é, levar em consideração que a execução de suas normas é precedida pela compatibilização dos interesses nacionais envolvidos. Defendeu que era possível um aproveitamento harmônico da Bacia do Prata, de forma que se pudesse extrair energia para

beneficiar todos os países que a integraram. Dessa forma, tratava-se de construir Itaipu com uma cota compatível à usina de *Corpus*, resultando no aproveitamento mútuo do rio.

Em 16 de dezembro de 1977, o jornal *Clarín* publicou o artigo “*Afirmó Stroessner que se irrevocable la decisión de energia Itaipú y Yacyretá*”, em que aborda a declaração do presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, sobre a irreversibilidade da construção das represas hidrelétricas de Itaipú e *Yacyretá* e, que ambos projetos, após suas conclusões, impulsionariam, direta e indiretamente, a economia paraguaia, não somente nas zonas de influência dos projetos, mas também no restante da economia nacional, decorrente, sobretudo da manifestação da demanda de bens e serviços, que em seu conjunto já mostrou a nova dimensão do desenvolvimento paraguaio. A declaração seguiu com a afirmação de Stroessner de que Itaipu, *Corpus* e eventualmente *Yacyretá* incorporariam, ao sistema socioeconômico paraguaio, novos fatores de grande escala e de grande impacto. Além disso, tais efeitos deveriam ser conhecidos, para que o país planejasse sua participação, posto que somente assim obteria benefícios para seu próprio desenvolvimento.

3.2.5 – Dos embates diplomáticos ao acordo

As chancelarias argentina, brasileira e paraguaia trabalharam arduamente para viabilizar os projetos de aproveitamento energético do rio Paraná, excepcionalmente os projetos binacionais de Itaipu e *Corpus*. Ao longo de sete anos, 1973 a 1979, observamos que não houve uma constância, uma forma fixa, em suas relações diplomáticas, muito pelo contrário, as relações entre os três países se pautaram por uma multiplicidade de objetivos.

O governo argentino esteve empenhado na dura e extensa rejeição à construção de um empreendimento no rio Paraná, que poderia se configurar em um obstáculo para o desenvolvimento interno da Argentina, ao inviabilizar a construção da usina hidrelétrica de *Corpus*. Outro fator de oposição configurou-se na união diplomática entre o Brasil e o Paraguai.

A diplomacia brasileira se preocupou em amarrar o país guarani em sua teia de interesses, através de acordos, atas, atos, etc. Além de cotidianamente se esquivar dos bombardeios diplomáticos lançados pelo governo argentino nos fóruns internacionais, que ora abrandaram, ora abrasaram-se. Nesse movimento, a diplomacia paraguaia pautou-se por uma

política externa extremamente pragmática, com o objetivo de obter vantagens a partir da rivalidade brasileiro-argentina. Desse modo, ora aproxima-se de um, ora de outro, conforme seus interesses (cf. MORAES, 2003).

Em reportagem publicada em 07 de março de 1973, “*Considérase a Itaipú um pieza vital de la diplomacia brasileña*”, o jornal *Clarín* declarou que a consolidação da união diplomática entre Brasil e Paraguai foi muito além da eventual eletricidade produzida pela Usina de Itaipu. Ademais, alegou que, para o Brasil, a Itaipu configurou-se em um ponto de apoio para emperrar os projetos argentinos na região. Em contrapartida, o jornal afirmou que os projetos de *Yacyretá-Apipé* e *Corpus* foram usados para deter o rápido deslocamento da nação paraguaia para “*la órbita integracionista de Brasilia*”. Porém, as respostas tardias do governo guarani em relação às iniciativas argentinas geraram certo desconforto. Segundo o jornal *Clarín*, “*Hay quienes señalan que el arte de demorar las negociaciones es un paso más em la integración de la diplomacia asunceña a la de su vecino carioca*”, evidenciando que as duas chancelarias (brasileira e paraguaia) estiveram tão próximas que se refletiu na maneira como trabalharam. A reportagem evidenciou, também, que ao governo paraguaio não mais interessava a execução do projeto de *Corpus*, e que o responsável pelos projetos hidroelétricos paraguaio, Enzo Debernardi, assinalou que a efetivação dessa represa inundaria completamente a Usina de Acaray, na qual o Paraguai investiu 70 (setenta) milhões de dólares. Nesse sentido, a reportagem conclui que a perda de tal investimento somado à assinatura do *Tratado de Itaipu* condenou o projeto de *Corpus*, dentro das políticas paraguaias.

Por diversas vezes, o artigo ressaltou a aproximação diplomática brasileira e paraguaia, enfatizando o episódio em que o embaixador paraguaio no Brasil, Wenceslao Benitez, declarou que “*las relaciones con Brasil habían alcanzado un punto óptimo, no superado hasta ahora em la historia de las dos naciones*”. O jornal *Clarín* deu continuidade aos questionamentos da aproximação diplomática brasileira e paraguaia, reforçando os argumentos da oposição paraguaia, que acusava Stroessner de ter entregue os *Salto del Guairá* ao Brasil, e assim ter assegurado “luz verde” aos sucessivos acordos com o Rio de Janeiro.

Onze dias depois, em 18 de março de 1973, o jornal publicou a matéria “*Insólita hipótesis em un diario de Rio: Brasil piensa em conflictos con la Argentina*”, em que advertiu sobre uma reportagem noticiada no diário brasileiro *Jornal do Brasil*, que afirmou ser possível a realização de um conflito armado entre o Brasil e o futuro governo peronista

argentino (como vimos no primeiro capítulo Perón volta à Argentina em junho de 1973), destacando nesse sentido a hostilidade peronista. O jornal prosseguiu com a afirmação do *Jornal do Brasil* de que o governo argentino pretendia liderar uma política hispanoamericana contra o Brasil e ressaltou que “*la expresión ‘política hispanoamericana’ revela uno de los temores clásicos de la geopolítica brasileña, expuestos por todos sus tratadistas desde hace más de un siglo*”, e que para muitos geopolíticos brasileiros a ameaça em potencial amadureceu devido à estreita relação de Brasília e Washington, ao mesmo tempo em que se firmou a posição “*Hispanoparlante*” da América. O *Clarín* concluiu a reportagem com a declaração,

El periódico (brasileiro) considera estúpido estimular desavenencias entre ambos países, y aduce que a Brasil no le interesa una Argentina sumergida en una crisis política insoluble y engolfada en la recesión económica y en la perplejidad social, y sí una Argentina próspera, estable políticamente y con desarrollo económico permanente.

Em 01 de novembro de 1978, o jornal argentino publicou a reportagem “*Corpus – Itaipú: replantea Argentina su posición*”, na qual fez referência ao recebimento pela chancelaria argentina do comunicado do aumento da quantidade de turbinas em Itaipu. Ressaltou que o governo argentino deverá expor novamente sua posição para o Brasil e o Paraguai em vista da alteração substancial das negociações realizadas até aquele presente momento. Ainda salientou que

[...] el gobierno argentino ha sido notificado oficialmente acerca de la decisión adoptada por los gobiernos del Brasil y del Paraguay de establecer que la represa de Itaipú podrá contar con hasta dos unidades generadoras de reserva, sumadas al total de 18 turbinas cuya instalación estaba prevista hasta el presente.

Iniciaram-se, assim, novas negociações objetivando um grau de equilíbrio conveniente para os projetos de Corpus e Itaipu. Na busca pela legitimação de seu discurso, o jornal *Clarín* evidenciou as manifestações favoráveis à posição argentina no interior dos jornais brasileiros. Desse modo, cita os jornais: *O Estado de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* – os quatro jornais de maior circulação nesse período no Brasil. *O Estado de São Paulo* declarou que a credibilidade do Brasil nas mesas de negociação foi prejudicada; o *Correio Brasiliense* assegurou que a decisão de aumentar o número de turbinas foi “politicamente míope”; já o *Jornal do Brasil* manifestou que a

Argentina deveria ser compensada, por exemplo, com o aumento da cota de Corpus; e por último a afirmação da *Folha de São Paulo* que destacou que o porta-voz do Itamaraty admitiu que o documento paraguaio-brasileiro poderia ser modificado.

Quase um ano depois, em 19 de outubro de 1979, o jornal argentino publicou a reportagem “*Corpus e Itaipú se firma hoy el acuerdo*”, em que relatou o programa do protocolo do ato de assinatura do *Acordo de Harmonização das usinas de Corpus e Itaipu (Acordo Tripartite)*. Ressaltou que após sete anos de intensas negociações se realizaria o ato de assinatura do *Acordo* na cidade de Presidente Stroessner (PY), e que seriam consignatários do documento os Ministros de Relações Exteriores Brigadeiro Carlos Washington Pastor (Argentina), Ramiro Saraiva Guerreiro (Brasil) e Alberto Nogués (Paraguai). O jornal argentino concluiu o artigo com a citação de seu ministro Brigadeiro Pastor. Este afirmou que o acordo assinado possuía bases “*muy sólidas que preserva los intereses de cada país*”.

A pesar de que los intereses de cada país siempre han sido defendidos con vigor por sus respectivas autoridades, la racionalidad se há impuesto sobre esas cosas y se há logrado un acuerdo que realmente tiene bases muy solidas y que preserva los intereses de cada país.

Em síntese, podemos perceber, neste capítulo, que sob a regência de Ernestina Herrera de Noble, o *Clarín* cresceu vertiginosamente, sobretudo após associar-se ao Estado, em 1976, criando sobre ele uma áurea protecionista. A análise dos dados levantados evidenciou as relações políticas, econômicas e sociais do *Clarín*, a partir das quais foi possível traçar uma teia de entendimentos que nos permite compreender as condições de produção dos discursos, bem como sua formação ideológica.

Nessa perspectiva, ao buscar a compreensão dos discursos produzidos pelo jornal *Clarín* a respeito da construção da usina de Itaipu, identificamos a congruência destes com os da chancelaria argentina, o que nos permite inferir sobre o caráter oficioso do periódico. Dessa forma, o jornal manifestou-se contrário à construção da usina, sob o argumento geral de que esse evento impediria a realização das usinas de *Corpus* e *Yacyretá*, no leito do rio Paraná, jusante de Itaipu. As argumentações, nessa perspectiva da não concretização das duas usinas, projetavam um cenário catastrófico ao afirmar que a Argentina sofreria com desabastecimento energético e, numa reação em cadeia, sua produção industrial seria seriamente afetada. Ressaltamos que, nesse período (1973 a 1979), o país passava por uma turbulenta crise econômica e a construção de Itaipu era considerada um obstáculo à sua

superação. Os matizes desse discurso, contudo, foram amenizados com a aproximação do *Acordo Tripartite*.

* * *

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos trabalhos, ao longo desta pesquisa, foram pautados pelo objetivo de analisar e compreender os discursos publicados no jornal *Clarín* acerca da construção da *Usina de Itaipu*. Assim, após os debates traçados nos três capítulos que compõe esta dissertação, concluímos que esses discursos estavam em consonância com as políticas da chancelaria argentina, ou seja, contrários a construção da *Usina*, sob a principal alegação de que ela inviabilizaria a construção das usinas de *Corpus* e *Yacyretá*, que a Argentina projetava construir em parceria com Paraguai, no rio Paraná à jusante de Itaipu. A construção dessas usinas era justificada, por jornal e Estado argentino, pela necessidade de superação do *déficit* energético do país, que há algum tempo desacelerava a produção industrial interna.

Os discursos, também, foram publicados com o objetivo de desviar o foco dos acontecimentos internos, substancialmente após a entrada dos militares em 1976, onde os atos repressivos tornaram-se cotidianos. Chegamos a tal conclusão, sobretudo, após compreender e relacionar o processo de modernização da imprensa argentina, a política de investimentos do jornal *Clarín* e as políticas internas e externas empregadas pelos governos brasileiro, paraguaio e argentino, com ênfase aos governos de Onganía (1966-1970), Perón (1973) e Videla (1976-1981), na Argentina.

O ponto de intersecção entre eles se dá sobre a criação do *Fondo para el Desarrollo de la Producción de Papel y Celulosa*, em 1969, na tentativa de criar a primeira empresa nacional de papel-jornal. Ressalta-se que nesse período as empresas de periódicos argentinos importavam quase a totalidade do papel utilizado, o que implicava em grandes dívidas. O próximo passo rumo à concretização da primeira empresa de papel argentina foi dado quatro anos depois, sob o governo de Perón (1973), com a venda da empresa *Papel Prensa* ao banqueiro David Graiver, que deu início a construção da fábrica de papel. O ponto culminante desse processo deu-se nos primeiros anos do governo Videla (1976-1981), após a morte de David, que possuía 75% das ações da fábrica – ações que passam para as mãos do Estado, que, por sua vez, as transferiu para os jornais *Clarín*, *La Nación* e *La Razón*. Dessa forma, ao se associar ao Estado os jornais citados garantiram para si o monopólio da produção de papel.

O jornal *Clarín*, após associar-se ao Estado, em 1976, tornou-se porta voz do governo, seus discursos passaram a ser pautados pelo alinhamento político-econômico do governo de Videla. Essa sintonia imprensa e Estado refletiu nos discursos produzidos por este periódico a cerca da construção da *Usina de Itaipu*, que, em linhas gerais, afirmava que essa construção seria um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico da Argentina – nesse período passando por uma grande crise político-econômica.

Os discursos do jornal *Clarín* sobre *Itaipu* enfatizavam, entre outras coisas, o andamento das obras que ocorriam no leito do rio Paraná. Entende-se que esse foco seja decorrência da transfiguração do projeto em realidade, que transformou, paulatinamente, a paisagem, bem como as relações diplomáticas e as economias regionais, colocando de forma pejorativa o canteiro de obras como uma “ferida aberta” na mata.

Outro ponto discutido largamente nas páginas do jornal foram as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, afirmando-se por diversas vezes que o país guarani já estava sob influência da chancelaria brasileira. Contudo, ao mesmo tempo em que divulgava a união diplomática entre Brasil e Paraguai, publicava discursos em que enfatizavam os descompassos entre essas chancelarias, incutindo sutilmente que as relações de união e cooperação não eram tão solidas como divulgadas pelos governos envolvidos. Apareciam, também, os assuntos referentes à ciclagem da energia futuramente produzida pela usina e sobre a altura da cota e a quantidade de turbinas a serem instaladas. Além de ainda divulgar discussões sobre os constantes desentendimentos entre as chancelarias brasileira e argentina, marcados, sobretudo, por um assunto: *consulta prévia*.

Na medida em que a *détente* entre a Argentina e o Chile, sobre o canal de Beagle (1978) ia aumentando, os discursos sobre *Itaipu* buscavam abrandar as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina. Visto que o governo argentino não poderia alimentar tensões em duas frentes, Brasil e Chile, arriscando-se em um conflito armado.

Após a análise das fontes, podemos afirmar que as condições de produção dos discursos do *Clarín* acerca da construção de *Itaipu*, eram substancialmente de ordem política e que sua formação ideológica era pautada pelo Estado. Com a associação entre os dois, o número de reportagens sobre *Itaipu* aumentou significativamente, de 03 publicações sobre o assunto em 1976, para 65 em 1977, um aumento de quase 22 vezes. Assim, com base nessas informações evidenciamos que o

jornal usou o assunto a fim de desviar o foco dos acontecimentos políticos internos para os externos.

Vale dizer que, a partir do exposto neste trabalho, constata-se que a construção da *Usina de Itapu*, além de ser uma obra que visava sanar o *déficit* energético brasileiro, foi responsável pela união diplomática Brasil e Paraguai, e pelo acirramento da rivalidade entre Brasil e Argentina. Ressalta-se que por diversas vezes os países envolvidos estiveram muito perto da deflagração de um conflito armado, e que isso não ocorreu devido, sobretudo, ao empenho das chancelarias brasileira, paraguaia e mesmo argentina.

Nessa medida, a chancelaria brasileira teve destaque ao atuar em duas frentes, uma com o Paraguai, no que diz respeito à posse dos Saltos de Sete Quedas, e com a Argentina, no que diz respeito à *Consulta Prévia*. A chancelaria brasileira foi responsável, também, por imprimir na concretização da *Usina de Itaipu* os moldes da diplomacia brasileira. Assim, podemos afirmar que antes de se tornar a maior obra de engenharia brasileira, a *Usina* se configurou no maior ponto de *détente* das diplomacias regionais nas décadas de 1960, 1970 e 1980. E é a partir dessa natureza que ela passou a ser objeto de discussão do jornal *Clarín*, dentre muitos outros meios de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, Sigrid. *Geopolítica e Energia na Bacia do Prata: o caso emblemático de Itaipu*. s.d.
- BALARDIN, Rafael. *As Relações Brasil-Argentina (1974-1991): aproximação, cooperação e integração na transição do regime militar para a democracia e o neoliberalismo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UFRGS, Porto Alegre.
- BARROS, Luiz Eduardo P. A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960). *Revista História em Reflexão*, vol. 3, n. 6, UFGD - Dourados jul/dez de 2009.
- BEIRED, José Luiz Benedito. *Breve história da Argentina*. v. 1, 1. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *Introdução à conjuntura do pós-guerra na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BETIOL, Laércio. *Itaipu – Modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigma*. Brasília, 2001.
- _____; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/ Ed. UnB, 2008.
- _____; RAPOPORT, Mário *et al.* *História do Cone Sul*. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UnB/REVAN, 1998.
- CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. *A política externa brasileira no período 1964 – 1979: o papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Franca.
- DIAS, Renato Feliciano *et al.* *Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da engenharia nacional*. Depoimento/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.
- ESPÓSITO NETO, Tomaz. As águas da discórdia. In II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2008, Niterói. *Anais do II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2008*.
- GARDIN, Cleonice. *CIBPU: A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no Planejamento Regional Brasileiro (1951-1972)*. Dourados/MS: Editora UFGD, 2009.
- GONÇALVES, Karoline Batista. Fronteira Brasil – Paraguai: a construção identitária do migrante brasileiro na Colônia Nova Esperanza em Yby Yauú no Paraguai e seus desdobramentos sobre o Brasil. In *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010.
- KENNEDY, Robert. *O desafio da América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968.
- La prensa latinoamericana ante el siglo XXI: 25 años de diseño periodístico. Primer estudio sobre el diseño de diários líderes en América Latina. España y Portugal*. s.d.
- LEME, Álvaro A. Stumpf Paes. *A Declaração De Iguazu (1985): A Nova Cooperação Argentino-Brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre.
- LINS, Bernardo F.E. *Argentina: nova lei dos meios audiovisuais*. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

- MELO, Luciano Morais. *Itaipu: Conflito e Cooperação na Bacia do Prata (1966-1979)*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Anhanguera-Uniderp, Dourados.
- MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MORAES, Ceres. *Paraguai: O processo de consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- _____. *As políticas externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em jogo (1939-1954)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.
- _____. *Interesses e Colaboração do Brasil e dos Estados Unidos com a ditadura de Stroessner (1954-63)*. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 1/n. 2, p. 55-80, 2007.
- PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. 1ª ed. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- PEREIRA, Henrique Alonso. Os Estados Unidos e a aliança para o progresso no Brasil. In XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Leopoldo, RS, 2007. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2007. 1 CD-rom.
- PEREIRA, Osny D. *Itaipu prós e contras – ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A República dos Golpes: de Jânio a Sarney*, Ed. Best Seller/ Ed. Círculo do Livro, São Paulo, 1993.
- PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas.
- PINTO, Tão Gomes. *Itaipu: integração em concreto ou uma pedra no caminho?* Barueri: Manole, 2009.
- QUADRAT, S. V.. O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil. In VIII Encontro Regional de História - História e Religião, 1998, Vassouras. *Anais do VIII Encontro Regional de História - História e Religião*, 1998.
- GAMA, Lana Lage da et al. *História e Religião*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 1998.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu: a dança das águas: História e memórias de 1966 a 1984*. 2006. Tese (Doutoramento em História) – UNICAMP, Campinas.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. 2006. Campinas, (Tese de doutoramento) – UNICAMP, Campinas.
- RIZ, Liliane de. *História argentina: la política em suspenso 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- ROLON, José Aparecido. *Paraguai: Transição Democrática e Política Externa*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SANTIAGO, Vandek. *O plano de Kennedy para desenvolver o Nordeste*. Disponível em <<http://misturadigital.blogspot.com/2006/09/o-plano-de-kennedy-para-desenvolver-o.html>>. Acesso em: 20/03/2010.
- SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: Cedi, 1991.

- SCHILLING, Voltaire. *EUA x América Latina: as etapas da dominação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mercado Aberto, 1991.
- SILVA, Isnardo Ramalho da; FERNÁNDEZ, Ramón García. Os Limites da Gestão Econômica sob Instabilidade Social: o Caso do Segundo Período Peronista (1973-1976). In X Encontro Nacional de Economia Política. *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*.
- SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UnB, Brasília.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. Contextualização política da construção da Barragem de Itaipu. *Perspectiva Geográfica*, n. 1, UNIOESTE, p. 25-47, 2005.
- SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 45, n. 001, p. 117-145, jan/jun de 2002.
- TUSSI, Matheus Gazzola. *Cooperação Internacional e Recursos Hídricos: A formação de um regime internacional para o Aquífero Guarani*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, Porto Alegre.
- VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VIANA FILHO, Luís, *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- _____, Paulo Fagundes. *Estado-Nação e Soberania: o Brasil e a América do Sul*. 2003.
- YAHN FILHO, Armando Gallo. Aproveitamento hídrico na Bacia do Prata: entre o conflito e a cooperação (de 1966 a 1992). In III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006. *Anais do III Encontro da ANPPAS*, Brasília, 2006.

Obras consultadas

- ABREU, Alzira de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil*. Jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- AZEVEDO, Cecília. Guerra à pobreza. EUA, 1964. *Revista de História*, ed. 153, p. 305-323, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BANDEIRA, Moniz. As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração. In BARROS, Diana L. Pessoa. *Teoria semiótica do texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- _____, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.
- _____, Moniz. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 1987.

- BARRETO, H. R. *Clarín: de coadjuvante a líder*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Umesp, São Paulo.
- BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUER, Caroline Silveira. Controle e cooperação norte-americana aos golpes civil-militares brasileiros (1964) e argentina (1976). In XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Leopoldo, RS, 2007*.
- BERGER, Christa. A reestruturação da política em tempos midiáticos. *Texto*, v. 1, n. 1, jan/jun. Porto Alegre, Ed. UFRGS, p. 1-11, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: FGV, 2002.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho*. 1975. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo.
- CAMARGO, Sonia. Política interna e relações internacionais na Bacia do Prata. In CAMARGO, Sonia. *Bacia do Prata*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1987, p. 21-41.
- CANDEAS, Alessandro Wanderley. Relações Brasil-Argentina: uma análise de avanços e recuos. In CANESE, Ricardo. *La problemática de Itaipu - Análisis de los principales aspectos economicos, financieros y energéticos*. Asunción/Paraguay, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- _____, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir *et al.* *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Papirus, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo *et al.* *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CATELA, Ludmila da Silva. *No Habrá Flores en la Tumba del Pasado*. La Experiencia de Reconstrucción del Mundo de los Familiares de Desaparecidos. 2001.
- CAUBET, Christian G. A política hidroenergética brasileira e a evolução do quadro diplomático na Bacia do Prata. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon *et al.* *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. vol. 3, São Paulo: Annablume/ NUPRIUSP, 2000.
- _____. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhado. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- ENCINA, Anastacio Sebastian Arce; SOARES, Secundino. Benefícios Associados a la Operación Coordinada de las usinas Hidroeléctricas Brasileñas junto con las Usinas Bincionales de Itaipu. In XII Encuentro Regional Iberoamericano del CIGRE, 2007, Foz do Iguaçu. *Anais do XII Encuentro Regional Iberoamericano del CIGRE, 2007*. v. CD-rom.

- ENNE, Ana Lúcia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 2, n. 2, jul/dez, UNISINOS, 2004.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- GARCIA, Emanuel da Veiga. *As duas Argentinas*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- _____, Emanuel da Veiga. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p. 18-40, 1997.
- GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, Mauricio Carvalho. *Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: Antecedentes, estado atual e perspectivas*. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.cebri.org.br>>. Acesso em: 09/08/2008.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- HABERT, Nadire. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica do Código das Águas à crise dos anos 80 (1934 – 1984)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.
- LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELO, José Marques de et al. *Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise*. Campinas, Ed. Papirus, 1989.
- MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.
- PINSKY, Jaime; MICELI, Paulo et al. *Imprensa e história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.
- PRADO, Maria Ligia C. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, ed. 153, p. 11-83, 2005.
- RAMALHETE, Clóvis. Novos Problemas Jurídicos do Prata. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano XII, n.º 45/46, mar/jun, Rio de Janeiro, 1969.
- REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *O século XX*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedades*. Rio de Janeiro. Zahar. 2000.

- REMOND, René. Uma história presente. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- ROSSI, Clóvis. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ROUQUIÉ, Alair *et al.* *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.
- SANCHEZ, Ariel Alejandro A. *Los movimientos de resistencia armada durante la dictadura de Gral. Alfredo Strossner: la experiencia concreta del movimiento 14 de mayo*. s.d.
- SANTOS, Norma Breda dos. A geopolítica argentina. *Política e Estratégia*. v. 5, n. 1. São Paulo, p. 98-116, 1987.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Brasil e Argentina: uma década de política externa. *Cena Internacional*, v. 2, n.1, p.123-135, 2000.
- SARAIVA, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, n. 2, p.126-150, 2001.
- SILVA, Alexandra de Mello e. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. *Contexto Internacional*, vol.14, n.2, jul/dez 1992.
- SILVA, Francisco C. Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização – 1964-1984. In LINHARES, Maria Ieda (org.). *História Geral do Brasil*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- SILVA, Josélia de Castro. *Considerações sobre a América Latina no imediato pós-Segunda Guerra*: breves considerações sobre a América Latina no imediato pós-Segunda Guerra Mundial 1945-1948. Disponível em <www.tempo presente.org>. Acesso em: 21/07/2009.
- SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa á censura no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins fontes, 1983.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado*: produção da região do Lago de Itaipu - Turismo e crise energética. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente/SP.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 6. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.
- ULANOVISKY, Carlos. *Parén las rotativas*: Historia de los medios de comunicación en la argentina. Diarios, revistas y periodistas (1920-1969). Buenos Aires: Emecé, 2005.
- YAHN FILHO, Armando Gallo. *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1966 a 1992)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.

ANEXOS

ANEXO - 01

TRATADO DE LIMITES DECRETO N. 19.018 - DE 3 DE DEZEMBRO DE 1929

Promulga o tratado de limites, entre o Brasil e o Paraguai, complementar do de 1872

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado, pelo decreto n. 5.431, de 10 de Janeiro de 1928, a resolução do Congresso Nacional que aprovou o tratado de limites, complementar do de 1872, celebrando entre o Brasil e o Paraguai e firmado no Rio de Janeiro a 21 de Maio de 1927; e havendo-se efetuado a troca das respectivas ratificações na mesma cidade, a 25 de Novembro próximo findo:

Decreta que o referido tratado, apenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1929, 108º da Independência e 41º da Republica.

WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA.

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre o Estados Unidos do Brasil e a Republica do Paraguai, pelos respectivos Plenipotenciários, foi concluído e assinado no Rio de Janeiro, aos vinte e um dias do mês de Maio de mil novecentos e vinte e sete, um Tratado, do teor seguinte:

TRATADO DE LIMITES, COMPLEMENTAR DO DE 1872

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica do Paraguai, desejando completar a determinação da linha de fronteiras entre os respectivos territórios dos dois países, já definitivamente estabelecida no trecho que vai da foz do rio Iguaçu, no rio Paraná, até a foz do rio Apa, no rio Paraguai, conforme dispôs o artigo 1ª do Tratado de limites firmado em Assumpção aos 9 de Janeiro de 1872, resolveram celebrar um Tratado de limites, complementar do de 1872, para a parte da fronteira constituída pelo rio Paraguai, no trecho, compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Bahia Negra; e, para esse fim nomearam Plenipotenciários a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Octavio Mangabeira. Ministro de Estado das Relações Exteriores:

O Presidente da Republica do Paraguai o Senhor Rogelio Ibarra. Enviado Extraordinária e Ministro Plenipotenciário do Paraguai, no Rio de Janeiro:

Os quais, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos seguintes artigos:

ARTIGO I

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguai, até a entrada em desaguadouro da Bahia Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Paraguai é

formada pelo álveo do rio Paraguai pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguai.

ARTIGO II

Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do artigo 1º do Tratado de limites de 9 de Janeiro de 1872. pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguai, as demais ilhas que fiquem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos afetados. Uma vez feita a distribuição geral das ilhas, ela só poderão mudar de jurisdição por acessão á parte oposta. As ilhas que se formarem posteriormente á data da distribuição geral das mesmas serão denunciadas por qualquer das partes contratantes e se fará a sua adjudicação de acordo com o critério estabelecido no presente artigo.

ARTIGO III

Uma comissão mista brasileiro - paraguaia, nomeada pelos dois Governos no mais breve prazo possível após a troca das ratificações do presente Tratado. Levantará a planta do rio Paraguai, com as suas ilhas e canais, desde a confluência do Apa até a desaguadouro da Bahia Negra.

Essa comissão efetuará as sondagens necessárias e as operações topográficas e geodésicas indispensáveis para a determinação da fronteira, e colocará marcos nas ilhas principais e ponto que julgar mais convenientes.

PARAGRAPHO UNICO. Os dois Governos, em protocolo especial, a ser firmado logo depois da troca das ratificações deste Tratado, estabelecerão o modo por que a comissão mista será constituída e as instruções por que se regerá para a execução dos seus trabalhos.

ARTIGO IV

O presente Tratado, preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois países contratantes, será ratificado e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, assinados este Tratado em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesas e castelhana, neles apondo os nossos selos;

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e um dias do mês de Maio de 1927.

Octavio Mangabeira. (L.S.)

Rogelio Ibarra. (L.S.)

E, tendo sido o mesmo tratado, cujo teor fica acima transcritos, aprovado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos efeitos, cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandarei passar esta Carta, que assino e é selada com o selo das armas da Republica e subscrita pelo Ministro de Estados das Relações Exteriores.

Dada no Palácio da Presidência no Rio de Janeiro, aos vinte e nove dias do mês de Outubro de mil novecentos e vinte e nove. 108º da Independência e 41º da Republica.

(L.S.) WASHINGTON LUIZ P. DE SOUSA.
Octavio Mangabeira.

* * *

ANEXO – 02

ATA DE IGUAÇU

BRASIL – PARAGUAI

ATA FINAL

Aos vinte e dois de junho de 1966, o Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor assinaram uma Ata Final e trocaram Memorandos.

ATA FINAL

Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e seis, reuniram-se nas cidades de Foz do Iguaçu e de Porto Presidente Stroessner, o Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães, e o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor, com o objetivo de passar em revista os vários aspectos das relações entre os dois países, inclusive aqueles pontos em torno dos quais têm surgido ultimamente divergências entre as duas Chancelarias.

Após terem mantido várias entrevistas de caráter pessoal e outras com a presença de suas comitivas, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai chegaram às seguintes conclusões, que fazem constar da presente Ata:

I — MANIFESTARAM-SE acordes os dois Chanceleres em reafirmar a tradicional amizade entre os dois Povos irmãos, amizade fundada no respeito mútuo e que constitui a base indestrutível das relações entre os dois países;

II — EXPRESSAM o vivo desejo de superar, dentro de um mesmo espírito de boa-vontade e de concórdia, quaisquer dificuldades ou problemas, achando-lhes solução compatível com os interesses de ambas as Nações;

III — PROCLAMARAM a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira;

IV — CONCORDARAM em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaira até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país;

V — CONVIERAM, ainda, os Chanceleres em participar da reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata, a realizar-se em Buenos Aires a convite do Governo argentino, a fim de estudar os problemas comuns da área,

com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; bem como a rever e resolver os problemas jurídicos relativos à navegação, balizamento, dragagem, pilotagem e praticagem dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Prata, a exploração do potencial energético dos mesmos, e à canalização, represamento ou captação de suas águas, quer para fins de irrigação, quer para os de regularização das respectivas descargas, de proteção das margens ou facilitação do tráfego fluvial;

VI — CONCORDARAM em que as Marinhas respectivas dos dois países procederão, sem demora à destruição ou remoção dos cascos soçobrados que oferecem atualmente riscos à navegação internacional em águas do Rio Paraguai;

VII — EM RELAÇÃO aos trabalhos da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, convieram os dois Chanceleres em que tais trabalhos prosseguirão na data que ambos os Governos estimarem conveniente;

VIII — CONGRATULARAM-SE enfim, os dois Chanceleres, pelo espírito construtivo que prevaleceu durante as conversações e formularam votos pela sempre crescente e fraternal união entre o Brasil e o Paraguai, comprometendo-se ainda a não poupar esforços para estreitar cada vez mais os laços de amizade que unem os dois países.

A presente Ata, feita em duas cópias nos idiomas português e espanhol, depois de lida e aprovada, foi firmada em Foz do Iguaçu, pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, em vinte e dois de junho de mil novecentos e sessenta e seis.

Juracy Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, — Raúl Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai.

(Publicado no "Diário Oficial da União" de 08.08.1966, págs. 9.061/62)

* * *

ANEXO – 03

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS
DECRETO Nº 67.084 - DE 19 DE AGOSTO DE 1970**

Promulga o *Tratado da Bacia do Prata*.

O Presidente da República,

Havendo sido aprovado pelo Decreto-Lei número 682, de 15 de julho de 1969. O Tratado da Bacia do Prata, concluído entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Em Brasília, a 23 de abril de 1969:

E havendo o referido Tratado, de conformidade com seu artigo 8º, parágrafo 1, entrado em vigor em 14 de agosto de 1970;

Decreta que o mesmo, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Brasília, 19 de agosto /de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Mario Gibson Barboza

TRATADO DA BACIA DO PRATA

Os Governos das Repúblicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, representados na I Reunião Extraordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizada em Brasília, em 22 e 23 de abril de 1969,

Convencidos da necessidade de reunir esforços para a devida consecução dos propósitos fundamentais assinalados na Declaração Conjunta de Buenos Aires, de 27 de fevereiro de 1967, e na Ata de Santa Cruz de la Sierra, de 20 de maio de 1968, e animados de um firme espírito de cooperação e solidariedade;

Persuadidos de que a ação conjugada permitirá o desenvolvimento harmônico e equilibrado, assim como o ótimo aproveitamento dos grandes recursos naturais da região e assegurará sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos aludidos recursos;

Considerando também que os Chanceleres aprovaram um Estatuto para o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata;

Decidiram subscrever o presente Tratado para assegurar a institucionalização do sistema da Bacia do Prata e, para esse fim, designaram seus Plenipotenciários, que convieram no seguinte :

Artigo 1º

As Partes Contratantes convêm em conjugar esforços com objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável.

Parágrafo único - Para tal fim, promoverão, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que propendam:

- a) À facilitação e assistência em matéria de navegação.
- b) A utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo.
- c) A preservação e ao fomento da vida animal e vegetal.
- d) Ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.
- e) A complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia.
- f) A complementação econômica de áreas limítrofes.
- g) A cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra as enfermidades.
- h) A promoção de outros projetos de interesse comum em especial daqueles que se relacionem com o inventário avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área.
- i) Ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

Artigo 2º

Os Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata reunir-se-ão uma vez por ano, em data que será sugerida pelo Comitê Intergovernamental Coordenador, a fim de traçar diretrizes básicas da política comum para a consecução dos propósitos estabelecidos neste Tratado; apreciar e avaliar os resultados obtidos; celebrar consultas sobre a ação de seus respectivos Governos no âmbito do Desenvolvimento multinacional integrado da Bacia; dirigir a ação do Comitê Intergovernamental Coordenador e, em geral, adotar as providências necessárias ao cumprimento do presente Tratado através das realizações concretas por ele requeridas.

Parágrafo 1º - Os Ministros das Relações Exteriores poderão reunir-se em sessão extraordinária, mediante convocação efetuada pelo Comitê Intergovernamental Coordenador por solicitação de pelo menos três das Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Se excepcionalmente o Ministro das Relações Exteriores de uma das Partes Contratantes não puder comparecer a uma reunião, ordinária ou extraordinária, far-se-á representar por um Delegado Especial.

Parágrafo 3º - As decisões tomadas em reuniões efetuadas em conformidade com este artigo requererão sempre o voto unânime dos cinco países.

Artigo 3º

Para os fins do presente Tratado, o Comitê Intergovernamental Coordenador é reconhecido como órgão permanente da Bacia, encarregado de promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais, que tenham por objeto o desenvolvimento integrado da Bacia do Prata, e da assistência técnica e financeira que promova com o apoio dos organismos internacionais que estime convenientes, bem como de executar as decisões que adotem os Ministros das Relações Exteriores.

Parágrafo 1º - O Comitê Intergovernamental Coordenador se regerá pelo Estatuto aprovado na segunda Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, celebrada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, de 18 a 20 de maio de 1968.

Parágrafo 2º - Em reunião extraordinária, para tal fim especialmente convocada, poderão os Ministros das Relações Exteriores, sempre pelo voto unânime dos cinco países, reformar o Estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador.

Artigo 4º

Sem prejuízo das disposições internas de cada país. Serão órgãos de cooperação e assessoramento dos Governos as Comissões ou Secretarias nacionais, constituídas de conformidade com a Declaração Conjunta de Buenos Aires. As Comissões ou Secretarias poderão estabelecer contatos bilaterais, obedecendo sempre aos critérios e normas dos países interessados e disso mantendo devidamente informado. Quando for o caso, o Comitê Intergovernamental Coordenador.

Artigo 5º

A ação coletiva entre as Partes Contratantes deverá desenvolver-se sem prejuízo dos projetos e empreendimentos que decidam executar em seus respectivos territórios, dentro do respeito ao Direito Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas.

Artigo 6º

O estabelecido no presente Tratado não impedirá as Partes Contratantes de concluir acordos específicos ou parciais, bilaterais ou multilaterais, destinados à consecução dos objetivos gerais de desenvolvimento da Bacia.

Artigo 7º

O presente Tratado denominar-se-á Tratado da Bacia do Prata e terá duração ilimitada.

Artigo 8º

O presente Tratado será ratificado pelas Partes Contratantes e os Instrumentos de Ratificação serão depositados junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 1º - O presente Tratado entrará em vigor trinta dias depois de depositados os Instrumentos de Ratificação de todas as Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Enquanto as Partes Contratantes procederem à ratificação do presente Tratado e ao depósito dos Instrumentos de Ratificação, na ação multinacional empreendida para o desenvolvimento da Bacia do Prata, sujeitar-se-ão ao acordado na Declaração Conjunta de Buenos Aires e na Ata de Santa Cruz de la Sierra.

Parágrafo 3º - A intenção de denunciar o presente Tratado será comunicada por uma Parte Contratante às demais Partes Contratantes pelo menos noventa dias antes da entrega formal do Instrumento de Denúncia ao Governo da República Federativa do Brasil. Formalizada a denúncia, os efeitos do Tratado cessarão, para a Parte Contratante denunciante, no prazo de um ano.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo-assinados, depois de haver depositado seus plenos poderes, encontrados em boa e devida forma, firmam o presente Tratado.

Feito na cidade de Brasília, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e nove, em um só exemplar, nos idiomas português e espanhol, o qual ficará depositado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, do Brasil, que fornecerá cópias autênticas aos demais países signatários.

* * *

ANEXO - 04

DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO SOBRE O APROVEITAMENTO DE RIOS INTERNACIONAIS

Resolução nº. 25 (aprovada em 3 de junho de 1971)

A IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata resolve:

Os chanceleres dos países da bacia do Prata resolvem ratificar aquilo que, até este momento, ficou resolvido neste âmbito, e manifestar sua especial satisfação pelos resultados da II Reunião de Especialistas sobre o Recurso Água, realizada em Brasília (18-22 de maio de 1970). Manifestaram outrossim sua convicção em que um tema de tal importância continuará sendo tratado com o mesmo espírito de franca e cordial colaboração na III Reunião deste mesmo grupo, já convocada para o dia 29 do corrente mês.

Os chanceleres consideram de real interesse deixar consignados os pontos fundamentais a respeito dos quais já houve acordo e que representam a base sobre a qual deverão prosseguir os estudos deste tema:

1. Nos rios internacionais contíguos, sendo a soberania compartilhada, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos.
2. Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo a soberania compartilhada, cada Estado pode aproveitar as águas na medida de suas necessidades sempre que não cause prejuízo sensível a outro Estado da bacia.
3. Quanto ao intercâmbio de dados hidrológicos e meteorológicos:
 - a) os já processados serão objeto de divulgação e troca sistemáticas através de publicações;
 - b) os dados por processar, quer sejam simples observações, leituras, quer sejam registros gráficos de instrumentos, serão permutados ou oferecidos a juízo dos países interessados.
4. Os Estados tenderão, na medida do possível, a intercambiar gradualmente os resultados cartográficos e hidrográficos de suas medições na bacia do Prata, a fim de facilitar a caracterização do sistema dinâmico.
5. Os Estados procurarão, na medida do possível, manter nas melhores condições de navegabilidade os trechos dos rios que estão sob sua soberania, adotando para isto as medidas necessárias para que as obras que se realizem não afetem de maneira prejudicial outros usos atuais do sistema fluvial.
6. Os Estados, ao realizarem obras destinadas a qualquer fim nos rios da bacia, adotarão as medidas necessárias para não alterar de forma prejudicial as condições de navegabilidade.
7. Os Estados, quando da realização de obras no sistema fluvial de navegação, adotarão medidas tendentes a preservar os recursos vivos.

Fonte: BETIOL, Laércio. Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.296.

* * *

ANEXO - 05

TRATADO DE ITAIPU

(Brasília, 26.4.1973)

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu.

O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, e o Presidente da República do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner;

Considerando o espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem;

O interesse comum em realizar o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu;

O disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná no trecho acima referido;

O disposto no Artigo VI do Tratado da Bacia do Prata;

O estabelecido na Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais, de 3 de junho de 1971;

Os estudos da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia constituída em 12 de fevereiro de 1967;

A tradicional identidade de posições dos dois países em relação à livre navegação dos rios internacionais da Bacia do Prata, resolveram celebrar um Tratado e, para este fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

- O Presidente da República Federativa do Brasil ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza;

- O Presidente da República do Paraguai ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Raúl Sapena Pastor;

Os quais, tendo trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus Anexos, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu.

Artigo II

Para os efeitos do presente Tratado entender-se-á por:

- a) Brasil, a República Federativa do Brasil;
- b) Paraguai, a República do Paraguai;
- c) Comissão, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, constituída em 12 de fevereiro de 1967;
- d) ELETROBRÁS, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, do Brasil, ou o ente jurídico que a suceda;

e) ANDE, a Administración Nacional de Eletricidad, do Paraguai, ou o ente jurídico que a suceda;

f) ITAIPU, a entidade binacional criada pelo presente Tratado.

Artigo III

As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

Parágrafo 2º - O Estatuto e os demais Anexos, poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Artigo IV

A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos países.

Parágrafo 2º - As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol.

Artigo V

As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à ITAIPU para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidrelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Artigo I.

Artigo VI

Formam parte do presente Tratado:

- a) o Estatuto da entidade binacional denominada ITAIPU (Anexo A);
- b) a descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias (Anexo B);
- c) as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU (Anexo C).

Artigo VII

As instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países estabelecidos nos Tratados vigentes.

Parágrafo 1º - As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra.

Parágrafo 2º - As autoridades declaradas respectivamente competentes pelas Altas Partes Contratantes estabelecerão, quando for o caso e pelo processo que julgarem adequado, a sinalização conveniente, nas obras a serem construídas, para os efeitos práticos do exercício de jurisdição e controle.

Artigo VIII

Os recursos necessários à integralização do capital da ITAIPU serão supridos, à ELETROBRÁS e à ANDE, respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaio ou pelos organismos financiadores, que os Governos indicarem.

Parágrafo Único - Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, com o consentimento da outra, adiantar-lhe os recursos para a integralização do capital, nas condições estabelecidas de comum acordo.

Artigo IX

Os recursos complementares aos mencionados no Artigo VIII, necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pelas Altas Partes Contratantes ou obtidos pela ITAIPU mediante operações de crédito.

Artigo X

As Altas Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, na forma que acordarem, darão à ITAIPU, por solicitação desta, garantia para as operações de crédito que realizar. Assegurarão, da mesma forma, a conversão cambial necessária ao pagamento das obrigações assumidas pela ITAIPU.

Artigo XI

Na medida do possível e em condições comparáveis, a mão-de-obra, especializada ou não, os equipamentos e materiais, disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa.

Parágrafo 1º - As Altas Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para que seus nacionais possam empregar-se, indistintamente, em trabalhos efetuados no território de uma ou de outra, relacionados com o objetivo do presente Tratado.

Parágrafo 2º - O disposto neste Artigo não se aplicará às condições acordadas com organismos financiadores, no que se refira à contratação de pessoal especializado ou à aquisição de equipamentos ou materiais. Tampouco se aplicará o disposto neste Artigo se necessidades tecnológicas assim o exigirem.

Artigo XII

As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à atribuição, as seguintes normas:

- a) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;
- b) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;
- c) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;
- d) não porão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da ITAIPU que resultar da execução do presente Tratado;
- e) Não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo;

f) serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo.

Artigo XIII

A energia produzida pelo aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

Parágrafo Único - As Altas Partes Contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente na forma que acordarem, o total de potência instalada.

Artigo XIV

A aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU será realizada pela ELETROBRÁS e pela ANDE, que também poderão fazê-la por intermédio das empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias que indicarem.

Artigo XV

O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

Parágrafo 1º - A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais, "royalties" em razão da utilização do potencial hidráulico.

Parágrafo 2º - A ITAIPU incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

Parágrafo 3º - A ITAIPU incluirá, outrossim no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra.

Parágrafo 4º - O valor real da quantidade de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao pagamento dos "royalties", dos rendimentos sobre o capital e da remuneração, estabelecida no Anexo C, será mantido constante, para o que a dita quantidade acompanhará as flutuações do dólar dos Estados Unidos da América, referido ao seu padrão de peso e título, em ouro, vigente na data da troca dos Instrumentos de Ratificação do presente Tratado.

Parágrafo 5º - Este valor com relação ao peso e título em ouro do dólar dos Estados Unidos da América poderá ser substituído, no caso em que a mencionada moeda deixa de ter referida sua paridade oficial em relação ao ouro.

Artigo XVI

As Altas Partes Contratantes manifestam seu empenho em estabelecer todas as condições para que a entrada em serviço da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos após a ratificação do presente Tratado.

Artigo XVII

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

Parágrafo 1º - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, ad referendum das Altas Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

Parágrafo 3º - Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviço à ITAIPU, assim como o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.

Artigo XVIII

As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito a aspectos:

- a) diplomáticos e consulares;
- b) administrativos e financeiros;
- c) de trabalho e previdência social;
- d) fiscais e aduaneiros;
- e) de trânsito através da fronteira internacional;
- f) urbanos e habitacionais;
- g) de polícia e de segurança;
- h) de controle do acesso às áreas que se delimitem em conformidade com o Art. XVII.

Artigo XIX

O foro da ITAIPU, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o de Brasília e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do presente Tratado e de seus Anexos.

Parágrafo Único - Em se tratando de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede fora do Brasil ou do Paraguai, a ITAIPU acordará as cláusulas que regerão as relações contratuais de obras e fornecimentos.

Artigo XX

As Altas Partes Contratantes adotarão, por meio de um protocolo adicional, a ser firmado dentro de noventa dias contados a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação do presente Tratado, as normas jurídicas aplicáveis às relações de trabalho e previdência social dos trabalhadores contratados pela ITAIPU.

Artigo XXI

A responsabilidade civil e/ou penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da ITAIPU, por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas.

Parágrafo Único - Para os empregados de terceira nacionalidade proceder-se-á de conformidade com a legislação nacional brasileira ou paraguaia, segundo tenham a sede de suas funções no Brasil ou no Paraguai.

Artigo XXII

Em caso de divergência quanto à interpretação ou a aplicação do presente Tratado e seus Anexos, as Altas Partes Contratantes a resolverão pelos meios diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidrelétrico e de suas obras e instalações auxiliares.

Artigo XXIII

A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, criada em 12 de fevereiro de 1967 com a finalidade de realizar os estudos aludidos no preâmbulo do presente Tratado, manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada.

Artigo XXIV

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos serão trocados, o mais brevemente possível, na cidade de Assunção.

Artigo XXV

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

Em Fé do Que os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos. Feito na cidade de Brasília, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três.

Mario Gibson Barboza

Raúl Sapena Pastor

ATOS QUE APROVARAM E PROMULGARAM O TRATADO

1) Decreto Legislativo nº 23, de 30.5.1973 – Aprova o texto do Tratado de 26.4.1973 celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como as Notas então trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. (Publicado no “Diário do Congresso Nacional” de 1º.6.1973, pág. 1.659.)

2) Decreto nº 72.707, de 28.8.1973 – Promulga o Tratado de 26.4.1973, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como as seis Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. (Publicado no “Diário Oficial” de 30.8.1973, págs. 8.642-45.)

3) Lei nº 389, de 11.7.1973 (Paraguai) – Aprova e ratifica o Tratado entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil e as Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

Anexo "A" do Tratado de ITAIPU

(ESTATUTO)

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO E OBJETO

ARTIGO 1º - A ITAIPU é uma entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai, em 26 de abril de 1973, e tem como partes:

- a) a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, sociedade anônima de economia mista brasileira;
- b) a Administración Nacional de Eletricidad - ANDE, entidade autárquica paraguaia.

ARTIGO 2º - O objeto da ITAIPU é o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do Rio Iguaçu.

ARTIGO 3º - A ITAIPU reger-se-á pelas normas estabelecidas no Tratado de 26 de abril de 1973, no presente Estatuto e nos demais Anexos.

ARTIGO 4º - A ITAIPU terá, de acordo com o que dispõem o Tratado e seus Anexos, capacidade jurídica, financeira e administrativa, e também responsabilidade técnica, para estudar, projetar, dirigir e executar as obras que tem como objeto, colocá-las em funcionamento e explorá-las, podendo, para tais efeitos, adquirir direitos e contrair obrigações.

ARTIGO 5º - A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

CAPÍTULO II CAPITAL

ARTIGO 6º - O capital da ITAIPU será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pertencente à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais e intransferíveis.

Parágrafo Único - O capital manter-se-á com valor constante de acordo com disposto no parágrafo 4º do Artigo 15 do Tratado.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º - São órgãos da administração da ITAIPU o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

ARTIGO 8º - O Conselho de Administração compor-se-á de doze Conselheiros nomeados:

- a) seis pelo Governo brasileiro, dos quais um será indicado pelo Ministério das Relações Exteriores e dois pela ELETROBRÁS;
- b) seis pelo Governo paraguaio, dos quais um será indicado pelo Ministério de Relações Exteriores e dois pela ANDE.

Parágrafo 1º - O Diretor-Geral Brasileiro e o Diretor-Geral Paraguaio, previstos no Artigo 12º, também integrarão o Conselho, com voz e sem voto.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho serão presididas, alternadamente, por um Conselheiro de nacionalidade brasileira ou paraguaia e, rotativamente, por todos os membros do Conselho.

Parágrafo 3º - O Conselho nomeará dois Secretários, um brasileiro e outro paraguaio, que terão a seu cargo, entre outras atribuições, a de certificar os documentos da ITAIPU em português e em espanhol, respectivamente.

ARTIGO 9º - Compete ao Conselho de Administração cumprir e fazer cumprir o Tratado e seus Anexos e decidir sobre:

- a) as diretrizes fundamentais de administração da ITAIPU;
- b) o Regimento Interno;
- c) o plano de organização dos serviços básicos;
- d) os atos que importem em alienação do patrimônio da ITAIPU, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE;
- e) as reavaliações de ativo e passivo, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, tendo em conta o disposto no parágrafo 4º do Artigo 15º do Tratado;
- f) as bases de prestação dos serviços de eletricidade;
- g) as propostas da Diretoria Executiva referentes a obrigações e empréstimos;
- h) a proposta de orçamento para cada exercício e suas revisões, apresentadas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração examinará o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados, elaborados pela Diretoria Executiva, e os apresentará com seu parecer à ELETROBRÁS e à ANDE, conforme o disposto no Artigo 24º deste Estatuto.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração tomará conhecimento do curso dos assuntos da ITAIPU através das exposições que serão feitas habitualmente pelo Diretor Geral Brasileiro e/ou pelo Diretor Geral Paraguaio ou de outras que o Conselho solicite por intermédio deles.

ARTIGO 10º - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado, por intermédio dos Secretários, pelo Diretor Geral Brasileiro e/ou pelo Diretor Geral Paraguaio, ou pela metade menos um dos Conselheiros.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração só poderá decidir validamente com a presença da maioria dos Conselheiros de cada país e com paridade de votos igual à menor representação nacional presente.

ARTIGO 11º - Os Conselheiros exercerão suas funções por um período de quatro anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo 1º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os Conselheiros que houverem nomeado.

Parágrafo 2º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Conselheiro, o respectivo Governo nomeará substituto que exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

ARTIGO 12º - A Diretoria Executiva, constituída por Membros nacionais de ambos os países, em igual número e com a mesma capacidade e igual hierarquia, compor-se-á do Diretor Geral Brasileiro, do Diretor Geral Paraguaio, dos Diretores Executivos: Técnico, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação, e dos Diretores: Técnico, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação, todos com voz e voto.

Parágrafo 1º - A cada Diretor Executivo, brasileiro ou paraguaio, corresponderá um Diretor da outra nacionalidade.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelos respectivos Governos, por proposta da ELETROBRÁS ou da ANDE, conforme o caso.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções por um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo 4º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os Membros da Diretoria Executiva que houverem nomeado.

Parágrafo 5º - Em caso de ausência ou impedimento temporário de um Membro da Diretoria Executiva, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, designará o substituto dentre os demais Membros, que terá também direito ao voto do Membro substituído.

Parágrafo 6º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Membro da Diretoria Executiva, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, indicará o substituto que, uma vez nomeado, exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

ARTIGO 13º - São atribuições e deveres da Diretoria Executiva:

- a) dar cumprimento ao Tratado e seus Anexos e às decisões do Conselho de Administração;
- b) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- c) praticar os atos de administração necessários à condução dos assuntos da Entidade;
- d) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração;
- e) propor ao Conselho de Administração normas de administração do pessoal;
- f) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, a proposta de orçamento para o exercício seguinte e suas eventuais revisões;
- g) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior;
- h) pôr em execução as normas e as bases para prestação dos serviços de eletricidade;
- i) criar e instalar os escritórios técnicos e/ou administrativos que julgar necessários, onde for conveniente;
- j) aprovar o plano global de classificação de cargos, de lotação e de salários e benefícios dos empregados.

ARTIGO 14º - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes ao mês e, extraordinariamente, quando convocada por um dos Diretores-Gerais.

Parágrafo 1º - As resoluções da Diretoria Executiva serão adotadas por maioria de votos.

Parágrafo 2º - A Diretoria Executiva instalar-se-á no local que julgar mais adequado ao exercício de suas funções.

ARTIGO 15º - A ITAIPU somente poderá assumir obrigações ou constituir procuradores mediante a assinatura conjunta dos dois Diretores-Gerais.

ARTIGO 16º - Os honorários dos Conselheiros e dos Membros da Diretoria Executiva serão fixados pela ELETROBRÁS e pela ANDE, de comum acordo.

ARTIGO 17º - Os dois Diretores-Gerais são responsáveis, solidariamente, pela coordenação, organização e direção das atividades da ITAIPU e a representarão em juízo ou fora dele, competindo-lhes praticar todos os atos de administração ordinária necessários ao funcionamento da Entidade, com exclusão dos atribuídos ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. Cabem-lhes, ademais, os atos de admissão e demissão de pessoal em seus respectivos países.

ARTIGO 18º - O Diretor Técnico Executivo é o responsável pela condução do projeto e construção das obras e operação das instalações.

ARTIGO 19º - O Diretor Jurídico Executivo é o responsável pela condução dos assuntos jurídicos da Entidade.

ARTIGO 20º - O Diretor Administrativo Executivo é o responsável pela Administração do pessoal e pela direção dos serviços gerais.

ARTIGO 21º - O Diretor Financeiro Executivo é o responsável pela execução da política econômico-financeira, de suprimento e de compras.

ARTIGO 22º - O Diretor de Coordenação Executivo é o responsável pelos serviços relacionados com a preservação das condições ambientais na área do reservatório, a execução dos projetos e obras portuárias e de navegação, a execução dos projetos e obras de infraestrutura, das vias de acesso, das vilas residenciais e outros serviços e obras que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva fora da área das instalações destinadas à produção de energia elétrica.

ARTIGO 23º - Os Diretores terão as atribuições executivas específicas que, de comum acordo, lhes forem delegadas pelos Diretores Executivos das respectivas áreas, com vistas à perfeita consecução dos objetivos da Entidade Binacional.

Parágrafo Único - Os Diretores manter-se-ão informados dos assuntos das respectivas Diretorias e informarão sobre o andamento daqueles que lhes forem confiados.

CAPÍTULO IV EXERCÍCIO FINANCEIRO

ARTIGO 24º - O exercício financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - A ITAIPU apresentará, até 30 de abril de cada ano, para decisão da ELETROBRÁS e da ANDE, o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior.

Parágrafo 2º - A ITAIPU adotará a moeda dos Estados Unidos da América como referência para a contabilização de suas operações. Esta referência poderá ser substituída por outra, mediante entendimento entre os dois Governos.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 25º - Serão incorporados pela ITAIPU, como integralização de capital por parte da ELETROBRÁS e da ANDE, os dispêndios realizados pelas referidas empresas, anteriormente à constituição da Entidade, nos seguintes trabalhos:

- a) estudos resultantes do Convênio de Cooperação firmado em 10 de abril de 1970;
- b) obras preliminares e serviços relacionados com a construção do aproveitamento hidrelétrico.

ARTIGO 26º - Os Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e demais empregados não poderão exercer funções de direção, administração ou consulta em empresas fornecedoras ou contratantes de quaisquer materiais e serviços utilizados pela ITAIPU.

ARTIGO 27º - Poderão prestar serviços à ITAIPU os funcionários públicos, empregados de autarquias e os de sociedades de economia mista, brasileiros ou paraguaios, sem perda do vínculo original e dos benefícios de aposentadoria e/ou previdência social, tendo-se em conta as respectivas legislações nacionais.

ARTIGO 28º - O Regimento Interno da ITAIPU, mencionado no Artigo 9º, será proposto pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho de Administração e contemplará, entre outros, os seguintes assuntos: o regime contábil financeiro; o regime para a obtenção de propostas, adjudicação e contratação de serviços e obras, a aquisição de bens, normas para o exercício das funções dos integrantes do Conselho de Administração e dos Membros da Diretoria Executiva.

ARTIGO 29º - Os casos não previstos neste Estatuto, que não puderem ser resolvidos pelo Conselho de Administração, serão solucionados pelos dois Governos, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE.

Anexo "B" do Tratado de ITAIPU

I - OBJETIVO

O objetivo do presente Anexo é descrever e identificar, em suas partes principais, o Projeto do Aproveitamento Hidroelétrico do rio Paraná, no local chamado ITAIPU, daqui por diante denominado Projeto.

Este Anexo foi redigido com base no "Relatório Preliminar" - submetido pela Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai aos Governos do Brasil e do Paraguai em 12 de janeiro de 1973.

As obras descritas no presente Anexo poderão sofrer modificações ou adições, inclusive nas suas cotas e medidas, por exigências técnicas que se verificarem durante sua execução. Ademais, se por exigência da mesma natureza ficar demonstrada a necessidade de redução substancial da cota do coroamento da barragem, será considerada a conveniência da execução adicional de outro aproveitamento hidroelétrico a montante, conforme previsto no "Relatório Preliminar" supracitado.

II - DESCRIÇÃO GERAL

1. Localização - O Projeto estará situado sobre o rio Paraná, aproximadamente 14 km a montante da ponte internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.

2. Disposição Geral - O Projeto estará constituído por uma barragem principal de gravidade, em concreto, através do Rio Paraná, com uma casa de força ao pé da barragem, e em barragens laterais de enrocamento de concreto e diques de terra nas margens do rio. A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedor com as respectivas comportas.

As obras do Projeto terão a orientação geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 7,7 km. O nível d'água máximo normal no reservatório foi estabelecido em torno da cota 220 m acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km² (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai), e estender-se-á, a montante por cerca de 200 km até e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira.

III - COMPONENTES PRINCIPAIS DO PROJETO

Começando pela margem direita, o Projeto inclui as seguintes partes componentes principais sucessivas:

1. Dique lateral direito - Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 840 m e volume de 300.000 metros cúbicos.
2. Vertedor - Um vertedor em concreto, dotado de 14 comportas, com comprimento de 355 m, capaz de verter até 62.000 M³/s com canal de acesso escavado a montante do vertedor. Uma calha revestida de concreto conduzirá a descarga do vertedor para o rio Paraná, cerca de 1.500 m a jusante da barragem principal.
3. Barragem lateral direita - Uma barragem de concreto aliviado com coroamento na cota de 225 m, comprimento de 997 m e volume de 704.000 metros cúbicos, ligando o vertedor à barragem principal.
4. Barragem principal e tomada d'água - A barragem principal será uma estrutura de gravidade, em concreto aliviado, com coroamento na cota 225 m, comprimento de 884 m e volume de 5.200.000 metros cúbicos, a ser construída através do rio Paraná e do canal, na margem esquerda, que será escavado para o desvio provisório do rio. A barragem terá 20 aberturas para tomada d'água, providas de comportas. Cada uma dessas tomadas d'água dará acesso a uma turbina, na casa de força, por meio de um conduto forçado.
5. Casa de força - A casa de força estará localizada ao pé da barragem principal, com comprimento de 950 m. Na mesma será instalado um conjunto gerador composto de 18 unidades de 700 megawatts cada uma. Nove destas unidades serão em 50 Hz e nove em 60 Hz. Além disso, a Central poderá contar, utilizando o espaço disponível na casa de força, com até duas unidades geradoras de reserva, que serão uma de 50 Hz e a outra de 60 Hz. Todas as unidades de 50 Hz serão instaladas na metade oeste da casa de força e as de 60 Hz na metade leste. A plataforma superior da casa de força estará na cota 144 m acima do nível do mar.
6. Barragem na margem esquerda - Uma barragem de gravidade em concreto aliviado, com comprimento de 350 m e volume de 778.000 metros cúbicos.
7. Barragem lateral esquerda - Uma barragem em enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 1.984 m e volume de 11.400.000 metros cúbicos.
8. Dique lateral esquerdo - Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 2.000 m e volume de 2.900.000 metros cúbicos.
9. Dique complementar de Hernandarias - Um dique menor, de terra, a ser localizado na margem direita, a uma distância de cerca de 4,5 km a oeste da barragem principal, nas proximidades da cidade de Hernandarias. Esse dique se destinará a fechar uma depressão onde poderia ocorrer extravasamento com o reservatório ao nível máximo de enchente.
10. Subestações seccionadoras - Duas subestações seccionadoras, a serem localizadas uma em cada margem, a cerca de 600 m a jusante da casa de força.

11. Obras para navegação - O Projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como: terminais e conexões terrestres, eclusas, canais, elevadores, e seus similares.

Redação consolidada em decorrência das modificações introduzidas com a troca de notas de 22.04.75, 30.10.78 e 12.03.79 do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, de idêntico teor e mesma data.

Anexo “C” ao Tratado de ITAIPU

(Brasília, 26.04.1973)

Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU.

I - DEFINIÇÕES

Para os efeitos do presente Anexo entender-se-á por:

I.1 – Entidades: a ELETROBRÁS, a ANDE ou as empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias por elas indicadas, conforme o Artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.

I.2 – Potência instalada: a soma das potências nominais de placa, expressas em quilowatts, dos alternadores instalados na central elétrica.

I.3 – Potência contratada: a potência em quilowatts que a ITAIPU colocará, permanentemente, à disposição da entidade compradora, nos períodos de tempo e nas condições dos respectivos contratos de compra e venda dos serviços de eletricidade.

I.4 – Encargos financeiros: todos os juros, taxas e comissões pertinentes aos empréstimos contratados.

I.5 – Despesas de exploração: todos os gastos imputáveis à prestação dos serviços de eletricidade, incluídos os gastos diretos de operação e de manutenção, inclusive as reposições causadas pelo desgaste normal, gastos de administração e gerais, além dos seguros contra os riscos dos bens e instalações da ITAIPU.

I.6 – Período de operação e faturamento: o mês calendário.

I.7 – Conta de exploração: o balanço anual entre a receita e o custo do serviço.

II - CONDIÇÕES DE SUPRIMENTO

II.1 – A divisão em partes iguais da energia estabelecida no Artigo XIII do Tratado, será efetuada por via de divisão da potência instalada na central elétrica.

II.2 – Cada entidade, no exercício do seu direito à utilização da potência instalada, contratará com a ITAIPU, por períodos de vinte anos, frações da potência instalada na central elétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangerá este período e indicará, para cada ano, a potência a ser utilizada.

II.3 – Cada uma das entidades entregará à ITAIPU o cronograma acima referido, dois anos antes da data prevista para a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central elétrica e dois anos antes do término do primeiro e dos subsequentes contratos de vinte anos.

II.4 – Cada entidade, tem o direito de utilizar a energia que puder ser produzida pela potência por ela contratada até o limite que será fixado, para cada período de operação, pela ITAIPU. Fica entendido que cada entidade poderá utilizar dita potência por ela contratada, durante o tempo que lhe convier, dentro de cada período de operação, desde que a energia por ela utilizada, em todo esse período, não exceda o limite acima mencionado.

II.5 – Quando uma entidade decide não utilizar parte da potência contratada ou parte da energia a esta correspondente, dentro do limite fixado, poderá autorizar a ITAIPU a ceder às outras entidades a parte que assim se tornar disponível, tanto de potência como de energia, no período referido em II.4, nas condições estabelecidas em IV.3.

II.6 – A energia produzida pela ITAIPU será entregue às entidades no sistema de barramentos da central elétrica, nas condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

III - CUSTO DO SERVIÇO DE ELETRICIDADE

O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:

III.1 – O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo com o Parágrafo 1º do artigo III do Tratado e com o Artigo VI do Estatuto (Anexo A).

III.2 – O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

III.3 – O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

III.4 – O montante necessário para o pagamento dos "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.

III.5 – O montante necessário para o pagamento à ELETROBRÁS e à ANDE, em partes iguais, a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.

III.6 – O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

III.7 – O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8 – O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela ITAIPU.

IV - RECEITA

IV.1 – A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.

IV.2 – Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supridas.

IV.3 – Quando se verificar a hipótese prevista em II.5 anterior, o faturamento às entidades contratantes será feito em função da potência efetivamente utilizada.

IV.4 – Quando não se verificar a hipótese prevista em II.5, e tendo-se em vista o disposto no Artigo XIII do Tratado e em IV.2 acima, a responsabilidade da entidade que contratou a compra será a da totalidade da potência contratada.

V - OUTRAS DISPOSIÇÕES

V.1 – O Conselho de Administração, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, regulamentará as normas do presente Anexo, tendo como objetivo a maior eficiência da ITAIPU.

V.2 – O valor dos rendimentos sobre o capital, dos "royalties" do ressarcimento dos encargos e da remuneração mencionados, respectivamente, em III.1, III.4, III.5 e III.8, anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no § 4.o do Artigo XV do Tratado.

VI - REVISÃO

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

(Publicado no “Diário Oficial” de 30.8.1973, pág. 8.645.)

* * *

ANEXO - 06

ACORDO TRIPARTITE ITAIPU-CORPUS Ciudad Presidente Stroessner, em 19 de outubro de 1979.

À Sua Excelência o Senhor Embaixador Alberto Nogués, Ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai.

Senhor Ministro,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, e de acordo com o espírito e a letra do Tratado da Bacia do Prata e das Declarações e Resoluções adotadas naquele contexto, os Governos brasileiro e paraguaio estão construindo um aproveitamento hidrelétrico, e com propósitos múltiplos, em Itaipu, sobre o trecho fronteiro do rio Paraná, estando, por sua vez, os Governos paraguaio e argentino concluindo estudos de viabilidade para construir, a jusante, no trecho que lhes é contíguo, um aproveitamento hidrelétrico e com propósitos múltiplos na zona de Corpus.

2. Tais aproveitamentos, idealizados dentro do espírito de fraterna amizade que une os países que se associaram para os levar a cabo, constituem exemplos significativos de cooperação internacional e da maneira com que, inclusive através de empreendimentos bilaterais, está sendo implementado o referido Tratado da Bacia do Prata.

3. Tendo presentes as vantagens, que para os dois aproveitamentos, poderiam resultar de entendimentos operativos entre os três Governos, realizaram-se na cidade de Assunção, duas Reuniões de caráter técnico, em 22 e 23 de setembro e 17 e 18 de novembro de 1977, e duas Reuniões de caráter diplomático, em 14 e 15 de março e 27 e 28 de abril de 1978. O processo de negociação prosseguiu com outras reuniões e culminou na celebração, em Ciudad Presidente Stroessner, em 19 de outubro de 1979, de uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, do Paraguai e da Argentina, cujos resultados constam da presente Nota.

4. As deliberações caracterizaram-se por um espírito de boa vizinhança e de cooperação na busca de uma solução que representasse, para as três Partes, a efetiva convergência de interesses e a obtenção de benefícios recíprocos.

5. Tendo em conta os objetivos específicos dos entendimentos, ficaram acordados, dentro do que juridicamente compete a cada Estado, os seguintes pontos:

a) O nível da água máximo normal de operação – salvo circunstâncias naturais excepcionais – do reservatório da barragem que o Paraguai e a Argentina projetam construir na zona de Corpus, fica estabelecido na cota 105 metros acima do nível do mar, no local da citada barragem referido ao zero altimétrico que se especifica no Anexo I, parte integrante da presente Nota.

b) Itaipu poderá operar com a flexibilidade que aconselhe sua melhor utilização, até a totalidade de sua potência, mantendo, porém vazões a jusante de modo a não ultrapassar, no que dependa de sua operação e salvo circunstâncias naturais excepcionais, os seguintes parâmetros relacionados com a navegação, medidos de acordo com a prática internacional, na zona da fronteira fluvial entre os três países:

- Variação horária de nível: cinquenta centímetros
- Variação diária de nível: dois metros
- Velocidade superficial normal: dois metros por segundo.

Em condições hidrológicas desfavoráveis, a variação horária de nível e a variação diária de nível poderão admitir aumentos de até 20%, no contexto da coordenação operativa prevista no item e deste parágrafo.

c) A totalidade da potência mencionada anteriormente será, quando o cumprimento dos citados parâmetros relacionados à navegação o permita, a que resulte da operação em Itaipu das 18 unidades turbo-geradoras instaladas, de potência nominal de 700 megawatts cada uma, com um caudal efluente máximo da ordem de 12.600 metros cúbicos por segundo.

d) À Itaipu e ao aproveitamento que se projeta na zona de Corpus serão garantidas facilidades durante sua construção e o enchimento dos respectivos reservatórios, cujos cronogramas serão divulgados com antecipação suficiente, adotando-se uma prática análoga à que foi cumprida para o enchimento da represa de Jupuíá, no que se refere ao conhecimento de dados técnicos relativos à operação do enchimento dos referidos reservatórios.

Os temas relacionados com o enchimento do reservatório de Itaipu ficam acordados no Anexo II, parte integrante da presente Nota.

No que diz respeito à construção do aproveitamento que se projeta na zona de Corpus e ao enchimento de seu reservatório, o Brasil e o Paraguai colaborarão, por meio da operação de seus reservatórios, para assegurar uma vazão em Corpus que resulte em benefício desta obra. Para esse efeito, a Itaipu Binacional será informada, no momento oportuno, do respectivo cronograma.

e) A Itaipu Binacional e a entidade que tenha a seu cargo o aproveitamento projetado na zona de Corpus estabelecerão procedimentos adequados de coordenação operativa entre ambos os aproveitamentos para obtenção de benefícios recíprocos, incluindo o Intercâmbio da informação hidrológica pertinente dos três países, que seja possível antecipar.

f) De acordo com o espírito e a letra dos Atos Internacionais vigentes entre as Partes e das Resoluções que, a respeito da navegação, foram aprovadas no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, os três Governos adotarão as medidas necessárias, a fim de que sejam mantidas, nos trechos dos rios que estão sob sua soberania, as melhores condições de navegabilidade. Tomarão também, quando pertinente e no momento oportuno, as providências adequadas a fim de realizar as obras que possibilitem a navegação ou o transbordo, como substituição temporária, levando em conta os interesses dos países ribeirinhos de jusante e de montante.

g) Os três Governos ratificam sua intenção de assegurar que os caudais efluentes dos aproveitamentos de Itaipu e do que se projeta na zona de Corpus, no que lhes diz respeito, não afete as atuais condições de navegabilidade do rio Paraná, nem produzam prejuízos sensíveis ao seu regime, à sua condição aluvional ou à atual operação de seus portos, inclusive os abertos estacionalmente à navegação de ultramar.

Manifestam também que as eventuais modificações que possa sofrer o regime atual do rio pelos caudais efluentes dos citados aproveitamentos, manterão razoavelmente o caráter estacional de suas cheias e vazantes.

Tendo presentes os eventuais efeitos benéficos da regularização, convêm igualmente que eventuais prejuízos sensíveis que se possam produzir no rio Paraná, a jusante de Itaipu e do aproveitamento que se projeta construir na zona de Corpus, como consequência da regularização do rio pelos citados aproveitamentos, deverão prevenir-se, na medida do possível, e sua apreciação e qualificação não poderão definir-se unilateralmente pelos Estados em cuja jurisdição presumivelmente se originem, nem pelos Estados que aleguem a ocorrência dos referidos eventuais prejuízos sensíveis.

Dentro do espírito de cooperação e boa vizinhança que inspira as relações entre os três países, os casos concretos serão examinados no prazo mais breve possível, compatível com a natureza do eventual prejuízo sensível e sua análise.

h) O presente Acordo se baseia na inter-relação constante entre os dados estabelecidos nos itens a), b) e c) precedentes; em consequência, a eventual alteração de qualquer deles será precedida de negociações entre as três Partes.

i) No contexto das medidas de segurança que estão sendo aplicadas no projeto e construção dos dois aproveitamentos, continuarão a ser aprofundados os estudos sobre o tema da sismologia induzida, na zona de influência dos mesmos, e serão tomadas as medidas adequadas para a sua eventual detecção e controle.

j) Conforme os compromissos assumidos no sistema do Tratado da Bacia do Prata e tendo presentes as respectivas legislações sobre a matéria, os três Governos, no que lhes diz respeito, envidarão esforços para, no âmbito da aplicação da presente Nota, preservar o meio ambiente, a fauna, a flora, bem como a qualidade das águas do rio Paraná, evitando sua contaminação e assegurando, no mínimo, as condições atuais de salubridade na área de influência de ambos aproveitamentos. Nesse sentido, promoverão também a criação de novos parques nacionais e a melhoria dos existentes.

k) Dentro do alto espírito de fraterna compreensão que norteou as deliberações entre os três Governos, e tendo chegado a um perfeito entendimento sobre os pontos precedentes, as três Partes realizarão estudos a respeito de eventuais questões correlatas supervenientes, com o objetivo de estreitar ainda mais a cooperação entre elas, no contexto do presente Acordo.

6. Os Governos brasileiro, paraguaio e argentino, aceitam formalmente, no que lhes diz respeito e como um todo, os pontos mencionados no parágrafo 5 anterior.

7. A presente Nota e as de idêntico teor e mesma data, trocadas entre os três Governos constituem Acordo entre os mesmos, que passa a vigorar a partir do dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. Ramiro Saraiva Guerreiro

* * *

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 31 de agosto de 2011.

Camila Nehring Belo